

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Brasília, maio de 2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA
DIRETORIA DE CONTROLADORIA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLES INTERNOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014.

Brasília, maio de 2015

DIRIGENTES E CONSELHEIROS

Josemir Mangueira Assis

Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado

Eduardo Pereira

Euclides Renato Deponti

Eugen Smarandescu Filho

Diretores

Conselho de Administração

Sérgio Eugênio de Rísios Bath

Presidente

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt

Josemir Mangueira Assis

Leonardo Lima Chagas

Maricy Valletta

Conselheiros

Conselho Fiscal

Leopoldo Araújo Rodrigues

Presidente

Kátia Aparecida Zanetti de Lima

Vanessa Silva de Almeida

Conselheiros

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	8
1.	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA EMGEA	9
1.1.	Identificação da EMGEA	9
1.2.	Finalidade e Competências Institucionais da EMGEA	9
1.3.	Organograma Funcional	10
1.4.	Macroprocessos Finalísticos	12
2.	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	28
2.1.	Estrutura de Governança	28
2.2.	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	29
2.4.	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	32
2.5.	Remuneração Paga a Administradores	34
3.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	39
3.1.	Canais de Acesso do Cidadão	39
3.3.	Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços	40
3.4.	Acesso às Informações da EMGEA	40
3.6.	Medidas Relativas à Acessibilidade	40
4.	AMBIENTE DE ATUAÇÃO	41
4.1.	Informações sobre o Ambiente de Atuação da EMGEA	41
5.	PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	43
5.1.	Planejamento da EMGEA	43
5.2.	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	44
5.3.	Informações sobre Outros Resultados da Gestão	46
5.4.	Informações sobre Indicadores de Desempenho - Indicadores Estratégicos e Operacionais	46
5.5.	Informações sobre Custos de Produtos e Serviços	56
6.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	57
6.1.	Programação e Execução das Despesas	57
6.2.	Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	58
7.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	59
7.1.	Estrutura de Pessoal da EMGEA	59
7.2.	Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários	63
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	65
8.1.	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	65
8.2.	Gestão do Patrimônio Imobiliário	66

8.3.	Bens Imóveis Locados de Terceiros	66
9.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	67
9.1.	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	67
10.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	71
10.1.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	71
11.	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	72
11.1.	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão TCU	72
11.2.	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	72
11.3.	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/1993.....	72
11.4.	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	72
11.5.	Alimentação SIASG e SICONV	72
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	73
12.2.	Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas	73
12.6.	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	73
12.7.	Composição Acionária das Empresas Estatais.....	73
12.8.	Relatório de Auditoria Independente	73
13.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	75
13.1.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela EMGEA	75
14.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
ANEXOS:		
	ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	77
	ANEXO II - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	131
	ANEXO III - PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	133
	ANEXO IV - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	134

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGB:	Avaliações Gerenciais Bimestrais
ANBIMA:	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BB:	Banco do Brasil S.A.
BSC:	<i>Balanced Scorecard</i>
CAIXA:	Caixa Econômica Federal
CCSS:	Comissão para Coleta Seletiva Solidária
CGU:	Controladoria Geral da União
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNJ:	Conselho Nacional de Justiça
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEST:	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFI:	Danos Físicos do Imóvel
FAHBRE:	Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda
FCVS:	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDC:	Fundação Dom Cabral
FDS:	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPE:	Fundo de Participação dos Estados
FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS:	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPCA-E:	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IRPJ:	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IRRF:	Imposto de Renda Retido na Fonte
LTN:	Letras do Tesouro Nacional
MCMV:	Programa Minha Casa Minha Vida
OCI:	Órgão de Controle Interno
PAEX:	Programa Parceiros para a Excelência da Fundação Dom Cabral
PAINT:	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDC:	Programa de Desenvolvimento de Competências
PDD:	Programa de Desenvolvimento de Dirigentes
PDG:	Programa de Dispendios Globais
PDTI:	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PPA:	Plano Plurianual
PQVT:	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
RCV:	Relação de Contratos Validados
RFB:	Receita Federal do Brasil
SFH:	Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI:	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIOP:	Acompanhamento da Execução das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SIORG:	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
STN:	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU:	Tribunal de Contas da União
TRF:	Tribunais Federais Regionais
TRT	Tribunal Regional do Trabalho

LISTAS DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Quadro 1 - (A.1.1.1) – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro 2 - (A.1.3) - Informações sobre as Áreas Estratégicas	12
Quadro 3 – Remuneração paga à CAIXA – Exercício de 2014.....	27
Quadro 4 – Trabalhos de Auditoria – Previsto x Realizado – Exercício de 2014.....	30
Quadro 5 – Auditoria de Processos – Previsto x Realizado – Exercício de 2014.....	30
Quadro 6 (A.2.4) – Avaliação do Sistema de Controles Internos da EMGEA – Exercício de 2014.....	32
Quadro 7 (A.2.5.2) - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho de Administração – 2014.....	36
Quadro 8 (A.2.5.2) - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2014	37
Quadro 9 (A.2.5.3) – Síntese da Remuneração Paga aos Administradores – Diretoria Executiva....	37
Quadro 10 (A.2.5.3) - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração	38
Quadro 11 (A.2.5.3) - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal.....	38
Quadro 12 - Mapa Estratégico da EMGEA – 2014	44
Quadro 13 (A.5.2.1)- Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2014”	45
Quadro 14 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”	46
Quadro 15 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Metas Fiscais Superadas” ..	48
Quadro 16 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Imagem da Empresa Divulgada e Consolidada	49
Quadro 17 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Processos de Controles Internos Aprimorados”	50
Quadro 18 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Processos de Informações Contábeis, Orçamentárias e Fiscais Aprimorados”	51
Quadro 19 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Governança de Tecnologia da Informação Aprimorada”	51
Quadro 20 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Gerenciamento de Custos por Processos Definidos”.....	51
Quadro 21 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Gestão de informações Jurídico-Processuais Aprimorada”	52
Quadro 22 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processo de Logística Otimizado”	52
Quadro 23 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolvimento de Competências com Conhecimento Preservado na Empresa”	52
Quadro 24 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”	53
Quadro 25 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Desempenho Operacional	54
Quadro 26 (A.6.1.3.2) - Despesas por Modalidade de Contratação - 2014 e 2013	58

LISTAS DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Quadro 27 (A.7.1.1.1)– Força de Trabalho da EMGEA – 2014	59
Quadro 28 (A.7.1.1.2) – Distribuição da Lotação Efetiva	59
Quadro 29 - Força de Trabalho por Nível de Escolaridade.....	60
Quadro 30 (A.7.1.3) – Custos do Pessoal	60
Quadro 31 (A.7.1.3) - Custos com Pessoal - 2014, 2013 e 2012	61
Quadro 32 (A.7.1.3) - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2014, 2013 e 2012.....	61
Quadro 33 (A.7.1.3) – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT - Função Comissionada - 2014, 2013 e 2012.....	61
Quadro 34 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado – 2014.....	62
Quadro 35 – Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados - 2014, 2013 e 2012.....	63
Quadro 36 (A.7.2.1) - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	64
Quadro 37 - Veículos Contratados - Dados do Contrato Vigente.....	65
Quadro 38 - Veículos Contratados - Dados do Contrato Anterior.....	65
Quadro 39 – Equipamentos Adquiridos pela Tecnologia – Exercício 2014.....	67
Quadro 40 - (A.9.1) – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	69
Quadro 41 (A.10.1) – Aspectos da Gestão Ambiental.....	71
Quadro 42 (A.11.5) – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	72

FIGURAS

Figura 1 - Sistema de Governança Corporativa da EMGEA	28
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de Imóveis não de Uso Alienados	20
Gráfico 2 – Imóveis não de Uso – Arrecadação com a Venda – 2013 e 2014.....	21
Gráfico 3 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Privado - Arrecadação 2013 e 2014.....	22
Gráfico 4 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2014 por Região Geográfica.....	24
Gráfico 5 - Quantidade Anual de Contratos de Operações de Crédito perante Pessoas Físicas e Jurídicas.....	41

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2014 reafirmou a eficácia da EMGEA na gestão de ativos públicos e assinalou o início de uma nova fase em sua história.

Com apenas treze anos de existência, a Empresa desincumbiu-se plenamente de seu encargo inicial: a promoção do adimplemento e liquidação de mais de um milhão de contratos originados do antigo Sistema Financeiro da Habitação - SFH. A solução desses contratos continua a trazer benefícios imediatos e concretos a milhares de famílias brasileiras. E, além disso, a EMGEA já fez retornar R\$ 39,47 bilhões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Referência na gestão de ativos públicos de difícil recuperação e detentora de resultados sólidos, a EMGEA propicia remuneração a seu acionista e contribui para a obtenção de superávit primário pelo governo brasileiro. Por isso, credenciou-se a adquirir, em setembro de 2014, uma nova carteira de ativos, composta por créditos comerciais e habitacionais.

Os resultados alcançados encontram-se consolidados neste Relatório de Gestão do Exercício de 2014, que foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014, e apresenta os seguintes itens, assim estruturado:

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA EMGEA
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS:

- ANEXO I DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
- ANEXO II RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- ANEXO III PARECER DO CONSELHO FISCAL
- ANEXO IV PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 134/2014 – CONTEÚDOS GERAIS, que não se aplicam à natureza jurídica da EMGEA, em função de suas especificidades, estão relacionados na introdução de cada item supracitado.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA EMGEA

1.1. Identificação da EMGEA

Quadro 1 - (A.1.1.1) – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 55962
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Empresa Gestora de Ativos			
Denominação Abreviada: EMGEA			
Código SIORG: 55962	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: UJ 179102
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 04.527.335/0001-13	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214-4909	(61) 3214-4910	(61) 3214-4900
Endereço Eletrônico: emgea@emgea.gov.br			
Página na Internet: http://www.emgea.gov.br			
Endereço Postal: Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja – Edifício São Marcus – CEP 70070-902 - Brasília – DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A EMGEA foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 – atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.8.2001. O atual Estatuto Social da EMGEA foi aprovado na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122 de 3.3.2010, publicado no Diário Oficial da União de 4.3.2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da Empresa, aprovado em 25.10.2013.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A Empresa dispõe de sistema corporativo de normativos, veiculado na <i>intranet</i> , onde estão publicadas as Políticas, Normas, Procedimentos e Planos de Continuidade de Negócios, relacionados aos seus processos, produtos e serviços.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da EMGEA

A Empresa Gestora de Ativos - EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

Foi criada pelo Decreto nº 3.848/2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155/2001, atual Medida Provisória nº 2.196-3/2001 e rege-se pelo seu Estatuto Social, na forma do Anexo ao Decreto nº 7.122/2010, e pelo seu Regimento Interno.

Quando de sua constituição, tornou-se cessionária de mais 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH e do SH.

Em 30.9.2014, foi realizada permuta de ativos entre a EMGEA e a CAIXA, que resultou no ingresso de 2.121.683 contratos de operações de crédito perante pessoas físicas, sendo 2.106.469 da carteira comercial e 15.214 da carteira imobiliária.

A operação teve como contrapartida a transferência de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, de propriedade da EMGEA, o que tem contribuído para a melhoria da liquidez da Empresa, tendo em vista que os novos ativos geram fluxo de caixa imediato.

A contínua redução do estoque de contratos ocorrida entre 2001 e 2013 demonstra que a Empresa vem cumprindo sua missão de equacionar os antigos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, que se encontravam havia anos sem solução, beneficiando desse modo milhares de famílias, notadamente de baixa renda.

Nesse contexto, a EMGEA tem implantado medidas negociais para incentivar a liquidação e a reestruturação das dívidas que viabilizam não só a realização desses ativos, como também o ingresso de recursos.

No exercício de 2014, a missão e a visão da Empresa foram ajustadas para:

Missão: “Gerir ativos por meio de soluções inovadoras”;

Visão: “Ser a melhor gestora de ativos do Brasil”.

1.3. Organograma Funcional

Em consonância com o seu Regimento Interno de 25.10.2013, a estrutura organizacional da EMGEA é constituída por:

- a) Conselho de Administração – COSAD:
 - i. Auditoria Interna – AUDIT.
- b) Conselho Fiscal – COFIS;
- c) Presidência – PRESI:
 - i. Gabinete da Presidência – GABIN;
 - ii. Consultoria Jurídica – COJUR:
 - Gerência de Consultivo Administrativo e Operacional – GECAD;
 - Gerência de Processos Jurídicos Estratégicos – GEPRE;
 - Gerência de Processos Jurídicos – GEJUT.
 - iii. Assessoria Especial da Presidência – ASSES;
 - iv. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.
- d) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF:
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF:
 - Gerência de Administração de Recursos – GEARE;
 - Gerência de Obrigações Pecuniárias – GEROP;

- Gerência de Portfólio – GEPOR;
 - Gerência de Controle e Conformidade – GECOT;
 - Gerência de Suporte a Canais – GESUC.
- e) Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ:
- i. Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ:
 - Gerência de Negócios de Créditos Prioritários – GEPRI;
 - Gerência de Recuperação de Ativos – GERAT;
 - Gerência de Apoio à Negociação – GERAP.
 - ii. Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS – SUREF:
 - Gerência de Realização de Créditos FCVS – GEREF;
 - Gerência de Operações com o Setor Público – GESEP.
- f) Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG:
- i. Superintendência Financeira – SUFIN:
 - Gerência de Planejamento e Administração Financeira – GEPAF.
 - ii. Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL:
 - Gerência de Licitação e Patrimônio – GELIC;
 - Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES.
 - iii. Superintendência de Tecnologia – SUTEC:
 - Gerência de Desenvolvimento de Sistemas – GEDES;
 - Gerência de Redes e Suporte – GERED.
- g) Diretoria de Controladoria – DICON:
- i. Superintendência de Controles Internos – SUCOI:
 - Gerência de Conformidade – GECOF;
 - Gerência de Riscos Corporativos – GERIS.
 - ii. Superintendência de Contabilidade e Orçamento – SUCOR:
 - Gerência de Contabilidade – GECON;
 - Gerência de Tributos – GETRI.

Observações:

A composição dos Conselhos de Administração e Fiscal está disciplinada no Estatuto Social da Empresa.

O Diretor-Presidente e os Diretores da EMGEA compõem a Diretoria Executiva, conforme dispõe o Estatuto Social da Empresa.

Quadro 2 - (A.1.3) - Informações sobre as Áreas Estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas	Gerir e recuperar créditos perante pessoas físicas	Eugen Smarandescu Filho	Diretor	1º.1.2014 a 31.12.2014
Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas	Gerir e recuperar créditos perante pessoas jurídicas	Eduardo Pereira	Diretor	1º.1.2014 a 31.12.2014
Diretoria de Pessoas e Logística	Gerir pessoas, os recursos logísticos, de tecnologia da informação e o fluxo de caixa	Euclides Renato Deponti	Diretor	1º.1.2014 a 31.12.2014
Diretoria de Controladoria	Coordenar as atividades de controles internos, registro contábil, tributação e orçamento	Antonio Luiz Bronzeado	Diretor	1º.1.2014 a 31.12.2014

Fonte: Superintendência de Controles Internos

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos encontram-se relacionados adiante:

Macroprocesso Finalístico 1 – Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas

Objetivo geral:	Desenvolver soluções e implementar medidas que resultem na retomada do fluxo financeiro e na melhoria da rentabilidade da carteira
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
Principais clientes:	Pessoas físicas devedoras de financiamentos habitacionais
Indicadores utilizados:	Vide subitem 5.4 <ul style="list-style-type: none"> • Realização das Arrecadações • Arrecadação Pessoa Física – atraso maior que 360 dias • Arrecadação de Pessoa Física – Contratos • Arrecadação Pessoa Física - Outros

Para melhorar a performance da arrecadação, a EMGEA adota medidas para regularizar os contratos imobiliários, por meio de incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas, a fim de eliminar o desequilíbrio financeiro, combater a inadimplência e realizar acordos nas esferas administrativa e judicial, contribuindo assim para o ingresso de recursos, a partir da retomada do fluxo de pagamento dos contratos.

Principais Ações do Macroprocesso

As ações pautaram-se pelo acompanhamento e controle das medidas negociais adotadas em exercícios anteriores, bem como pela otimização e ajuste das medidas de incentivo à liquidação e à reestruturação dos contratos, de sorte a incrementar o ingresso de recursos mediante a retomada do fluxo de pagamentos.

Ação 1 – Arrecadação da carteira de crédito imobiliário Pessoa Física

Finalidade: Liquidar e reestruturar dívidas

Descrição: Incrementar a arrecadação da carteira por intermédio de incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas dos contratos de crédito imobiliário

Essa ação visa restabelecer o fluxo de pagamentos dos contratos, por meio de incentivo à realização de liquidações antecipadas e amortizações extraordinárias, pelo recebimento de indenizações securitárias, pela regularização do pagamento das prestações, além de eliminar o desequilíbrio financeiro das operações, mediante reestruturação de dívidas.

A continuidade da campanha de adimplência dos contratos carta de crédito, iniciada no exercício de 2012, resultou na regularização de 38.090 contratos.

No exercício, foram liquidados 32.744 contratos de operações de crédito imobiliário, diminuindo a carteira de pessoa física em 9,92%, nada obstante a aquisição de 15.214 contratos, ocorrida em face da permuta de ativos entre a EMGEA e a CAIXA, de 30.9.2014.

Resultados e Conclusões:

Arrecadação de R\$ 707,56 milhões, equivalentes a 108,85% da meta de R\$ 650 milhões, estipulada para o período. Esse valor inclui o correspondente à atualização pela taxa Selic, de responsabilidade da CAIXA, pelos eventuais repasses da arrecadação em prazo superior ao contratualmente previsto.

Ação 2 – Recuperação e arrecadação de valores dos contratos inadimplentes

Finalidade: Recuperar e restabelecer o fluxo financeiro dos créditos

Descrição: Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos com mais de 90 dias de atraso, caracterizados como inadimplentes

Foi mantida a estratégia adotada em 2012 de concentrar esforços na regularização dos contratos inadimplentes ou desequilibrados.

No início de 2014, existiam 88.360 contratos inadimplentes de crédito imobiliário perante pessoas físicas, cujo valor contábil, não deduzidas as respectivas provisões, alcançava o montante de R\$ 5,78 bilhões.

Resultados e Conclusões:

Arrecadação de R\$ 361,23 milhões, superior em 12,89% à meta de R\$ 320,00 milhões, e restabelecimento do fluxo financeiro de 21.144 contratos, assim distribuídos:

- Liquidações antecipadas: 15.254;
- Parcelamentos: 1.698;
- Reestruturações: 4.015;
- Transferências de devedor: 177.

Ação 3 – Contratos *sub judice*

Finalidade: Recuperar créditos

Descrição: Conceder incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas para os contratos *sub judice*, por meio de ações voltadas ao estímulo da conciliação nos tribunais

Com o incentivo da Justiça Federal, desde 2002, a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do SFH, tem sido uma maneira ágil e definitiva de solucionar os conflitos entre as partes.

Em 2014 o CNJ estabeleceu meta para a Justiça Federal de realização de 3.400 audiências de conciliação no segundo semestre, relativamente aos processos envolvendo contratos da EMGEA.

Foram agendadas 15.341 audiências e realizadas 10.727, ao longo do exercício de 2014, sendo 10.197 finalizadas e 530 remarçadas. Das audiências finalizadas em todo o País, foram firmados 5.416 acordos.

O resultado é consequência das medidas de incentivo à liquidação adotadas pela EMGEA.

Este Projeto propiciou, desde o início das conciliações, a finalização de 125.298 audiências, com 53,41% de acordos com êxito no momento da audiência, sem considerar os que se consumam após esse ato e que são levados para homologação posterior.

Resultados e Conclusões:

Apesar do ingresso de 2.692 contratos *sub judice*, advindos da carteira imobiliária com 15.214 contratos, resultante da permuta realizada com a CAIXA, em 30.9.2014, as audiências de conciliação e os acordos administrativos fizeram com que a quantidade de contratos *sub judice* mantivesse a redução histórica, onde foram firmados 5.416 acordos, gerando a recuperação de R\$ 259,75 milhões para a EMGEA. Como consequência, ao final de 2014, o estoque era de 50.531 contratos *sub judice*.

Além das ações voltadas à arrecadação descritas anteriormente, o Gerenciamento de Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas abrange outras atividades, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas aos seguintes assuntos.

Seguro Habitacional

Consiste em assegurar o direito a indenizações securitárias pela ocorrência de sinistros, previstos nas apólices contratadas, mediante pagamento dos prêmios de seguros correspondentes.

Em 2014, a EMGEA pagou à seguradora contratada e ao FCVS, o montante líquido de R\$ 64,59 milhões, sendo R\$ 61,65 milhões da apólice do SFH e R\$ 2,94 milhões da apólice de mercado, a título de prêmios de seguro das operações de crédito imobiliário junto a pessoas físicas. Esse valor é 20,00% menor em relação ao ano de 2013 (R\$ 80,74 milhões), em face da diminuição da carteira e da assinatura de contrato com nova empresa seguradora, cujos prêmios são 50,48% inferiores aos do contrato anterior.

O pagamento dos prêmios de seguro é realizado independentemente do ressarcimento por parte do mutuário, por meio da liquidação da prestação mensal. No exercício, do total pago à Seguradora, a EMGEA foi ressarcida no valor de R\$ 20,75 milhões.

Do total de prêmios emitidos, foram deduzidos cerca de R\$ 1,00 milhão, referente à remuneração recebida pela EMGEA na condição de estipulante de apólice. Essa remuneração está instituída na apólice do SFH e corresponde a 1,60% dos prêmios emitidos.

Em dezembro de 2013 a carteira de créditos perante pessoas físicas da EMGEA somava 126.380 contratos averbados, reduzindo-se para 96.638 ao final de 2014, equivalente a uma queda de 23,53%.

As indenizações correspondem ao reconhecimento, pela Seguradora e pelo FCVS, dos sinistros, assim definidos:

- De natureza pessoal (Morte ou Invalidez Permanente - MIP): nesses casos, as indenizações são pagas à EMGEA para amortizar ou quitar o saldo devedor, conforme a ocorrência de sinistro, parcial ou total;
- De natureza material (Danos Físicos do Imóvel - DFI): os mutuários são ressarcidos, pela Seguradora ou pelo FCVS, dos custos com a recuperação do bem, em decorrência dos sinistros.

A EMGEA recebeu, em 2014, o montante de R\$ 28,30 milhões, equivalente a 43,81% do total de prêmios pagos. Esse valor é inferior em 7,42%, em relação aos R\$ 30,57 milhões recebidos durante o ano de 2013.

Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Além das medidas de incentivo, outros recursos utilizados para a regularização da inadimplência são as execuções judiciais e extrajudiciais.

Para garantir a continuidade e conclusão dos procedimentos de execução de dívidas e demandas judiciais envolvendo os contratos de operações de crédito imobiliário junto a pessoas físicas, a CAIXA, na condição de prestadora de serviços, efetua o pagamento de despesas relativas a esses procedimentos e é posteriormente ressarcida pela EMGEA.

No decorrer de 2014, esses ressarcimentos à CAIXA atingiram o valor de R\$ 27,33 milhões, superior em 24,90% em relação ao montante de R\$ 21,88 milhões, alcançado em 2013.

Parte das despesas com procedimentos de execução judicial ou extrajudicial é recuperada, em razão da prerrogativa do devedor de suspender ou encerrar a execução da dívida para resgatar os direitos contratuais relativos a seu crédito imobiliário, por meio do reembolso à EMGEA dos montantes por ela incorridos.

Foi recuperado junto a pessoas físicas, em 2014, o montante de R\$ 8,29 milhões, as quais pagaram os débitos sob execução, caracterizando a purga de suas moras mediante o ressarcimento de despesas à EMGEA. Esse valor foi superior em 18,42% ao observado em 2013, na ordem de R\$ 7,00 milhões.

Depósitos Judiciais e/ou Recursais

Em determinados tipos de ações judiciais, ocorrendo decisões em seu desfavor, passíveis de recurso, a EMGEA deve efetuar depósitos à ordem do juízo. Esses depósitos (judiciais ou recursais) referentes a contratos com pessoas físicas alcançaram, em 2014, o montante de R\$ 3,95 milhões, 73,47% do valor de 2013, quando perfizeram R\$ 5,38 milhões.

Os desembolsos com esses depósitos podem ser revertidos, dependendo das decisões nas ações judiciais. Em 2014, as decisões favoráveis à EMGEA fizeram com que ela recuperasse R\$ 1,23 milhão, montante superior em 25,64% ao ocorrido no ano anterior (R\$ 980,93 mil).

Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à averbação de cessão de parte de seus créditos, à emissão de certidões, à avaliação de imóveis, à elaboração de laudos de vistoria, à utilização de serviços de cadastros restritivos, a custas judiciais e outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de operações de crédito mantidos com pessoas físicas.

No exercício de 2014, essas despesas alcançaram R\$ 15,81 mil, inferiores em 30,80% quando comparadas com o dispêndio de R\$ 22,85 mil, ocorrido em 2013.

Macroprocesso Finalístico 2 - Realização dos Créditos da EMGEA perante o FCVS

Objetivo geral:	Obter o reconhecimento da certeza e da liquidez dos créditos da EMGEA perante o FCVS
Responsável:	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Clientes:	Internos
Indicadores utilizados:	Vide subitem 5.4 <ul style="list-style-type: none">• Arrecadação – Novação FCVS

A gestão dos créditos perante o FCVS tem como finalidade a obtenção da certeza e liquidez desses ativos, para possibilitar a novação, com a União, das dívidas do Fundo, mediante a emissão, pelo Tesouro Nacional, de títulos CVS, em nome da Empresa, ou a utilização desses créditos como ativos negociáveis.

A carteira de créditos perante o FCVS encerrou o exercício de 2014 com saldo contábil, antes da constituição de provisões, de R\$ 13.916,60 milhões, sendo R\$ 13.333,19 milhões habilitados junto ao Fundo. Destes, R\$ 12.882,94 milhões encontravam-se homologados, enquanto R\$ 450,25 milhões ainda não haviam sido homologados pelo FCVS.

O saldo de créditos junto ao FCVS em 2014 é inferior aos R\$ 15.898,91 milhões observados em 2013, principalmente pela transferência de parte desses créditos para a CAIXA, em razão da permuta de ativos ocorrida em 30.9.2014.

É parte do plano de realização de créditos perante o FCVS o estabelecimento de metas operacionais de melhoria dos créditos com base nos estoques de créditos existentes no final do ano anterior, as quais, depois de estabelecidas, são objeto de acompanhamento e de apuração de resultados.

No início de 2014 foram estabelecidas metas de habilitar créditos junto ao FCVS, de reverter negativa de cobertura procedida pelo Fundo e de validação de saldo homologado, no valor total de R\$ 1.364,34 milhões, para o estoque de R\$ 3.811,77 milhões, relativo a créditos aptos a serem trabalhados para melhoria de seu valor.

Porém, em razão da permuta de ativos realizada com a CAIXA, em 30.9.2014, houve redução dos estoques de créditos aptos a serem trabalhados no final do exercício para consecução das metas operacionais estabelecidas, o que resultou em repactuação das metas de habilitar, reverter negativa e validar créditos homologados, cujos resultados finais são apresentados a seguir.

Principais Ações do Macroprocesso

Ação 1 - Novação de dívidas do FCVS pela União

Finalidade: Novar, com a União, dívidas do FCVS perante a EMGEA

Descrição: Converter créditos a receber do FCVS em títulos CVS

A novação consiste na contratação de nova dívida para extinguir a anterior. No caso das dívidas do FCVS, a União, mediante contrato, assume os débitos do Fundo com os Agentes Financeiros do SFH, sob novas condições de pagamento, remuneração e prazo, entregando ao credor, no ato da assinatura do contrato, títulos de emissão do Tesouro Nacional – títulos CVS.

Resultados e Conclusões:

As novações de dívidas do FCVS permaneceram suspensas em 2013 e 2014, em razão de questões anteriormente apontadas pela CGU em relação a determinados itens da novação. Dos entendimentos mantidos entre a CGU e a STN, resultaram, inclusive, na alteração da

Lei nº 10.150/2000, por intermédio da Medida Provisória nº 641, de 9.7.2014, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/2014, bem como na implantação de novos procedimentos definidos pelo Conselho Curador do FCVS.

Ação 2 - Habilitação de créditos perante o FCVS

Finalidade: Propiciar a apuração dos valores de responsabilidade do FCVS

Descrição: Encaminhar, ao FCVS, as informações relativas aos contratos, para análise e homologação dos valores de responsabilidade do Fundo

O processo de habilitação consiste na apresentação de informações iniciais e da documentação básica e complementar do contrato de financiamento habitacional firmado com cobertura do FCVS, para fins de apuração dos valores de responsabilidade do Fundo.

Resultados e Conclusões:

As ações desenvolvidas resultaram em 6.238 contratos habilitados, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 410,45 milhões, conforme detalhado adiante:

- habilitação de 4.020 contratos do estoque de 2012, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 311,31 milhões, atingindo 97,29% da meta anual repactuada, de R\$ 320,00 milhões;
- habilitação de 2.218 contratos do estoque de 2013, com expectativa de recebimento de R\$ 99,13 milhões, atingindo 96,80% da meta anual repactuada, de R\$ 102,41 milhões.

Ação 3 – Reversão de negativa de cobertura pelo FCVS

Finalidade Recuperar créditos com negativa de cobertura procedida pelo FCVS

Descrição Analisar a descaracterização da negativa de cobertura procedida pelo FCVS, para reversão dos valores do crédito à EMGEA

A reversão consiste na descaracterização das negativas de cobertura procedidas pelo FCVS para os contratos de financiamento habitacional da carteira imobiliária da EMGEA, de forma a recuperar créditos com potencial a ser revisto, por intermédio de fundamentação de análise e elaboração de recurso administrativo ao Fundo.

Resultados e Conclusões:

As ações desenvolvidas resultaram em 4.163 contratos trabalhados com o objetivo de reverter negativa procedida pelo FCVS, com expectativa de recebimento do Fundo no montante de R\$ 358,98 milhões, correspondente ao percentual de 102,57% da meta anual repactuada, de R\$ 350,00 milhões, conforme detalhado a seguir:

- realização de reversão de negativa de cobertura para 378 contratos, no montante de R\$ 22,73 milhões;
- expectativa de reversão, por recurso administrativo apresentado ao FCVS, para 2.192 contratos, no montante de R\$ 266,17 milhões;
- conclusão de que não cabe recurso administrativo ao FCVS para 1.593 contratos, que totalizam R\$ 70,07 milhões.

Ação 4 – Validação de créditos homologados pelo FCVS

Finalidade: Aceitar o valor homologado pelo FCVS, dando condições de novação aos créditos
Descrição: Consiste na informação analítica dos contratos com saldos anuídos por meio da emissão da RCV

A validação de créditos homologados consiste na análise e confirmação do valor atribuído pelo FCVS, mediante emissão da Relação de Contratos Validados - RCV ou, se for o caso, na definição operacional de que não cabe recurso àquele Fundo para melhoria de créditos com valor homologado diferente daquele apresentado pela EMGEA, como também para os não contemplados pelas medidas de validação estabelecidas pela Empresa.

A validação com RCV é um dos requisitos para a novação de que trata a Lei nº 10.150/2000. Os demais requisitos estão ligados à inexistência de impedimentos operacionais e negociais apropriados na cadeia de matrículas dos Agentes Cedentes dos créditos ou na matrícula do credor atual, se for o caso.

Resultados e Conclusões:

As ações para validação dos créditos homologados pelo FCVS obtiveram um resultado de R\$ 168,48 milhões, correspondente a 2.659 contratos, para os quais houve a análise de que não cabe recurso ao Fundo ou ocorreu a concordância com o valor apresentado pelo Fundo, mediante a sua inclusão na RCV. O resultado alcançado é decorrente das seguintes ações:

- validação de 2.284 contratos, com valores homologados pelo FCVS no montante de R\$ 138,53 milhões, atingindo 92,36% da meta estabelecida, de R\$ 150,00 milhões, relativa ao estoque contratos com valores homologados pelo FCVS com valores divergentes daqueles apresentados pela EMGEA e não contemplados pelas medidas de validação da Empresa. O resultado foi obtido com as seguintes atividades:
- emissão de RCV para 55 contratos, com valor a receber do Fundo de R\$ 1,59 milhão;
- análise de 1.663 contratos, no montante de R\$ 84,61 milhões, para os quais se concluiu que não cabe recurso administrativo ao FCVS para melhoria do crédito;
- análise de 566 contratos, no montante de R\$ 52,32 milhões, com recurso administrativo apresentado ao FCVS;
- validação de 375 contratos com valores homologados pelo FCVS no montante de R\$ 29,94 milhões, atingindo 30,11% da meta anual repactuada, de R\$ 99,44 milhões, relativa ao estoque de créditos com valores homologados no âmbito das medidas autorizadas pela EMGEA.

Ação 5 – Formalização de processos de novação de créditos perante o FCVS

Finalidade: Obter a certeza e a liquidez da dívida do FCVS para emissão de títulos CVS
Descrição: Consiste nos procedimentos operacionais para certificar o cumprimento de todos os requisitos necessários à novação, com a União, das dívidas do FCVS

A formalização de processos de novação das dívidas do FCVS consiste em preparar e apresentar, à Administradora do Fundo, os documentos requeridos, dentre eles o pedido de novação e a respectiva documentação do Credor, bem como os dos agentes cedentes e aqueles que comprovam a cessão dos créditos FCVS à EMGEA.

Os créditos aptos para novar são aqueles com valores homologados e auditados pela Administradora do FCVS e validados pela EMGEA com a emissão de RCV, em que os antigos agentes cedentes cumpriram todos os requisitos necessários à novação.

Resultados e Conclusões:

Ao final do exercício de 2014, os créditos homologados pelo FCVS que estavam com processos de novação formalizados ou em fase de instrução perfaziam o montante de R\$ 2.258,07 milhões. Deste total, R\$ 2.050,72 milhões referem-se a processo formalizado em 2014 ou com arquivos de novação gerados no exercício, e R\$ 207,35 milhões decorrem de processos formalizados em exercícios anteriores. A seguir, é apresentada a situação de andamento dos processos de novação em 31.12.2014:

- enviado pela Administradora do FCVS à CGU: R\$ 637,52 milhões;
- em análise no âmbito da Administradora do FCVS: R\$ 207,35 milhões;
- em fase final de instrução dos processos pela EMGEA: R\$ 1.413,20 milhões.

No exercício optou-se por cancelar alguns processos de novação já formalizados, em razão do tempo decorrido e da necessidade de adequação aos novos procedimentos adotados pela Administradora do FCVS, especialmente em face das alterações promovidas pela Lei nº 10.150/2000.

Os demais créditos homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 7.222,68 milhões, estavam aptos operacionalmente para serem novados ou em análise pela Administradora do FCVS (RCV - Não Auditado) ou pela EMGEA (Créditos Não Validados).

A seguir, é apresentada a situação operacional dos créditos homologados pelo FCVS ao final do exercício de 2014 (em R\$ milhões):

- Em Processo de Novação: 2.258,07
- Aptos à Novação - RCV Auditado: 3.941,59
- Em Análise: 3.281,08
- **Total:** **9.480,76**

Macroprocesso Finalístico 3 – Gerenciamento dos Imóveis não de Uso

Objetivo geral:	Realizar as garantias mediante alienação de imóveis
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
Clientes:	Interessados em aquisição de imóveis
Indicadores utilizados:	Vide subitem 5.4 Arrecadação Pessoa Física – Imóveis

Em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento, no curso de execuções de natureza judicial ou extrajudicial, a EMGEA detém a propriedade de imóveis, denominados imóveis não de uso. A alienação desses imóveis é ainda um importante meio de recuperação do crédito.

Considerando que a incorporação desses ativos, por vezes, ocorreu acompanhada de obrigações que se vinculam à propriedade imobiliária e oneram a Empresa, e que parte dos imóveis é objeto de pendências que inibem ou até impedem sua venda, coube a EMGEA adotar política de concessão de descontos, com vistas a acelerar a venda desses imóveis.

Ação 1 – Alienar Imóveis não de Uso

Finalidade: Desmobilizar, via alienação, imóveis não de uso

Descrição: Conceder incentivos e promover a alienação de imóveis não de uso, por meio de licitação pública ou de venda direta

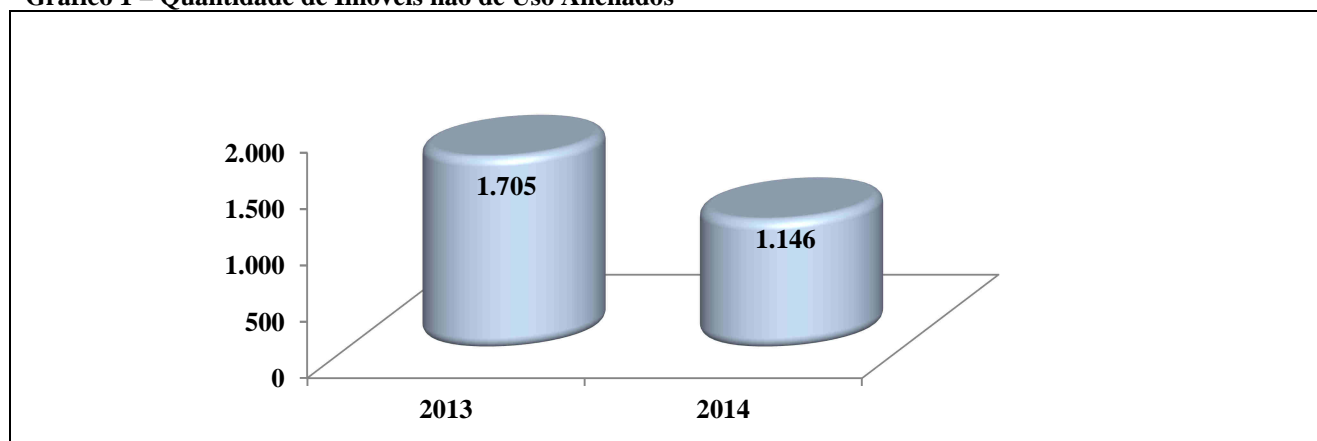
Resultados e Conclusões:

Ao adotar a política de concessão de descontos, a EMGEA conseguiu aumentar a venda desses imóveis. O estoque, que chegou em 10.693 unidades em 2008, perfazia 4.260 unidades no fim de 2014, ocorrendo no exercício uma redução de 53 unidades, em relação a 2013.

Foram alienados 1.146 imóveis em 2014, com uma redução de 32,79% em relação à quantidade de 1.705 unidades, observada em 2013. Essa redução é decorrente de fatores externos, como a oferta de novos financiamentos para imóveis destinados à população de baixa renda (MCMV) e também da característica da carteira remanescente na qual 52,79% dos imóveis encontram-se com pendências judiciais impeditivas à venda.

Por conseguinte, em 2014 foram mantidos os esforços para solução das pendências impeditivas de venda, alcançando-se redução do quantitativo de imóveis com pendência para 2.249, em contrapartida aos 2.314 existentes em 2013.

Gráfico 1 – Quantidade de Imóveis não de Uso Alienados

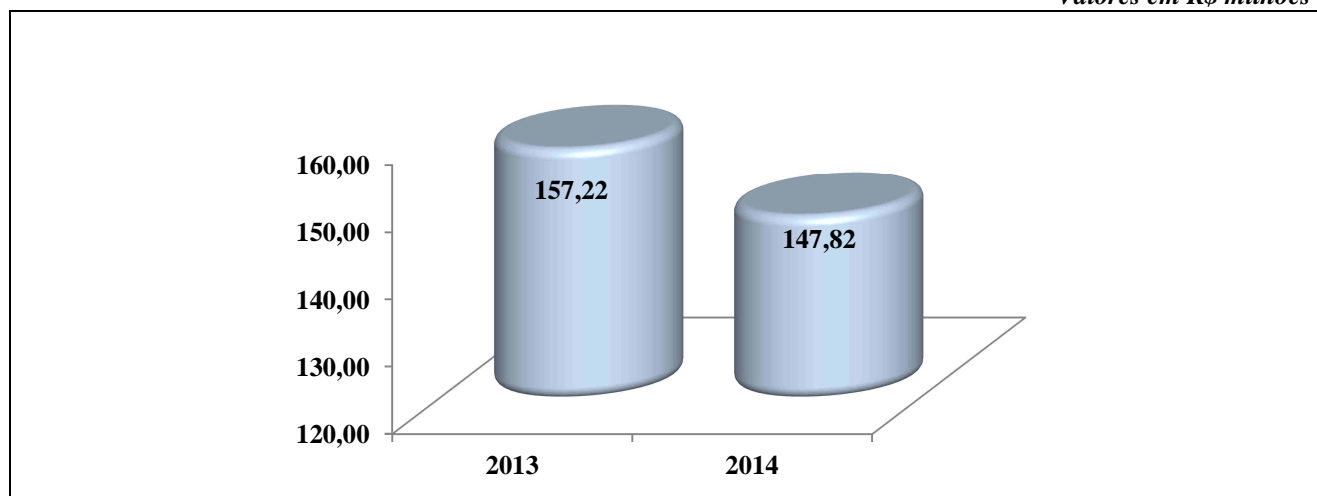


No exercício foram arrecadados R\$ 146,89 milhões equivalentes a 97,92% da meta negociada para o período. Esse valor inclui o correspondente à atualização pela taxa Selic, de responsabilidade da CAIXA, pelos eventuais repasses da arrecadação em prazo superior ao contratualmente previsto.

Houve ainda a recuperação de R\$ 0,31 milhão com despesas de manutenção, totalizando a arrecadação de R\$ 147,82 milhões, nos quais está incluída a remuneração paga pela CAIXA em razão de repasse da arrecadação em prazo superior ao contratualmente previsto. Esse valor representa uma redução de 6,15% em relação ao realizado em 2013, da ordem de R\$ 157,52 milhões.

Gráfico 2 – Imóveis não de Uso – Arrecadação com a Venda – 2013 e 2014

Valores em R\$ milhões



As despesas vinculadas à propriedade dos imóveis adicionadas das despesas decorrentes da administração e venda desses ativos atingiram R\$ 33,19 milhões, equivalentes a 22,45% da arrecadação (R\$ 147,82 milhões), conforme discriminado a seguir (em R\$ milhões):

- Obrigações e manutenção – condomínios, tributos, concessionárias de serviços públicos, reparos, laudos de avaliação e outras despesas: 17,62;
- Laudos de avaliação: 3,34;
- Remuneração paga à CAIXA pela administração e venda dos imóveis: 12,21.

Macroprocesso Finalístico 4 - Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas

Objetivo geral:	Estruturar soluções que resultem na retomada do fluxo financeiro com consequente melhoria da rentabilidade da carteira
Responsáveis:	Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS
Clientes:	Pessoas jurídicas de direito público e privado
Indicadores utilizados:	Vide subitem 5.4 <ul style="list-style-type: none">• Realização das Arrecadações• Arrecadação Pessoa Jurídica – atraso maior que 360 dias• Arrecadação Pessoa Jurídica – Setor Privado• Arrecadação Pessoa Jurídica – Setor Público

A EMGEA detém créditos originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, vinculados à área habitacional e à área comercial, cujos devedores são pessoas jurídicas de direito privado e de direito público.

Os contratos com pessoas jurídicas de direito privado são originários de operações de crédito imobiliário, para incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por construtoras e cooperativas, além de financiamento para aquisição de imóveis comerciais.

Relativamente às pessoas jurídicas de direito público, a Empresa possui créditos representados por operações imobiliárias e de financiamento junto a entes da Federação, formalizadas no âmbito de programas públicos federais para recuperação de instituições financeiras e desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

No segundo semestre de 2014, foi implantada nova sistemática de controle de garantias vinculadas aos contratos geridos pela Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas, representando significativa melhoria no processo, uma vez que possibilitou a gestão de modo *online*, por meio de uma solução automatizada e compartilhada com as unidades da CAIXA, responsáveis pela atualização dessas informações, como prestadora de serviços. A tempestividade e confiabilidade dessas informações são fatores fundamentais para embasar a tomada de decisão da EMGEA.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício deu-se continuidade às ações definidas em exercícios anteriores, a seguir descritas.

Principais Ações do Macroprocesso

Pessoas Jurídicas de Direito Privado

Ação 1 – Priorizar negócios financeiramente viáveis com grandes devedoras, com perspectivas de negociação

Finalidade: Viabilizar a recuperação dos créditos junto a entidades com contratos de maior retorno em arrecadação

Descrição: Negociar por via administrativa ou judicial

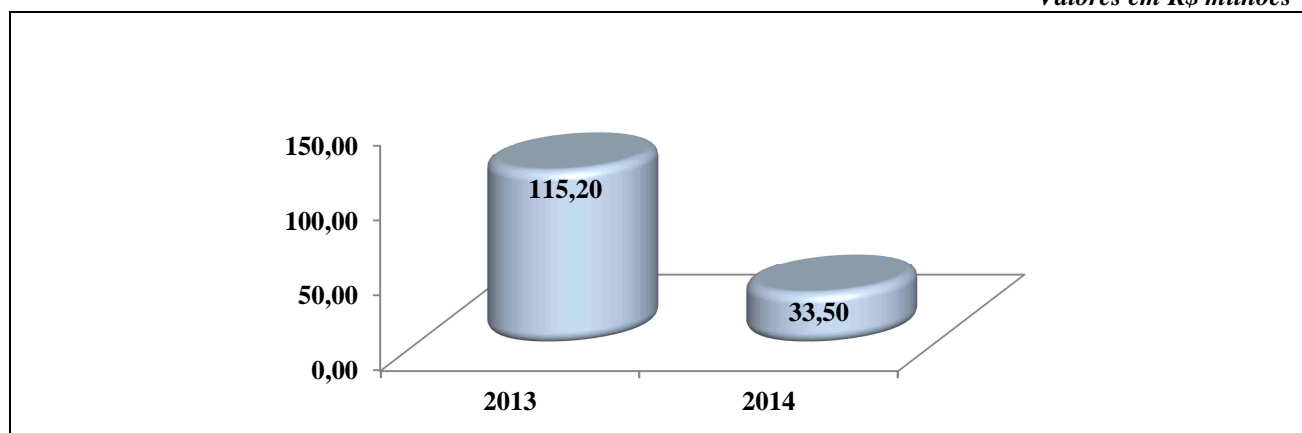
Essa ação objetiva buscar soluções negociadas para recuperar créditos que compõem a carteira da EMGEA, de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado.

Resultados e Conclusões:

No ano de 2014, as medidas negociais adotadas pela EMGEA permitiram o ingresso de R\$ 33,50 milhões, em espécie, provenientes dos contratos de crédito com pessoas jurídicas de direito privado. A meta, de R\$ 121,40 milhões, definida para o período não foi integralmente alcançada, pois, embora tenham sido entabuladas negociações em montante superior a R\$ 100,00 milhões, parte delas não se concretizou dentro do exercício, quer pela necessidade de reunir mais insumos para os estudos técnicos, quer por desistência de alguns devedores/investidores.

Gráfico 3 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Privado - Arrecadação 2013 e 2014

Valores em R\$ milhões



Ação 2 – Negociar as operações vinculadas às empresas Liquidandas e Repassadoras

Finalidade: Viabilizar a recuperação de créditos com medidas no campo judicial e administrativo

Descrição: Buscar soluções negociais para recuperação desses créditos

Resultados e Conclusões:

Embora no ano de 2014 tenha ocorrido aprovação de operação mediante o recebimento de R\$ 2,74 milhões de dívidas renegociadas, o ingresso não se efetivou dentro do presente exercício.

Além das ações voltadas à arrecadação descritas anteriormente, o Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas de Direito Privado abrange outras atividades, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas aos seguintes assuntos.

Despesas com procedimentos de execução judicial e extrajudicial

Com o objetivo de recuperar seus créditos, a EMGEA adota medidas judiciais e extrajudiciais em face de pessoas jurídicas inadimplentes, incorrendo em despesas relacionadas a esses procedimentos. Tais despesas atingiram o valor de R\$ 0,79 milhão no ano de 2014, ante R\$ 0,71 milhão desembolsados em 2013. Estas despesas decorrem de fatores vinculados às decisões judiciais e às custas judiciais e sucumbenciais, variando, portanto, de acordo com o andamento dos processos ajuizados.

Depósitos Judiciais e Recursais

Em face da existência de ações judiciais interpostas contra a EMGEA, podem ocorrer decisões que lhe sejam desfavoráveis. Nesses casos, há necessidade de se efetuar depósitos à ordem do juízo, permitindo a implementação de medidas para a reversão dessas decisões contrárias.

Em 2014, diante dessas ocorrências, a EMGEA desembolsou o montante de R\$ 119,12 mil com depósitos judiciais e recursais, relativo a contratos mantidos com pessoas jurídicas do setor privado, ante R\$ 29,16 mil desembolsados em 2013.

Despesas com Manutenção de Créditos e Garantias

A EMGEA incorre em despesas relacionadas à pesquisa de bens, à emissão de certidões, à elaboração de laudos de avaliação de imóveis, manutenção de garantias e outras que se relacionem ao mesmo propósito, vinculadas a contratos de operações de crédito mantidos com pessoas jurídicas do setor privado. No exercício de 2014, essas despesas totalizaram R\$ 460,67 mil, enquanto no exercício de 2013, essas despesas totalizaram R\$ 50,61 mil.

Pessoas Jurídicas de Direito Público

Ação 4 - Arrecadação de recursos oriundos da carteira de financiamento a entes da Federação

Finalidade: Contribuir para o equilíbrio financeiro da EMGEA

Descrição: Recebimento de recursos provenientes de contratos firmados com entes da Federação

A EMGEA possui carteira de créditos junto a entes da Federação, constituída de 379 contratos provenientes de operações celebradas no âmbito de programas de governo, destinadas às áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

No final do exercício de 2014 o saldo devedor da carteira registrou o montante de R\$ 47,08 milhões, sendo R\$ 16,37 milhões relativos a 72 contratos firmados com 7 Estados e com o Distrito Federal e R\$ 30,70 milhões referentes a 307 contratações assinadas com 208 Municípios.

Essas operações contam com garantias de arrecadação do ICMS e, principalmente, de receitas originárias das quotas-parte do FPE ou do FPM.

Para 2014 foi estabelecida a meta de arrecadação da carteira de créditos junto a entes da Federação em R\$ 60,00 milhões. Nesse sentido, foram implementadas medidas de acompanhamento sistêmico das operações, avaliação do desempenho dos pagamentos mensais e adoção de ações corretivas, com vistas a assegurar o nível de recebimento compatível com o objetivo definido.

Resultados e Conclusões:

Em 2014, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 61,08 milhões, equivalente a 101,80% da meta anual. Desse montante, R\$ 21,62 milhões referem-se a ingressos provenientes de operações firmadas com Estados e com o Distrito Federal e R\$ 39,45 milhões derivam de operações formalizadas com Municípios.

Geograficamente, e, no que se refere à carteira de créditos junto aos Estados e ao Distrito Federal, a região Nordeste foi a que contribuiu com o maior volume de arrecadação, atingindo 46,62% da totalidade de recursos recebidos no ano.

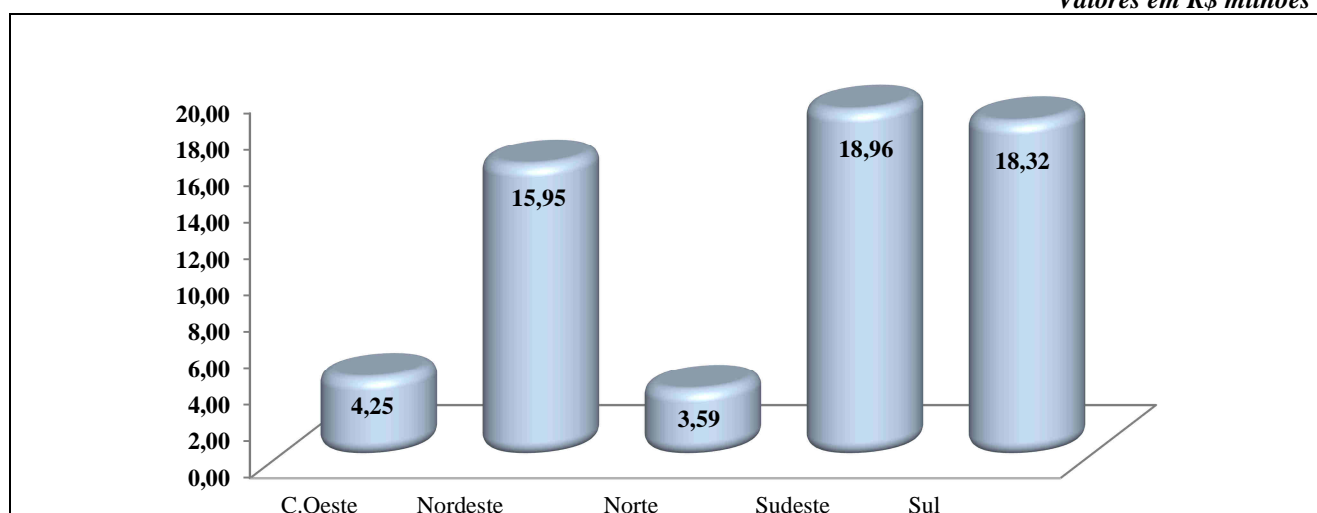
A região Sudeste não registrou arrecadação de recursos, tendo em vista que os saldos das operações existentes nos respectivos estados foram liquidados no exercício de 2013. Quanto à carteira de créditos junto aos Municípios, a região Sudeste foi responsável pelo maior índice de arrecadação, correspondente a 48,06% do total ingressado na EMGEA.

Considerando a arrecadação total das duas carteiras, as regiões Sudeste e Sul demonstraram os melhores desempenhos, registrando arrecadações de R\$ 18,96 milhões (31,04%) e de R\$ 18,32 milhões (30,01%), respectivamente.

Encontra-se a seguir a representação gráfica dos valores arrecadados junto a entes da Federação, distribuídos por região geográfica.

Gráfico 4 - Créditos junto a Pessoas Jurídicas do Setor Público – Arrecadação 2014 por Região Geográfica

Valores em R\$ milhões



Desde junho de 2001, data da cessão dos créditos para a EMGEA, até dezembro de 2014, a carteira de créditos junto a entes da Federação propiciou o ingresso de R\$ 1.366,46 milhões, sendo R\$ 608,28 milhões provenientes de operações firmadas com Estados e com o Distrito Federal e R\$ 758,17 milhões oriundos de contratações formalizadas com Municípios.

Ação 5 - Formalização de acordos para quitação de dívidas contratuais

Finalidade: Promover o ingresso de recursos financeiros
Descrição: Realizar acordos para quitação das obrigações consignadas contratualmente

A EMGEA detém 16 carteiras imobiliárias adquiridas originalmente pela CAIXA com governos estaduais e empresas em regime de liquidação extrajudicial, encontrando-se em processo de negociação para recebimento de dívidas estabelecidas contratualmente.

A negociação dessas carteiras compreende:

- a obtenção do reconhecimento, por parte dos Agentes Cedentes, da dívida de *pro solvendo*, prevista nos contratos de aquisição;
- a renegociação de dívidas e obrigações pactuadas em instrumentos contratuais;
- a formalização de acordos visando ao recebimento das respectivas dívidas.

As aquisições das carteiras imobiliárias foram efetuadas na condição *pro solvendo*, ou seja, de forma provisória até definição do real valor dos ativos imobiliários que a compõem.

A apuração definitiva do montante devido pelo Agente Cedente é efetuada por meio do processo de depuração, que consiste na análise documental e financeira de cada crédito imobiliário. Dessa forma, a dívida de *pro solvendo* somente é confirmada após a finalização do processo de depuração das carteiras.

No início de 2014, as 16 carteiras imobiliárias apresentavam a expectativa de recebimento de dívidas da ordem de R\$ 787,74 milhões.

Resultados e Conclusões:

Em 2014, foram realizadas negociações que resultaram na formalização de um acordo para quitação de dívida de *pro solvendo* de uma carteira imobiliária, no valor de R\$ 4,38 milhões, posição 1º.8.2014, sendo R\$ 111,37 mil ingressados na EMGEA em dezembro de 2014 e o restante com previsão de pagamento no exercício seguinte. Também foi firmado instrumento de repactuação de prazo de retorno, garantindo a condição de adimplência do contrato e possibilitando condições para quitação da dívida até o exercício de 2016.

Ao final do exercício, o saldo correspondente à expectativa de recebimento de dívidas das carteiras imobiliárias apresentou o montante de R\$ 809,76 milhões.

Ação 6 - Qualificação das carteiras imobiliárias adquiridas

Finalidade: Melhorar o resultado financeiro das carteiras
Descrição: Estabelecimento e acompanhamento de procedimentos operacionais destinados à regularização de pendências e melhoria da qualidade dos ativos adquiridos

Os contratos de aquisição de carteiras foram firmados com cláusula de *pro solvendo*, que prevê como condição para aceitação dos ativos, a realização de análise objetivando a homologação dos valores e a confirmação ou não do montante do crédito.

Para esta finalidade é aplicado o processo de validação das carteiras, envolvendo as seguintes etapas:

- depuração dos créditos para determinar os saldos de cessão e as diferenças dos valores negociados (apuração de dívida de *pro solvendo*);
- apresentação do resultado da validação ao Agente Cedente;
- manifestação do Agente Cedente quanto ao resultado da validação;

- elaboração de recursos pelo Agente Cedente, quando há discordância do resultado apresentado, com consequente análise de recursos pela CAIXA, na qualidade de prestadora de serviços da EMGEA.

No processo de validação foram identificadas manifestações recorrentes de discordância por parte dos Agentes Cedentes com relação ao resultado da depuração apresentado, alegando que os valores apurados pela EMGEA não condizem com a realidade financeira dos ativos cedidos.

Com o objetivo de corrigir tais ocorrências, que dificultavam a obtenção do reconhecimento das dívidas de *pro solvendo* de responsabilidade dos Agentes Cedentes, foi desenvolvido o processo de qualificação das carteiras, prevendo ações de revisão da depuração dos créditos inicialmente classificados na situação de rejeição total.

O processo de qualificação é realizado a partir da negociação com a CAIXA, enquanto prestadora de serviços executora da rotina operacional de depuração de créditos, e com o agente cedente, cuja participação é fundamental para validar o resultado financeiro obtido na depuração.

A meta de qualificação do exercício de 2014 foi estabelecida para atender dois objetivos: analisar 5.760 créditos do credor EMGEA; e 6.000 créditos de titularidade da EMGEA e da CAIXA, cuja análise conjunta foi definida em termo de compromisso firmado com o Ministério Público para atender demanda específica em tramitação naquele órgão.

Resultados e Conclusões:

Em relação à meta exclusiva da EMGEA, ao final do exercício foram qualificados 4.611 créditos, correspondente a 80,05% do objetivo estabelecido. Quanto à meta conjunta EMGEA e CAIXA, foi obtida no final ano a qualificação de 5.300 créditos, equivalente a 88,33% do quantitativo previsto no início de 2014.

As metas não foram integralmente alcançadas, tendo em vista a ocorrência de reestruturação organizacional naquele agente prestador de serviços, que teve como principal fator impactante a migração das atividades de qualificação de créditos entre as unidades da Federação, gerando a necessidade de treinamento dos colaboradores para absorção das novas rotinas operacionais do processo.

Não obstante o cumprimento integral dos objetivos, o trabalho realizado possibilitou ganhos significativos para o processo de negociação das carteiras imobiliárias ao registrar, com base no resultado da qualificação dos créditos efetuada no decorrer do ano, a redução de R\$ 37,28 milhões nas obrigações de *pro solvendo* de responsabilidade dos Agentes, passando de R\$ 209,08 milhões em 1º.1.2014 para R\$ 171,79 milhões em 31.12.2014.

Esse efeito financeiro contribui para obtenção do reconhecimento dos Agentes Cedentes em relação às obrigações de *pro solvendo* de sua responsabilidade, e consequentemente potencializa o relacionamento negocial visando à formalização de acordos para quitação dívidas das carteiras imobiliárias adquiridas.

Macroprocesso Finalístico 5 – Gerenciamento dos Serviços Prestados pela CAIXA

Objetivo geral:	Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras decorrentes dos contratos de prestação de serviços firmados com a Caixa Econômica Federal
Responsável:	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas
Clientes:	Caixa Econômica Federal
Indicadores:	Vide subitem 5.4

Realização dos Desembolsos
Realização de Despesas

Conforme autorização legislativa contida no Art. 11 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, é facultado à EMGEA “...contratar diretamente instituições financeiras federais para gerir seus bens, direitos e obrigações e representá-la judicialmente, nas questões a eles relativas.”

Assim, desde a sua criação, a Empresa terceiriza as atividades relacionadas à execução da gestão operacional desses itens, mediante contratação da CAIXA na condição de agente prestador de serviços, tendo em vista a sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e sua presença em todo o território nacional.

Ação 1 – Gerenciar os pagamentos das remunerações devidas à CAIXA

Finalidade: Assegurar conformidade e cumprir os pagamentos das remunerações devidas à Prestadora de Serviços

Descrição: Atestar a pertinência das prestações de contas apresentadas pela CAIXA e propor os pagamentos correspondentes

Pela prestação de serviços jurídicos, de cobrança e de contabilização dos contratos de operações de crédito imobiliário, a CAIXA é remunerada mediante o pagamento de tarifa fixa mensal, acrescida de taxa de performance calculada sobre os recursos que arrecadar e repassar à EMGEA.

No tocante aos imóveis não de uso, a CAIXA é remunerada mediante tarifa por imóvel, acrescida de comissão sobre o valor de venda.

A CAIXA presta ainda o serviço de emissão de boletos bancários, remunerado pela quantidade desses documentos pagos por mutuários.

Resultados e Conclusões:

A remuneração bruta paga à CAIXA foi de R\$ 202,16 milhões, assim distribuída (em R\$ milhões):

Quadro 3 – Remuneração paga à CAIXA – Exercício de 2014

Serviços Contratados	Remuneração Bruta (A)	Tributos Retidos (B)	Remuneração Líquida (A) – (B)
Referentes aos Créditos Imobiliários	189.948.289,56	-13.391.354,37	176.556.935,19
Referentes aos Imóveis não de Uso	12.215.863,55	-863.217,70	11.352.645,85
Emissão de boletos bancários	572,02	0,00	572,02
Totais	202.164.725,13	-14.254.572,07	187.910.153,06

Comparando-se a remuneração paga no exercício anterior com o atual, ocorreu queda de 1,75%, ocasionada pela diminuição da arrecadação total em 2014.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 134/2014 – CONTEÚDO GERAL:

2.3 Sistema de Correição

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

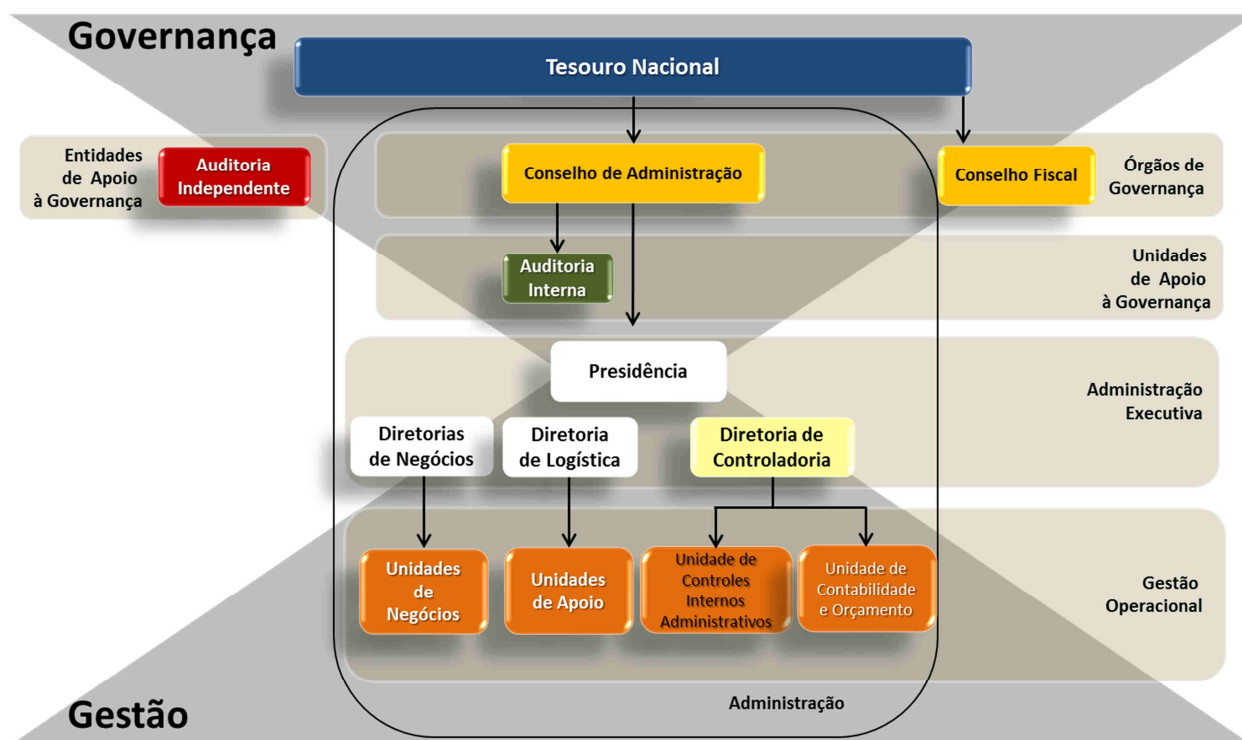
2.1. Estrutura de Governança

Da estrutura de governança corporativa da EMGEA fazem parte o Conselho de Administração, assessorado pela Auditoria Interna, a Diretoria Executiva, composta por um Diretor-Presidente e quatro Diretores, e o Conselho Fiscal.

Adicionalmente, a Empresa submete-se a procedimentos anuais de avaliação por Auditores Independentes.

A figura a seguir sintetiza o Sistema de Governança Corporativa da EMGEA:

Figura 1 - Sistema de Governança Corporativa da EMGEA



As decisões da Empresa são tomadas de forma colegiada, com base em alçadas estabelecidas e em regulamentos internos, envolvendo os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas dos negócios e das atividades, conferindo agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

Para a manutenção da boa governança, a EMGEA dispõe de instrumentos de gestão como os Códigos de Ética e de Conduta, elaborados em consonância com os princípios de transparência, equidade e conformidade.

Além disso, a EMGEA conta com Sistema de Controles Internos, que consiste em um conjunto de elementos composto por políticas, normas, padrões de conduta e valores adotados pela administração e por todo o corpo funcional da Empresa, para o alcance de sua missão e objetivos, em conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis, e a mitigação dos riscos inerentes às suas atividades.

O Sistema está estruturado em 8 componentes, com base nos princípios do Comitê das Organizações Patrocinadoras - Gerenciamento de Riscos Corporativos (*COSO GRC*), a seguir relacionados:

- Ambiente Interno;
- Fixação de Objetivos Estratégicos;
- Identificação de Eventos;
- Avaliação de Riscos;
- Resposta a Risco;
- Atividades de Controle;
- Informações e Comunicações;
- Monitoramento.

Conforme descrito no subitem 5.1, a Empresa elabora anualmente seu Mapa Estratégico, baseado na metodologia *BSC*, no qual são definidos os objetivos estratégicos e respectivas estratégias, planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

2.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A Unidade de Auditoria Interna vem adotando a “Auditoria de Processo” com o objetivo de examinar a gestão do processo de trabalho desde a sua estruturação e definição estratégica até a sua operacionalização, bem como os riscos envolvidos e controle de resultados. São desenvolvidas análises com realização de testes visando a melhoria do processo e de seus controles internos para minimização dos riscos.

Essa atividade é desenvolvida abrangendo os seguintes aspectos: estrutura de gestão; estrutura de controle; riscos envolvidos; normas e legislação; sistemas informatizados; governança corporativa; e registros e controles contábeis.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

Foram realizadas 15 auditorias em 2014, envolvendo 12 processos de trabalho da Empresa e que absorveram 6.200 horas de trabalho da Equipe. Os trabalhos abrangeram as Unidades da EMGEA envolvidas nos processos de trabalho e as unidades da CAIXA selecionadas para exame da conformidade da documentação relativa a contratos de pessoas físicas e jurídicas e de imóveis não de uso que ficam sob responsabilidade daquela instituição financeira, por força de contrato de prestação de serviço firmado com esta Empresa.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando

os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

No Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício de 2014 foi prevista a utilização de um total de 7.296 horas. No entanto, nesse total de horas não havia sido contemplada a meia jornada de trabalho em dias de realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, por falta de sinalização dos órgãos e instituições competentes, à época da elaboração do PAINT/2014.

A decisão sobre a referida jornada só veio a ocorrer às vésperas do início do evento, tendo a EMGEA utilizado como parâmetro o horário de atendimento ao público pelos bancos definido pela FEBRABAN, conforme orientação contida na Circular do Banco Central nº 3.703/2014, de 9.4.2014, o que resultou na redução de 64 horas em relação ao total previsto, passando para 7.232 horas, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 4 – Trabalhos de Auditoria – Previsto x Realizado – Exercício de 2014

Descrição	Horas		% de Realização (B/A)	% de Participação em relação ao total	
	Previstas (A)	Realizadas (B)		Previstas	Realizadas
Auditoria de Processos	6.198	6.200	100,03	84,95	85,73
Trabalhos Especiais	368	299	81,25	5,04	4,13
Ações de Fortalecimento da Auditoria Interna	730	733	100,41	10,01	10,14
Totais	7.296	7.232	99,12	100,00	100,00

Legenda:

Auditoria de Processos: Tem por objetivo analisar a gestão do processo de trabalho desde sua estruturação e definição estratégica até sua operacionalização, riscos envolvidos e controle de resultados, tendo como premissa desenvolver análises e testes, visando à melhoria do processo e de seus controles internos para minimização dos riscos. Essa atividade é desenvolvida abrangendo os seguintes aspectos: estrutura de gestão; estrutura de controle; riscos envolvidos; normas e legislação; sistemas informatizados; governança corporativa; e registros e controles contábeis.

Trabalhos Especiais: Destinados a atender as demandas da Administração da EMGEA, Conselhos de Administração e Fiscal, da CGU e do TCU.

Ações de Fortalecimento das Atividades de Auditoria Interna: Atividades relacionadas a capacitação de auditores e ações de desenvolvimento institucional (sistemas, aplicativos, manuais da Unidade, network).

A seguir, é apresentado o desdobramento das realizações comparativamente ao previsto:

Quadro 5 – Auditoria de Processos – Previsto x Realizado – Exercício de 2014

Descrição dos Processos	Horas		% de realização (B/A)	% de Participação	
	Previstas (A)	Realizadas (B)		Previsto	Realizado
Créditos Junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Privado	739	280	37,87	11,93	4,52
Crédito Imobiliário perante Pessoas Físicas	671	990	147,50	10,83	15,97
Créditos Perante o FCVS	531	372	70,03	8,57	6,00
Imóveis não de Uso	546	600	109,98	8,80	9,68
Gestão da Tecnologia da Informação	402	440	109,46	6,49	7,10
Relacionamento com o Prestador de Serviços - CAIXA	406	700	172,60	6,54	11,29
Créditos Junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Público	424	120	28,33	6,83	1,94
Gestão Orçamentária	650	650	100,06	10,48	10,48
Gestão Financeira	441	228	51,65	7,12	3,68
Controles Internos	513	552	107,55	8,28	8,90

Gestão Administrativa	441	652	147,69	7,12	10,52
Gestão de Pessoas	434	564	129,87	7,01	9,10
Análise de Planos de Ação	0	52	-	-	0,84
Total	6.198	6.200	100,03	100,00	100,00

As justificativas sobre as auditorias realizadas com utilização de horas abaixo ou acima do previsto mais expressivas (variação igual ou superior a 10%) e quanto à realização de auditorias não previstas serão apresentadas a seguir, por processo:

- “Créditos Junto a Pessoas Jurídicas – Entidades do Setor Privado”: horas utilizadas abaixo do previsto em virtude da não realização de testes relativos ao Sistema de Apoio à Negociação - SISANE, que somente será possível a partir de março de 2015, quando implementadas as otimizações necessárias, conforme plano de ação da Auditoria nº 2013013.
- “Crédito Imobiliário perante Pessoas Físicas”: horas utilizadas acima do previsto em função de: antecipação de exames programados para o 3º trimestre de 2014 e de vários pedidos de prorrogação de prazo para atendimento das demandas da equipe de auditoria, feitos pela principal unidade responsável pelo processo.
- “Gestão e Realização de FCVS”: horas realizadas abaixo do previsto em função de não ter ocorrido novação de créditos FCVS em 2014.
- “Relacionamento com o Prestador de Serviços - CAIXA”: horas utilizadas acima do previsto em função de: vários pedidos de dilatação de prazo feitos pela principal unidade responsável pelo processo para atendimento às solicitações de auditoria e para apresentação de justificativas; discussões de apontamentos junto ao gestor; revisão pela unidade responsável de justificativas apresentadas gerando novas análises por parte da Equipe de Auditoria.
- “Créditos Junto a Pessoas Jurídicas - Entidades do Setor Público”: horas realizadas a menor tendo em vista a não efetivação de negociações previstas para finalização até setembro/2014.
- “Gestão Financeira”: utilização de horas acima do previsto em função de aumento do escopo inicialmente previsto.
- “Gestão Administrativa”: devido a existência de horas não utilizadas em auditorias de processos das áreas de negócios, foi aumentado o escopo de trabalho do presente processo, com consequente aumento das horas previstas.
- “Gestão de Pessoas”: devido a existência de horas não utilizadas em auditorias de processos das áreas de negócios, foi aumentado o escopo de trabalho do presente processo, com consequente aumento das horas previstas.

Dentre os trabalhos realizados em 2014, destacaram-se os que envolveram os processos negociais (contratos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas e de imóveis não de uso) cujos exames permitiram concluir sobre os controles mantidos nesses processos, os resultados alcançados e seu monitoramento por meio de indicadores, a qualidade dos serviços prestados pela CAIXA, contratada por esta Empresa, e a implementação das melhorias propostas pela Auditoria Interna em trabalhos anteriores.

Outro destaque ficou por conta da auditoria realizada no processo “Controles Internos” que apontou para a necessidade de melhorias no processo de gestão de risco e ajustes na matriz de riscos da Empresa. A área responsável acatou os apontamentos e implementou as melhorias e ajustes necessários.

- d) **Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;**

A Unidade de Auditoria Interna está vinculada diretamente ao Conselho de Administração da Empresa e não houve redesenho recente em sua estrutura organizacional.

- e) **Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada.**

Os exames realizados durante os trabalhos de auditoria relativos ao exercício de 2014 demonstraram que: as atividades da Empresa estão organizadas por rotinas que garantem a legalidade, eficiência, eficácia e economicidade na realização dessas atividades; foram observados leis, regulamentos e normas aplicáveis à Empresa com vista ao atendimento de seus objetivos; os controles internos administrativos foram capazes de detectar falhas e irregularidades, o que minimizou os riscos inerentes aos processos relevantes da Entidade.

O monitoramento da EMGEA, em linhas gerais, preocupou-se com a documentação e a organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas (estatuto, regimento e organograma e código de ética) e manuais de rotinas e procedimentos foram disponibilizados na *intranet* da Empresa.

Assim, concluímos que os controles internos estão adequados e aderentes às normas internas da EMGEA e que disfunções pontuais e recomendações de melhorias registradas pela Unidade de Auditoria Interna foram ou estão sendo objeto de adoção de providências por parte das áreas envolvidas e acompanhadas por meio de Plano de Ação do Sistema de Auditoria.

Os indicadores de desempenho da Empresa analisados por esta Unidade nos trabalhos desenvolvidos em 2014 se mostraram consistentes, confiáveis, representativos, práticos, válidos, de fácil acesso e com boa cobertura em relação à gestão dos processos examinados.

Além disso, a EMGEA conta com uma adequada estrutura de governança corporativa composta pelo Conselho de Administração, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

As decisões da Empresa são tomadas de forma colegiada, com base em alçadas definidas em regulamentos internos.

2.4. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 6 (A.2.4) – Avaliação do Sistema de Controles Internos da EMGEA – Exercício de 2014

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise crítica e comentários relevantes:</p> <p>Na análise das assertivas foram considerados a atuação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e da Unidade de Controles Internos administrativos, bem como os relatórios e pareceres da Auditoria Interna, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.</p> <p>Na avaliação foi considerada a aplicação na Empresa dos modelos de Controles Internos Administrativos e de Gerenciamento de Riscos Corporativos, baseados nos princípios do COSO II (COSO GRC - Gerenciamento de Riscos Corporativos), como também:</p> <ul style="list-style-type: none"> • da Política de Controles Internos Administrativos e a edição de normas e procedimentos complementares sobre o tema; • da Política de Gerenciamento de Gerenciamento de Riscos Corporativos e a edição de normas e procedimentos complementares sobre o tema; • Sistema Normativo da Empresa, para padronização, confecção, publicação e gerenciamento dos manuais normativos de Políticas, Normas, Procedimentos e Planos de Continuidade de Negócios, relacionados aos processos, produtos e serviços da EMGEA; • normas para delegação de alçadas decisórias operacionais na gestão e recuperação dos créditos imobiliários perante pessoas físicas e pessoas jurídicas; • Códigos de Ética e de Conduta da EMGEA, aprovados e publicados; • rotina sistematizada de monitoramento do ambiente regulatório, como segunda camada de controle, para auxiliar os gestores no cumprimento das leis, normas e regulamentos externos aos quais estão submetidos os seus processos, produtos e serviços; • Matriz de Riscos Operacionais da Empresa, com o objetivo de permitir aos gestores e à alta administração identificar quais riscos, considerado seu potencial de perda, necessitam de melhoria de controle, quais possuem controles adequados e quais contam com controles em excesso; • Matriz de Conformidade da Empresa, como mecanismo para acompanhamento/verificação do nível de conformidades das Unidades/EMGEA sob a ótica dos controles internos administrativos, em relação aos temas e itens estabelecidos; • Relatório de Controles Internos Administrativos e Relatório de Gerenciamento de Riscos Corporativos, como instrumentos auxiliares para o monitoramento dos controles internos administrativos e riscos corporativos. <p>As respostas finais refletem a percepção consolidada da Diretoria Executiva, a qual representa todas as Unidades da Empresa.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Superintendência de Controles Internos

2.5. Remuneração Paga a Administradores

2.5.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração da Diretoria Executiva da EMGEA não está sujeita ao teto constitucional para custeio de despesas com pessoal, por não receber repasses do Tesouro Nacional. Dessa forma, a remuneração e demais vantagens dos Membros da Diretoria Executiva da EMGEA não são

fixados por Decreto do Poder Executivo, e sim pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor e é composta dos seguintes elementos:

- gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativas com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo;
- recebimento de Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não acumulado com eventual pagamento dessa vantagem pelo seu órgão de origem.

Relativamente à legislação, de acordo com o contido no artigo 21 do Estatuto Social da Empresa, aplicar-se-ão à EMGEA subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei nº 6.404/1976.

Ademais são observadas as disposições da Resolução nº 9/1996 do então Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, atual Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST que resolveu em seu Artigo 1º:

“Estabelecer que os dirigentes das empresas públicas, sociedade de economia mista e suas controladas e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, promovam alterações nos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários, ressalvados os direitos adquiridos na forma da legislação vigente, com vistas a:

I - limitar, ao mínimo legal estabelecido na Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos vigentes, a concessão das seguintes vantagens:

- a) adicional de férias;
- b) remuneração da hora-extra;
- c) remuneração de Adicional de sobreaviso;
- d) remuneração de Adicional Noturno;
- e) remuneração de Adicional de Periculosidade;
- f) remuneração de Adicional de Insalubridade;
- g) remuneração de Aviso Prévio;
- h) antecipação da gratificação natalina.”

Posteriormente, com a aprovação do Estatuto da EMGEA, por intermédio do Decreto nº 7.122/2010 (Decreto nº 3.848/2001, revogado pelo Decreto nº 5.434/2005), fez-se constar a composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Fiscal e da Diretoria Executiva, ficando assim definido:

“(…) CAPÍTULO III- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º

(…)

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º

(…)

§ 3º - É assegurado aos membros da Diretoria Executiva gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva farão jus à Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

§ 5º - A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva serão fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 12

(...)

§ 9º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da EMGEA, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. (...)"

2.5.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações mensais recebidas pelos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro 7 (A.2.5.2) - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho de Administração – 2014

Valores em R\$ 1,00

Conselheiro	Bath, S. E. R.	Assis, J. M.	Munck, R. C. V.	Chagas, L.L.	Valleta, M.	Bittencourt, A. P.L.V.
Início Mandato	3.9.2013	16.1.2012	15.6.2013	27.3.2014	3.6.2013	26.4.2013
Fim Mandato	2.9.2016	15.1.2015	21.3.2014	13.6.2016	2.6.2016	24.4.2016
Janeiro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	3.813,51	3.813,51
Fevereiro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	3.813,51	3.813,51
Março	3.813,51	3.813,51	2.669,46	0,00	3.813,51	3.813,51
Abril	3.813,51	3.813,51	0,00	4.194,86	3.813,51	3.813,51
Mai	3.813,51	3.813,51	0,00	3.813,51	3.813,51	3.813,51
Junho	4.517,10	4.517,10	0,00	4.517,10	4.517,10	4.517,10
Julho	4.048,04	4.048,04	0,00	4.048,04	4.048,04	4.048,04
Agosto	4.048,04	4.048,04	0,00	4.048,04	4.048,04	4.048,04
Setembro	4.048,04	4.048,04	0,00	4.048,04	4.048,04	4.048,04
Outubro	4.048,04	4.048,04	0,00	4.048,04	4.048,04	4.048,04
Novembro	4.048,04	4.048,04	0,00	4.048,04	4.048,04	4.048,04
Dezembro	4.048,04	4.048,04	0,00	4.048,04	4.048,04	4.048,04
Totais	47.872,89	47.872,89	10.296,48	36.813,71	47.872,89	47.872,89

Observação: Todos os Conselheiros listados são titulares

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 8 (A.2.5.2) - Remuneração Mensal Paga aos Membros do Conselho Fiscal – 2014

Valores em R\$ 1,00

Conselheiro	Almeida, V. S. (T)	Lima, K. A. Z. (T)	Rodrigues, L.A. (T)	Araújo, F.F. (S)	Barbosa, R.M.C.H. (S)
Início Mandato	9.7.2014	9.7.2014	20.5.2014	20.7.2012	19.11.2014
Fim Mandato	8.7.2015	8.7.2015	20.5.2015	19.11.2014	18.11.2015
Janeiro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	0,00
Fevereiro	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	0,00
Março	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	0,00
Abril	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	0,00
Mai	3.813,51	3.813,51	3.813,51	0,00	0,00
Junho	4.517,10	4.517,10	4.517,10	0,00	0,00
Julho	4.048,04	4.048,04	4.048,04	4.048,04	0,00
Agosto	4.048,04	4.048,04	4.048,04	4.048,04	0,00
Setembro	4.048,04	4.048,04	4.048,04	4.048,04	0,00
Outubro	4.048,04	4.048,04	4.048,04	4.048,04	0,00
Novembro	4.048,04	4.048,04	4.048,04	2.698,69	1.484,28
Dezembro	4.048,04	4.048,04	4.048,04	0,00	0,00
Totais	47.872,89	47.872,89	47.872,89	18.890,85	1.484,28

Legenda: (T) = Titular (S) = Suplente

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

2.5.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Nos quadros adiante são apresentadas as remunerações totais pagas nos últimos três exercícios, aos membros da Administração e Conselhos de Administração e Fiscal.

Quadro 9 (A.2.5.3) – Síntese da Remuneração Paga aos Administradores – Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Item	2014	2013	2012
Número de membros:	5	5	5
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	1.383.372,85	1.202.189,32	966.536,37
a) Salário ou pró-labore	1.325.264,73	1.202.189,32	966.536,37
b) Benefícios diretos e indiretos	58.108,12	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	239.642,76	174.244,04	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	239.642,76	174.244,04	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	1.623.015,61	1.376.433,36	966.536,37
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 10 (A.2.5.3) - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração*Valores em R\$ 1,00*

Item	2014	2013	2012
Número de membros:	5	5	5
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	238.601,75	218.685,90	190.203,55
a) Salário ou pró-labore	238.601,75	218.685,90	190.203,55
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	238.601,75	218.685,90	200.350,05
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 11 (A.2.5.3) - Síntese da Remuneração Paga aos Membros do Conselho Fiscal*Valores em R\$ 1,00*

Item	2014	2013	2012
Número de membros:	3	3	3
1. Remuneração Fixa (a + b + c + d)	163.993,80	131.211,54	112.919,05
a) Salário ou pró-labore	163.993,80	131.211,54	112.919,05
b) Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
2. Remuneração variável (e + f + g + h + i)	0,00	0,00	0,00
e) Bônus	0,00	0,00	0,00
f) Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) Comissões	0,00	0,00	0,00
i) Outros	0,00	0,00	0,00
3. Total da remuneração (1 + 2)	163.993,80	131.211,54	112.919,05
4. Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
5. Benefícios motivados pela cessação do exercício do	0,00	0,00	0,00
6. Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

2.5.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Na EMGEA não se aplica remuneração variável.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 134/2014 – CONTEÚDO GERAL:

- 3.2 Carta de Serviços ao Cidadão
- 3.5 Avaliação de Desempenho da Unidade Jurisdicionada

3.1. Canais de Acesso do Cidadão

Conforme mencionado no subitem 1.2 deste Relatório, a EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas.

Quando de sua constituição, tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH.

A Empresa dispõe de autorização legislativa, contida no Art. 11 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, para “...contratar diretamente instituições financeiras federais para gerir seus bens, direitos e obrigações e representá-la judicialmente, nas questões a eles relativas.”

Assim, desde a sua criação, terceiriza as atividades relacionadas à cobrança desses créditos, mediante contratação da CAIXA, na condição de prestadora de serviços, tendo em vista que a quase totalidade dos bens, direitos e obrigações da EMGEA provém daquela Instituição, e ainda a sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e presença em todo o território nacional.

Nesse contexto, o relacionamento com os mutuários e demais clientes da EMGEA é efetuado pela CAIXA, por meio de sua rede de agências e demais canais de atendimento daquela instituição, tais como Serviços de Atendimento Cliente, Ouvidoria e pelo sítio: www.caixa.gov.br.

Em seu sítio na *Internet* (www.emgea.gov.br), além das informações institucionais, agenda dos administradores, espaço para solicitação de informações, reclamações, denúncias e sugestões, a EMGEA mantém Canal de “Perguntas Mais Frequentes”, e disponibiliza informações públicas e do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Outras informações, como estatísticas dos contratos imobiliários, Relatórios da Administração e Demonstrações Contábeis são também disponibilizadas no sítio da Empresa na *Internet*.

Por meio do e-SIC – Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão, criado pela CGU, em cumprimento ao disposto na LAI, são recebidas solicitações de informações efetuadas pelos cidadãos.

A EMGEA também disponibiliza seu próprio SIC – Serviço de Informação ao Cidadão. As solicitações recebidas em 2014 nesse canal versaram sobre questões de interesse de particulares, relativas a créditos da Empresa, e foram redirecionadas à CAIXA, na condição de prestadora de serviços.

3.3. Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

Em razão de suas peculiaridades, mencionadas neste item, a EMGEA não adota mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços, bem como não realiza pesquisas de opinião com os usuários dos produtos e serviços resultantes da sua atuação.

3.4. Acesso às Informações da EMGEA

As informações sobre a Empresa são disponibilizadas em seu sítio na *Internet* (www.emgea.gov.br).

3.6. Medidas Relativas à Acessibilidade

Em cumprimento às normas relativas à acessibilidade, em especial à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, a EMGEA sempre procurou dar atenção ao acesso de pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

Nesse sentido, o acesso e circulação nas instalações da EMGEA são realizados, normalmente, por duas entradas, sendo uma pela entrada principal por escadas devidamente guarnecidas por corrimões, que auxiliam as pessoas com ou sem qualquer tipo de limitação, havendo ainda fitas antiderrapantes, e outra entrada pela garagem, que também possui acesso direto aos elevadores.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1. Informações sobre o Ambiente de Atuação da EMGEA

Conforme descrito no subitem 1.2 deste Relatório, a EMGEA é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal.

Quando de sua constituição, em junho de 2001, tornou-se cessionária de créditos originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do SFH e do SH, assumindo em contrapartida, passivos junto ao FGTS, aos credores do extinto FAHBRE e ao FDS.

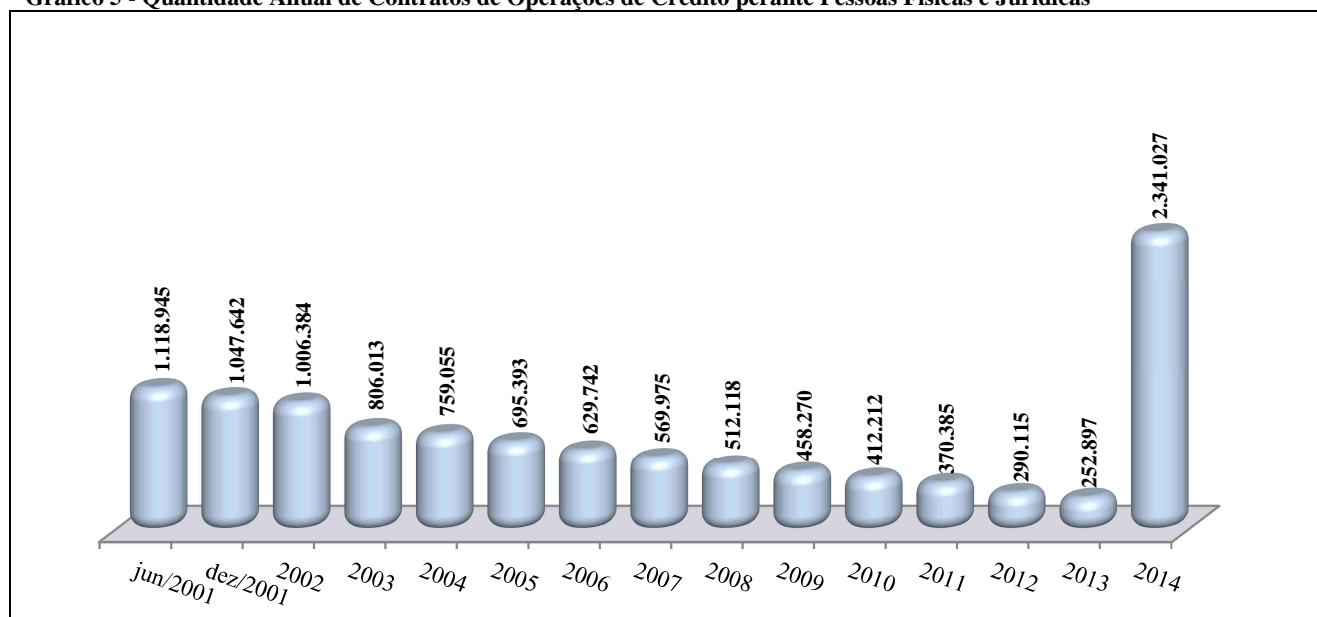
Assim, em decorrência dessas operações, a Empresa detém créditos junto a pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado.

Em razão de sua origem e pelas características de baixa liquidez, desequilíbrio financeiro, elevadas inadimplência e quantidade de ações judiciais, além de notadamente serem constituídos por contratos firmados com pessoas físicas de todo o País, em sua maior parte do estrato de baixa renda, incluindo financiamento para habitação tipo popular, entende-se que não há produtos similares aos da EMGEA, ofertados por outras empresas, no âmbito de sua atuação.

Até 2013, a carteira de contratos perante pessoas físicas era constituída por financiamentos habitacionais. Em 30.9.2014, foi realizada permuta de ativos com a CAIXA, que resultou no ingresso de mais 2.121.683 contratos de operações de crédito perante pessoas físicas, sendo 2.106.469 da carteira comercial e 15.214 da carteira imobiliária. A operação teve como contrapartida a transferência de créditos perante o FCVS, de propriedade da EMGEA.

O Gráfico 5 adiante demonstra a evolução da quantidade de contratos de operações de crédito geridos pela Empresa, desde a sua criação, computados os efeitos da permuta de créditos realizada no exercício:

Gráfico 5 - Quantidade Anual de Contratos de Operações de Crédito perante Pessoas Físicas e Jurídicas



As características das carteiras de créditos, mencionadas anteriormente, associadas ao perfil dos devedores, propiciam uma correlação entre o risco de crédito das operações e a

conjuntura econômica do País, na medida em que alterações nas variáveis macroeconômicas (PIB, taxa de inflação, taxa de juros, TR, renda média e índice de desemprego) podem impactar na inadimplência e, por conseguinte, nos níveis de provisão das carteiras e nos resultados da Empresa.

Visando a regularização dos contratos, a Empresa adota medidas de incentivo à liquidação e à reestruturação de dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro, combater a inadimplência e realizar acordos nas esferas administrativa e judicial, contribuindo com o ingresso de recursos, a partir da retomada do fluxo de pagamento dos contratos. Outros recursos utilizados para a regularização da inadimplência são as execuções judiciais e extrajudiciais.

Em 2014, a EMGEA obteve arrecadação total no montante de R\$ 951,47 milhões proveniente dos contratos de operações de crédito mantidos com pessoas físicas e jurídicas, além da venda de imóveis não de uso, estes decorrentes da realização de garantias vinculadas aos contratos.

A EMGEA detém ainda créditos perante o FCVS, decorrentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com pessoas físicas, que contam com a cobertura dos saldos devedores pelo Fundo, nas hipóteses regulamentadas. A gestão desses créditos visa possibilitar a novação das dívidas do FCVS pela União, ou a sua utilização como ativos negociáveis.

Desde 2012, as novações de dívidas do FCVS estão suspensas pelos gestores do Fundo, para ajustes legais e consequentes adequações de procedimentos, conforme mencionado no subitem Macroprocessos Finalísticos 1.4 deste Relatório.

Os contratos com pessoas jurídicas do setor privado são originários de operações de crédito imobiliário, para incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por construtoras e cooperativas, e de financiamento para aquisição de imóveis comerciais.

Além desses, há contratos de créditos com o Distrito Federal, Estados e Municípios, provenientes de operações celebradas no âmbito de programas públicos federais voltados ao saneamento de instituições financeiras e ao desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

A Empresa terceiriza a execução dos serviços jurídicos, de contabilidade, de cobrança de seus créditos, inclusive aqueles relacionados à execução das respectivas garantias, mediante a contratação da CAIXA, tendo em vista que os negócios da EMGEA provêm daquela Instituição, e ainda a sua reconhecida especialização nas operações de crédito imobiliário e presença em todo o território nacional.

Em face da concentração, com a CAIXA, do volume de serviços prestados e das receitas a eles vinculadas, observa-se a existência de risco operacional decorrente da interrupção desses serviços, evento considerado de baixa probabilidade, porém de extremo impacto nos resultados da EMGEA.

Objetivando diversificar o fornecimento na prestação dos serviços de cobrança de seus créditos, a EMGEA iniciará no exercício de 2015, processo licitatório para contratação de empresas prestadoras desses serviços.

Para alcance dos resultados, a EMGEA elabora anualmente seu Planejamento Estratégico, baseado nas técnicas do *BSC*, onde são revisitadas a Missão e Visão, refeita a matriz *SWOT*, para análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, e definidos os objetivos, estratégias, ações e metas.

5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 134/2014 – CONTEÚDO GERAL:

- 5.2.3.1: Ações – OFSS
- 5.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS
- 5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS
- 5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento - OI
- 5.2.3.5 Análise Situacional

5.1. Planejamento da EMGEA

Em 2014 a EMGEA manteve sua adesão ao Programa Parceiros para a Excelência – PAEX, instituído pela Fundação Dom Cabral – FDC. Nesse contexto, a Empresa elabora anualmente seu Mapa Estratégico, baseado na metodologia *Balanced Scorecard – BSC*, no qual são definidos os objetivos estratégicos e respectivas estratégias, planos de ação, metas e indicadores de desempenho.

Foram mantidos os mesmos objetivos estratégicos estabelecidos para 2013, revistas e ajustadas as estratégias, ações e metas, tendo em vista não existir naquela oportunidade a perspectiva de a EMGEA receber novos ativos para sua carteira. Consideraram-se, então, os seguintes aspectos na formulação:

- Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de mais de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas. Ao final de 2013, apurou-se uma redução equivalente a 77% da carteira existente em 2001. Parte significativa desses créditos restantes possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade.
- Para o alcance de sua missão, objetivos e mitigação dos riscos inerentes a suas atividades, a EMGEA adota um conjunto de elementos de controles internos, que consiste em políticas, normas, padrões de conduta e valores adotados pela Empresa.
- Pela natureza de suas atividades, a Empresa possui exposição aos riscos de créditos, mercado, liquidez e operacional. A Administração da EMGEA adota, então, postura prudencial no seu processo de gerenciamento de riscos.
- A EMGEA busca incrementar e melhorar o ambiente tecnológico, em especial nos aspectos que envolvem a infraestrutura, a segurança e o desenvolvimento de soluções corporativas, com vistas ao atendimento das demandas de todas as áreas.
- A Empresa adota, como estratégia de atuação, a manutenção de uma equipe de colaboradores motivada, inovadora e sempre atualizada com o que há de mais moderno em termos de gestão e estímulo à criatividade, já que opera com ativos de difícil recuperação.

Em consequência, foi definido o Mapa Estratégico da Empresa, referente ao exercício de 2014, a seguir apresentado:

Quadro 12 - Mapa Estratégico da EMGEA – 2014

Perspectivas Empresariais	Objetivos Estratégicos	Estratégias
Financeira	Necessidade financeira superada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Arrecadar recursos no total de R\$ 1.906,00 milhões ✓ Novar FCVS no valor de R\$ 1.062,00 milhões
	Metas fiscais superadas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Priorizar medidas que afetem positivamente o resultado primário
Clientes	Imagem da Empresa divulgada e consolidada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Patrocinar eventos junto a públicos de interesse ✓ Divulgar características, posicionamento, números e ações da Empresa para os públicos de interesse
Processos Internos	Processos de controles internos aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturar padrões, fluxos e sistema para as Informações Corporativas
	Processos de informações contábeis, orçamentárias e fiscais aprimorados	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar a execução da gestão orçamentária
	Governança de Tecnologia da Informação aprimorada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar a Estrutura Funcional de Gestão – GFAP (Governança de TI, Arquitetura e Processo)
	Gerenciamento de custos por processos definidos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar modelo de gestão de custos por processos
	Gestão de informações jurídico-processuais aprimorada	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar processo sistematizado de gestão de informações jurídico-processuais
	Processo de Logística otimizado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer os índices para negociação do valor de novos contratos ✓ Estabelecer índices para renovação de contratos vigentes
Aprendizado e Conhecimento	Desenvolvimento de competências com conhecimento preservado na Empresa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver as competências estratégicas com maiores lacunas identificadas ✓ Transformar e disseminar o conhecimento tácito em conhecimento explícito
Pessoas	Bom ambiente de trabalho preservado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar projetos e ações que promovam o bem estar e a saúde dos colaboradores

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

No decorrer do exercício de 2014, foram realizadas reuniões bimestrais de acompanhamento de resultados – Avaliações Gerenciais Bimestrais – AGB, com o propósito de controlar, acompanhar e redirecionar se necessário, o Contrato de Resultados, suas metas e indicadores de desempenho estabelecidos para cada Estratégia identificada.

Os indicadores de desempenho mencionados são abordados em detalhes no subitem 5.4.1 deste Relatório.

5.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

5.2.1. Programa Temático - PPA - Programa nº 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Na forma da Lei nº 12.593/2012, que aprovou o PPA para o triênio 2012/2015, a estrutura orçamentária da EMGEA, registrada sob o nº 25.276 no Sistema SIOP, contempla somente Ações para o Programa nº 0807 – “Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”.

A seguir, é apresentado demonstrativo da execução orçamentária de investimento em 2014, aprovada pela Lei nº 12.952/2014, segregado por Ação. Os referidos dados estão inseridos no Sistema SIOP (Valores em R\$ 1,00).

Quadro 13 (A.5.2.1)- Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – 2014”

Código	Ação	Aprovado	Realizado	%
4101	Manutenção de Bens Imóveis	52.531,00	0,00	0,00
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	304.681,00	62.669,00	20,56
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	904.176,00	624.039,00	69,01
Totais		1.261.388,00	686.708,00	54,44

Fonte: Superintendência de Contabilidade e Orçamento

A realização de 54,44% nas rubricas de Investimento, justifica-se, sobretudo, em razão de as compras terem sido efetuadas pela forma de pregão eletrônico, o que representou redução nos preços dos bens adquiridos, frente ao estimado e a não aquisição de alguns bens.

5.2.1.1. Análise Situacional

São apresentadas as seguintes considerações:

- Ação 4101 – Manutenção de Bens Imóveis: o montante aprovado para a atividade constitui dotação para gastos eventuais em imóvel de terceiros, visando realização de obras necessárias à segurança, bem como as obras que fossem exigidas pelas autoridades públicas, fatos que não ocorreram..
- Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realização de 20,56% do previsto, justificado em razão das compras terem sido efetuadas pela forma de pregão eletrônico, o que representou redução nos preços dos bens adquiridos, tendo como exemplo o Pregão Eletrônico nº 011/2014, que obteve uma economia de 69,31% (sessenta e nove inteiros e trinta e um décimos percentuais) frente ao estimado. Além disso, estava previsto a adequação do Auditório e a readequação do sistema de controle de acesso, o que não ocorreu.
- Ação 4103 – Manutenção e adequação de Ativos de Informática, Informação de Teleprocessamento: realização de 69,01% do montante aprovado, principalmente pela modalidade de licitação na forma de pregão eletrônico para as aquisições de equipamentos de TI, o que permitiu que os fornecedores ofertassem preços abaixo dos valores cotados para os bens adquiridos para o exercício e por ter frustrado a aquisição das licenças de *software*, com estimativa de R\$ 200,00 mil.

5.2.2. Objetivo

Abordado no subitem 5.2.1.

5.2.2.1. Análise Situacional

Abordado no subitem 5.2.1.

5.2.3. Ações

Abordado no subitem 5.2.1.

5.3. Informações sobre Outros Resultados da Gestão

- Em 30.9.2014, foi realizada permuta de ativos com a CAIXA, resultando no ingresso de 2.121.683 contratos de operações de crédito perante pessoas físicas. A operação teve como contrapartida a transferência de créditos da EMGEA junto ao FCVS, e tem contribuído para a melhoria da liquidez da Empresa, tendo em vista que os novos ativos geram fluxo de caixa imediato.
- Em 2014 o CNJ estabeleceu meta para a Justiça Federal de realização de 3.400 audiências de conciliação no segundo semestre, relativamente aos processos envolvendo contratos da EMGEA. Foram agendadas 15.341 audiências e realizadas 10.727, sendo 10.197 finalizadas e 530 remarcadas. Das audiências finalizadas, foram firmados 5.416 acordos, gerando a recuperação de R\$ 259,75 milhões para a EMGEA.

5.4. Informações sobre Indicadores de Desempenho - Indicadores Estratégicos e Operacionais

5.4.1. Indicadores Estratégicos

Quadro 14 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Necessidade Financeira Superada”

Indicador:		Resultado Financeiro Global
Finalidade:		Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	98,26%
	Realizada:	101,23%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		\sum [Realização das Arrecadações] / \sum [Realização dos Desembolsos]
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS
Comentários:		O indicador representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros foi absorvido pelos desembolsos realizados no período. Para 2014 foi estipulado o percentual de 98,26% e alcançado 101,23%, em decorrência da redução nos desembolsos, que atingiu 70% em relação ao esperado, nada obstante o desempenho nos ingressos, que atingiu 72% do previsto.
Indicador:		Resultado Financeiro Estrutural
Finalidade:		Medir o atendimento da necessidade financeira da Empresa, a partir dos ingressos operacionais, excluídos os recursos oriundos da novação de dívidas do FCVS
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	32,49%
	Realizada:	44,81%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		$(\sum$ [Arrecadações PF]+[Arrecadações PJ]) / \sum [Realização dos Desembolsos]
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS
Comentários:		O indicador representa o quanto dos ingressos de recursos financeiros operacionais, que neste caso não consideram os recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários, dos ingressos de Itaipu e da União e de receitas financeiras, foi absorvido pelos desembolsos realizados no período. Em 2014, esse indicador alcançou 44,81%, resultado superior ao projetado de 32,49%, em função da redução nos desembolsos, que atingiu 70% em relação ao esperado, nada obstante o desempenho dos ingressos operacionais que atingiram 96% em relação ao esperado.
Indicador:		Realização dos Desembolsos
Finalidade:		Medir o desempenho dos desembolsos da Empresa
Interpretação:		Quanto menor, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 3.020,69 milhões

	Realizada:	R\$ 2.102,87 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		\sum Realização dos Desembolsos
Fonte(s):		PDG e SISCAR
Comentários:		O indicador demonstra que os desembolsos realizados ficaram abaixo do previstos. O desembolso acumulado do ano foi R\$ 2.102,87 milhões, enquanto o previsto foi de R\$ 3.020,69 milhões, representando redução de 30% frente ao esperado, sobretudo em razão de menores desembolsos com o passivo da Empresa perante o FGTS.
Indicador:		Realização das Arrecadações
Finalidade:		Medir o desempenho da arrecadação da Empresa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 2.968,00 milhões
	Realizada:	R\$ 2.128,82 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Arrecadações PF + Arrecadações PJ + Novações FCVS + Créditos Tributários Restituídos + Receitas Financeiras + Recebimentos Itaipu/União e Outros
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS
Comentários:		O indicador demonstra que os ingressos operacionais, que neste item estão acrescidos dos recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários, ingressos de Itaipu e União, e receitas financeiras, ficaram distantes do previsto. Em 2014, esses ingressos atingiram R\$ 2.128,82 milhões, correspondentes a 72% da meta de R\$ 2.968,00 milhões, em razão principalmente de não ter havido novação de dívidas do FCVS, por motivos alheios à Administração da EMGEA.
Indicador:		Retorno sobre o Ativo Operacional
Finalidade:		Medir a realização dos ativos operacionais, comparativamente aos respectivos ingressos
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	6,0%
	Realizada:	5,78%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração		\sum Ingressos operacionais / valor do Ativo Operacional apurado no exercício anterior
Fonte(s):		PDG, SISCAR e Controle de Títulos CVS
Comentários:		O indicador demonstra o retorno financeiro dos ativos operacionais, que neste caso não consideram os recursos das novações de dívidas do FCVS, da recuperação dos créditos tributários, dos ingressos de Itaipu e da União e de receitas financeiras, ficaram próximos ao esperado. Em 2014, esse indicador alcançou 5,78%, resultado ligeiramente inferior ao projetado de 6,0%, em função do desempenho dos ingressos operacionais que atingiram 96% em relação ao esperado.

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 15 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Metas Fiscais Superadas”

Indicador:		Resultado Primário
Finalidade:		Demonstrar e acompanhar a realização do Resultado Primário da Empresa
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	Superávit de R\$ 5,14 milhões
	Realizada:	Superávit de R\$ 240,66 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		\sum Receitas primárias - \sum Despesas primárias
Fonte(s):		Boletins Financeiros Mensais e Balancetes Mensais
Comentários:		A meta estabelecida para 2014 foi superada em R\$ 235,52 milhões. Destaque-se o ingresso de receita primária acima da linha de restituição de créditos tributários da ordem de R\$ 350,55 milhões, retorno de prêmios de seguros de R\$ 72,75 milhões e receitas com a alienação de imóveis não de uso de R\$ 144,02 milhões. Nas despesas primárias os principais dispêndios foram com pagamento de despesas com juros sobre o capital próprio (dividendos) de R\$ 66,59 milhões, com prêmios de seguro de R\$ 65,72 milhões, com serviços de terceiros de R\$ 228,00 milhões, com tributos de R\$ 26,34 milhões, com pessoal e encargos de R\$ 15,84 milhões e com demais dispêndios correntes de R\$ 67,30 milhões. No critério abaixo da linha as receitas com reversão de provisões foram superiores às despesas econômicas com novas provisões e descontos concedidos nas liquidações e reestruturações de contratos habitacionais, em R\$ 132,38 milhões.
Indicador:		Realização de Receitas
Finalidade:		Demonstrar e acompanhar a realização das receitas projetadas
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 3.720,65 milhões
	Realizada:	R\$ 2.624,29 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		\sum Receitas econômicas realizadas
Fonte(s):		PDG e Balancetes Mensais
Comentários:		Em 2014 as receitas econômicas alcançaram 70,53% da meta prevista. Destaque para as receitas provenientes dos recebíveis de Itaipu R\$ 263,45 milhões acima do previsto, bem como a não realização de receitas de alienação de valores mobiliários, decorrente da não ocorrência de novações de dívidas do FCVS previstas da ordem de R\$ 1.424,50 milhões.
Indicador:		Realização de Despesas
Finalidade:		Demonstrar e acompanhar a realização das despesas projetadas
Interpretação:		Quanto menor, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 3.087,47 milhões
	Realizada:	R\$ 2.546,83 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		\sum Despesas econômicas realizadas
Fonte(s):		PDG e Balancetes Mensais
Comentários:		Em 2014 as despesas econômicas atingiram 82,49% da meta estabelecida. Destaque para os dispêndios menores com a dívida junto ao FGTS de R\$ 602,06 milhões, em decorrência da renegociação/alongamento dos prazos para pagamento. Dispêndios menores com tarifas pagas ao Prestador de Serviços de R\$ 47,32 milhões, bem como com pagamento de tributos e encargos para fiscais de R\$ 21,29 milhões. Em contrapartida houve realização maior de outros dispêndios de capital de R\$ 77,75 milhões, relativas a dividendos e reserva de retenção de lucros, e com outros dispêndios correntes de R\$ 51,02 decorrentes, principalmente, de variação cambial sobre os recebíveis de Itaipu.

Indicador:	Arrecadação Pessoa Física – atraso maior que 360 dias	
Finalidade:	Demonstrar a arrecadação de contratos PF com atraso maior que 360 dias	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 320 milhões
	Realizada:	R\$ 361,23 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Arrecadações Pessoa Física com atraso maior que 360 dias	
Fonte(s):	SIFOB e SISCAR	
Comentários:	Com a redução das operações e o aumento do inadimplemento percentual, foi necessário estabelecer meta direcionada à regularização dos contratos inadimplentes, desequilibrados e decursados, como forma de concentrar o foco nos créditos com maior dificuldade de recuperação. A meta foi superada 12,89% em função de ações específicas como a realização de mutirões administrativos e judiciais e a Campanha de Adimplência da Carta de Crédito. Salienta-se ainda a importância desse indicador para a reversão do provisionamento	
Indicador:	Arrecadação Pessoa Jurídica – atraso maior que 360 dias	
Finalidade:	Demonstrar a arrecadação de contratos PJ com atraso maior que 360 dias	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 121,40 milhões
	Realizada:	R\$ 33,90 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Arrecadações Pessoa Jurídica com atraso maior que 360 dias	
Fonte(s):	SISANE e SISCAR	
Comentários:	No ano 2014, as medidas negociais adotadas pela EMGEA permitiram o ingresso de R\$ 33,50 milhões, em espécie, provenientes da Carteira Pessoa Jurídica Setor Privado. A meta definida, de R\$ 121,40 milhões para o período, não foi alcançada, pois, embora tenham sido entabuladas negociações em montante superior a R\$ 100,00 milhões, não foram finalizadas dentro do exercício.	
Indicador:	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	
Finalidade:	Medir a taxa de retorno do investimento do acionista na Empresa	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	0,81%
	Realizada:	1,73%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	(Lucro contábil do exercício menos efeitos da variação cambial/Patrimônio Líquido em 31.12.2013)*100	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUCOR	
Comentários:	O retorno sobre o patrimônio líquido em 2014 superou a meta prevista, uma vez que o lucro contábil do exercício, excluído o efeito da variação cambial, foi de R\$ 163,37 milhões, ante a meta de lucro estabelecida de R\$ 76,61 milhões. O resultado maior que o previsto é reflexo de aumento de receitas decorrentes da apropriação da Taxa Referencial (TR) incidente sobre os Ativos Operacionais, de variação cambial positiva sobre os recebíveis de Itaipu e do resultado dos créditos da Carteira Comercial.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 16 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Imagem da Empresa Divulgada e Consolidada

Indicador:	Eventos Institucionais Cobertos	
Finalidade:	Apurar a quantidade de eventos institucionais de que a EMGEA participa	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	6
	Realizada:	6
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Eventos institucionais cobertos	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da ASCOM	
Comentários:	A Empresa esteve presente em 6 eventos institucionais (encontros da Comissão de	

	Ética; da Comissão de Coleta Seletiva Solidária; reuniões com membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo, além de outros grupos intervenientes), oportunidades em que foram distribuídos materiais informativos institucionais (<i>folders</i> e cartilhas), para sensibilização desses públicos. A meta estabelecida foi alcançada	
Indicador:	Eventos Patrocinados Cobertos	
Finalidade:	Apurar a quantidade de eventos patrocinados pela EMGEA	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	6
	Realizada:	0
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Eventos patrocinados cobertos	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da ASCOM	
Comentários:	Em 2014 a Empresa não participou de eventos patrocinados. As solicitações apresentadas pelos proponentes não foram aderentes às políticas institucionais da Empresa. O público “Justiça Federal”, principal objetivo dos patrocínios institucionais, teve seus quadros de dirigentes alterados no exercício, motivo da baixa procura pelos patrocínios. A meta estabelecida não foi alcançada.	
Indicador:	Mutirões de Conciliação Cobertos	
Finalidade:	Apurar a quantidade de mutirões de conciliação de que a EMGEA participa	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	20
	Realizada:	21
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Mutirões de conciliação cobertos	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da ASCOM	
Comentários:	A Empresa esteve presente em 21 Mutirões de Audiências de Conciliação – eventos promovidos em todo o País, por meio de parcerias entre os TRF e o CNJ, em que foram distribuídos materiais informativos institucionais para sensibilização de formadores de opinião, jornalistas, magistrados e mutuários. A meta estabelecida foi superada.	
Indicador:	Releases Jornalísticos	
Finalidade:	Apurar a quantidade de <i>releases</i> jornalísticos enviados por iniciativa da EMGEA	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	24
	Realizada:	25
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum <i>Releases</i> jornalísticos enviados	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da ASCOM	
Comentários:	A área de Comunicação Social da EMGEA produziu e distribuiu 25 <i>releases</i> destinados às pessoas e organizações cadastradas. Estes <i>releases</i> foram inicialmente publicados no portal da Empresa. A meta estabelecida foi superada.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 17 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Processos de Controles Internos Aprimorados”

Indicador:	Implementação do Modelo de Informações Corporativas	
Finalidade:	Acompanhar as ações para implementação do modelo de Sistema de Informações Corporativas	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUCOI	
Comentários:	A estratégia “Estruturar padrões, fluxos e sistema para as Informações	

	Corporativas” foi atingida, conforme o plano de ação estabelecido, com a aprovação do modelo de Informações Corporativas, pela Diretoria Executiva, em dezembro de 2014.
--	--

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 18 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Processos de Informações Contábeis, Orçamentárias e Fiscais Aprimorados”

Indicador:	Implementação da Execução da Gestão Orçamentária	
Finalidade:	Verificar periodicamente o percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUCOR	
Comentários:	No exercício de 2014, visando promover melhorias no acompanhamento do processo orçamentário da Empresa, foram implementadas no Sistema de Controle Orçamentário - SISCOR, todas as fases orçamentárias que compreendem a elaboração da programação, reprogramação e remanejamento, bem como a execução/acompanhamento, relativas ao Programa de Dispendios Globais – PDG e ao orçamento estratégico, elaborado de acordo com as diretrizes definidas pela Administração.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 19 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Governança de Tecnologia da Informação Aprimorada”

Indicador:	Implantação da Estrutura Funcional de Gestão	
Finalidade:	Verificar periodicamente o percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUTEC	
Comentários:	A Empresa contratou consultoria e os trabalhos foram iniciados em outubro de 2014. Desta forma, as ações do PDTI contemplaram: atualização da solução de armazenamento de dados; projeto de virtualização do parque de servidores; atualização e instalação de equipamentos de segurança de rede; criação da Central de Informações Corporativas; implementação de reunião periódica (GAP - Sistema de gestão colegiada na TI, abordando temas como Governança, Arquitetura e Processos), com participantes da área de tecnologia da EMGEA, para deliberar sobre temas e questões necessárias às atividades da TI.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 20 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Gerenciamento de Custos por Processos Definidos”

Indicador:	Criação do Modelo de Gestão de Custos por Processo	
Finalidade:	Mensurar o custo dos processos de negócio da Empresa, visando facilitar a apuração do custo do produto e a contribuição para a medição dos resultados da EMGEA	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUTEC	

Comentários:	A criação do modelo de gestão de custos por processo foi aprovada pela Diretoria, por intermédio da Nota Técnica nº 405/2014
---------------------	--

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 21 (A.5.4) - Indicador Vinculado ao Objetivo Estratégico “Gestão de informações Jurídico-Processuais Aprimorada”

Indicador:	Implantação do modelo de gestão de informações jurídico-processuais	
Finalidade:	Aprimorar a gestão de créditos ajuizados	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	100%
	Realizada:	100%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Percentual de cumprimento do Plano de Ação estabelecido	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUPEJ	
Comentários:	O projeto tem o objetivo de acompanhar o andamento de processos em execução judicial na esfera federal, relativos a contratos previamente selecionados da carteira de pessoa jurídica de direito privado.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 22 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Processo de Logística Otimizado”

Indicador:	Negociação de valores de novos contratos	
Finalidade:	Obter economia nas novas contratações realizadas	
Interpretação:	Quanto maior melhor	
Meta	Estabelecida:	70,00%
	Realizada:	87,42%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Contratos assinados com redução de no mínimo do valor estimado / \sum Contratos assinados no período	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUPEL	
Comentários:	Dos 60 novos contratos firmados em 2014, a EMGEA obteve redução média de 40% do valor estimado para contratação em 51 deles, equivalente a um desempenho acumulado de 125% em relação à meta estabelecida	
Indicador:	Renovação de contratos vigentes	
Finalidade:	Obter economia nas renovações de contratos realizadas	
Interpretação:	Quanto maior melhor	
Meta	Estabelecida:	70%
	Realizada:	90%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Contratos renovados e não reajustados ou renovados com redução em relação ao valor estimado para reajuste / \sum Contratos renovados no período	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUPEL	
Comentários:	Dos 12 contratos renovados no ano, a EMGEA obteve redução média de 50% do valor estimado para reajuste em 2 contratos e não houve reajuste em 10 deles, equivalente a um desempenho acumulado de 129% em relação à meta estabelecida.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 23 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Desenvolvimento de Competências com Conhecimento Preservado na Empresa”

Indicador:	Competências estratégicas desenvolvidas	
Finalidade:	Desenvolver competências estratégicas com lacunas identificadas	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	90%
	Realizada:	132,56%
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	\sum Competências Estratégicas desenvolvidas / \sum Competências Estratégicas com maiores lacunas mapeadas	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUPEL	

Comentários:	Das 74 competências estratégicas estabelecidas pela Empresa, estabeleceu-se como meta para 2014 o desenvolvimento de 43 competências vinculadas aos objetivos estratégicos e consideradas essenciais ao alcance das metas empresariais (90%). Entretanto foram desenvolvidas 57 competências, equivalente a um desempenho acumulado de 147,29% em relação à meta estabelecida.	
Indicador:	Colaboradores capacitados para o exercício de suas atribuições	
Finalidade:	Capacitar os colaboradores de forma a reduzir ou eliminar as lacunas identificadas no mapeamento de competências	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	498
	Realizada:	687
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Σ Colaboradores capacitados	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUPEL	
Comentários:	Das 553 participações de colaboradores em ações de capacitação previstas para 2014 estabeleceu-se como meta a quantidade de 498 participações em eventos de capacitação (90%). Contudo ocorreram 687 participações, superando a meta estabelecida em 137,95%	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

Quadro 24 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Objetivo Estratégico “Bom Ambiente de Trabalho Preservado”

Indicador:	Projetos e ações cumpridas	
Finalidade:	Medir o desempenho da realização de novos projetos e ações que promovam o bem estar e a saúde dos colaboradores	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	8 ações
	Realizada:	8 ações
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Σ Ações e projetos realizados	
Fonte(s):	Relatórios Gerenciais da SUPEL	
Comentários:	Inicialmente foi estabelecida a realização de 95% das ações e projetos no ano. Porém, foram realizadas todas as ações previstas no PQVT, apresentando um cumprimento de 100% da meta estabelecida	
Indicador:	Nível de Satisfação – PQVT	
Finalidade:	Nível de satisfação dos colaboradores em relação aos projetos e ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT implantados, aferido mediante Pesquisa de Satisfação	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	90% das respostas classificadas como “Ótimo” ou “Bom”
	Realizada:	96,51% das respostas classificadas como “Ótimo” ou “Bom”
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Consolidação dos dados de formulários de pesquisa	
Fonte(s):	Formulários de Pesquisa de Satisfação aplicados em cada ação ou projeto do PQVT	
Comentários:	Foi estabelecido um indicador qualitativo que avaliasse a satisfação dos colaboradores da EMGEA com os projetos e ações do PQVT. Além da avaliação pelo método de reação em determinados eventos, foi aplicada uma pesquisa de satisfação individual, cujo resultado apontou um nível de satisfação de 96,51% entre “ótimo” ou “bom”, equivalente a um desempenho acumulado de 107% em relação à meta estabelecida	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

5.4.2. Indicadores Operacionais

Quadro 25 (A.5.4) - Indicadores Vinculados ao Desempenho Operacional

Indicador:		Arrecadação de Pessoa Física – Contratos
Finalidade:		Medir o volume de ingressos de recursos oriundos de negócios com contratos de Pessoas Físicas
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 642,10 milhões
	Realizada:	R\$ 692,62 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Arrecadações oriundas de contratos mantidos com pessoas físicas
Fonte(s):		SISCAR
Comentários:		<p>Em razão da progressiva redução das operações imobiliárias ativas, associada ao fato de o estoque remanescente ser composto de créditos com maior dificuldade de recuperação, verificou-se que algumas medidas apresentaram sinais de perda de eficácia, sendo necessário o incremento do percentual de desconto para retomada da atratividade do incentivo.</p> <p>Verificou-se ainda que a reestruturação na CAIXA das áreas que nos atendem impactou na realização de negócios.</p> <p>Em que pese os dificultadores acima mencionados, no ano de 2014, a arrecadação alcançou o montante de R\$ 692,62 milhões, o equivalente a 107,86% da meta estabelecida.</p>
Indicador:		Arrecadação Pessoa Física – Outros
Finalidade:		Medir o volume de ingressos de recursos oriundos da comissão de seguros, purga de mora e recursal decorrente das negociações
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 7,89 milhões
	Realizada:	R\$ 9,50 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Ingressos dos recursos oriundos da comissão de seguros, purga de mora e recursal
Fonte(s):		PDG
Comentários:		<p>A política de execução de dívidas adotada pela Empresa possibilitou uma significativa negociação de contratos inadimplidos.</p> <p>Dessa forma, no ano de 2014, a arrecadação de purga de mora e recursal alcançou R\$ 9,50 milhões, equivalente a 120,40% da meta estabelecida.</p>
Indicador:		Arrecadação Pessoa Física - Imóveis
Finalidade:		Medir o volume de ingresso de recursos oriundos da alienação de imóveis não de uso
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 150,02 milhões
	Realizada:	R\$ 144,02 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Arrecadações oriundas da alienação de imóveis não de uso
Fonte(s):		SISCAR
Comentários:		<p>Em 2014 foram alienados 1.146 imóveis com arrecadação no montante de R\$ 144,02 milhões, representando um atingimento de 96% da meta estabelecida. O resultado reflete principalmente o crescimento do mercado imobiliário, a valorização dos imóveis e a grande oferta de crédito imobiliário pelas instituições financeiras.</p> <p>Também foram mantidos os esforços para solução das pendências impeditivas de venda, com a redução do quantitativo de imóveis com pendência para 2.249, em contrapartida aos 2.314 existentes em 2013.</p>
Indicador:		Arrecadação Pessoa Jurídica - Setor Privado
Finalidade:		Medir o volume de ingressos de recursos oriundos de negócios com contratos de Pessoa Jurídica - Setor Privado
Interpretação:		Quanto maior, melhor

Meta	Estabelecida:	R\$ 121,40 milhões
	Realizada:	R\$ 33,50 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Arrecadações oriundas de contratos mantidos com Pessoas Jurídicas do setor privado
Fonte(s):		SISCAR e SISANE
Comentários:		No ano 2014, as medidas negociais adotadas pela EMGEA permitiram o ingresso de R\$ 33,50 milhões, em espécie, provenientes da Carteira Pessoa Jurídica Setor Privado. A meta definida, de R\$ 121,40 milhões para o período, não foi alcançada, pois, embora tenham sido entabuladas negociações em montante superior a R\$ 100,00 milhões, não foram finalizadas dentro do exercício.
Indicador:		Arrecadação Pessoa Jurídica - Setor Público
Finalidade:		Medir o volume de ingressos de recursos oriundos de negócios com contratos de Pessoa Jurídica - Setor Público
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 60 milhões
	Realizada:	R\$ 61,08 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Arrecadações oriundas de contratos mantidos com pessoas jurídicas setor público
Fonte(s):		SISCAR
Comentários:		A meta realizada refere-se ao somatório do montante de R\$ 61,08 milhões, provenientes da arrecadação da carteira de créditos junto a entes da Federação e de R\$ 0,11 milhões, relativos à parte do pagamento oriundo de contrato de quitação de carteira imobiliária adquirida de Estado. A arrecadação total de R\$ 61,08 milhões foi superior à prevista de R\$ 60 milhões, correspondente a 101,80% da meta estabelecida para o exercício de 2014.
Indicador:		Arrecadação - Novação FCVS
Finalidade:		Demonstrar o percentual de arrecadação de recursos decorrentes de novações de dívidas do FCVS, frente à meta estabelecida
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 1.062,00 milhões
	Realizada:	R\$ 0,00
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Ingressos de recursos oriundos de novações de dívidas do FCVS em relação à meta estabelecida
Fonte(s):		PDG, Arquivo controle de entrada de títulos CVS decorrentes de novações de dívidas do FCVS e controles de tesouraria relativos à parcela em espécie
Comentários:		As novações de dívidas do FCVS permaneceram suspensas pelos gestores do Fundo em razão da existência de ressalvas apresentadas pela CGU para determinados itens da novação. Esse fato ocasionou a alteração da Lei nº 10.150/2000 e a implantação de novos procedimentos pelo CCFCVS.
Indicador:		Diversos – Recuperação de Crédito Tributário
Finalidade:		Medir o volume de ingressos de recursos oriundos de tributos compensadores e restituídos
Interpretação:		Quanto maior, melhor
Meta	Estabelecida:	R\$ 298,00 milhões
	Realizada:	R\$ 350,55 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:		Σ Tributos compensados e restituídos
Fonte(s):		PDG
Comentários:		As compensações e restituições de tributos junto à Receita Federal do Brasil alcançaram o montante de R\$ 350,55 milhões, ante uma previsão de R\$ 298,00 milhões (superaram em 17,63% o total previsto). As compensações de crédito tributário realizadas no período, no valor de R\$ 39,34 milhões, superaram em 40,49% o previsto de R\$ 28,00 milhões, e as restituições, no valor de R\$ 311,21 milhões superaram em 15,26% o previsto de R\$ 270,00 milhões.
Indicador:		Diversos – Ingressos Itaipu/União

Finalidade:	Acompanhar a realização dos ingressos de recursos do acionista, conforme cronograma de repasses – Contrato nº 235/PGFN/CAF	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 607,11 milhões
	Realizada:	R\$ 809,62 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Σ Ingressos oriundos dos recursos do Acionista (Integralização de Capital e Ativo Tesouro)	
Fonte(s):	PDG	
Comentários:	Os ingressos oriundos de Itaipu Binacional e União alcançaram o montante de R\$ 809,62 milhões ante uma previsão de R\$ 607,11 milhões, superando em 33% o esperado para o período, em razão do comportamento cambial no último quadrimestre de 2014.	
Indicador:	Diversos – Receita Financeira e Outros	
Finalidade:	Medir o volume de ingressos de recursos oriundos de receitas financeiras de fundos de investimentos, juros de títulos CVS, Selic de repasses da CAIXA e outros	
Interpretação:	Quanto maior, melhor	
Meta	Estabelecida:	R\$ 19,49 milhões
	Realizada:	R\$ 26,30 milhões
Fórmula de cálculo e/ou método de apuração:	Σ Ingressos de recursos oriundos de receitas financeiras de fundos de investimentos, juros de títulos CVS, Selic de repasses da CAIXA e outros	
Fonte(s):	PDG	
Comentários:	Os ingressos oriundos de receitas financeiras representaram R\$ 26,30 milhões frente aos R\$ 19,49 milhões esperados, superando em 35% o previsto para o período, influenciados pelo comportamento da taxa básica de juros da economia em 2014.	

Fonte: Assessoria Especial da Presidência

5.5. Informações sobre Custos de Produtos e Serviços

De maneira a contribuir para a avaliação e eficiência do processo decisório da Empresa, foi desenvolvido e implementado, no exercício de 2014, sistema de gestão orçamentária, por meio do qual foram introduzidos novos conceitos que permitiram a definição dos insumos e dos principais produtos que estão diretamente vinculados à criação de valor, conforme seu Quadro de Modelo de Negócios. Além disso, possibilitou a criação de centros de resultados, medições de efetividade, bem como a agregação de valores com a finalidade de dar ao gestor mais um instrumento de controle sobre o desempenho do negócio.

O Sistema de Controle Orçamentário - SISCOR encontra-se parametrizado e preparado para constituir a base unificada de dados contábeis, financeiros, patrimoniais e orçamentários para a mensuração dos custos dos produtos e serviços da Empresa.

Todavia, a implementação de uma sistemática de apuração de custos dos produtos e serviços, encontra-se suspensa em face dos exames ora em andamento, sobre o custo e o benefício de sua implantação.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 134/2014 – CONTEÚDO GERAL:

- 6.1.1 Programação das Despesas
- 6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa
- 6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
- 6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
- 6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ
- 6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- 6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- 6.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 6.5 Transferência de Recursos
- 6.6 Suprimento de Fundos
- 6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ
- 6.8 Gestão de Precatórios

6.1. Programação e Execução das Despesas

6.1.3. Realização da Despesa

6.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Executados Diretamente pela EMGEA

Em 2014, a EMGEA realizou 101 procedimentos licitatórios à luz da legislação vigente, frente a 102 realizados em 2013. Os procedimentos objetivaram aquisição de bens e serviços necessários ao pleno funcionamento da Empresa.

No quadro adiante, demonstra-se o montante de despesas homologadas em 2014, comparadas com o realizado em 2013, onde se verificou a diminuição percentual de 17,28% no último período. Ademais para a demonstração das despesas pagas nos exercícios mencionados, foram considerados, além dos certames licitatórios finalizados nos períodos, os contratos em vigência firmados sob as modalidades de Pregão e Contratações Diretas.

Quadro 26 (A.6.1.3.2) - Despesas por Modalidade de Contratação - 2014 e 2013*Valores em R\$ 1,00*

Modalidade de Contratação	Despesa Homologada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação				
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	369.900,00	338.086,67	406.172,77
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	9.284.200,16	11.330.813,83	9.126.808,22	7.479.560,50
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Ata de Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	4.437,15
2. Contratações Diretas				
Dispensa	292.624,13	374.889,87	1.763.749,04	1.825.750,91
j) Inexigibilidade	617.692,32	249.709,20	670.791,03	508.956,58
3. Outras				
k) Outras	0,00	0,00	196.284,70	112.257,44
Totais	10.194.516,61	12.325.312,90	12.072.799,69	10.337.135,35

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

6.1.3.7. Análise Crítica da Realização de Despesas

As alterações observadas nas despesas originárias da modalidade Pregão foram motivadas pela preferência por aquela modalidade, na contratação de serviços e bens comuns, renovação nos contratos que cumpriram seus interregnos máximos de vigência, como também pelo investimento na modernização da infraestrutura de ar condicionado, no sistema de telefonia e equipamentos de uso de tecnologia da informação.

O decréscimo nas despesas realizadas por meio de Tomada de Preços decorreu da homologação, em 2013, do processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de auditoria independente nos processos da EMGEA, sendo que em 2014, não houve a necessidade de contratação por esta modalidade.

O aumento nas despesas realizadas por meio de contratações diretas decorreu da homologação, em 2014, da inexigibilidade de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de suporte, customização, manutenção, implantação, consultoria e treinamento dos módulos dos Sistemas ERP TOTVS, no valor anual de R\$ 394.457,91.

As despesas previstas pela EMGEA para o exercício de 2014, não sofreram contingenciamento, ou qualquer outro impacto interno ou externo que interferisse nos resultados planejados.

6.2. Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

No exercício de 2014, a EMGEA não firmou contrato com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1. Estrutura de Pessoal da EMGEA

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da EMGEA

A Empresa não possui quadro de pessoal próprio e os cargos de direção e comissionados são, em sua maior parte, ocupados por empregados originários da Administração Pública Federal.

A estrutura atual foi aprovada pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2008 e apresenta a seguinte distribuição, que conta com dotação para 115 colaboradores.

Quadro 27 (A.7.1.1.1)– Força de Trabalho da EMGEA – 2014

Descrição	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Cargos de Direção	5	5	0	0
Diretor-Presidente	1	1	0	0
Diretor	4	4	0	0
Com Cargo Comissionado	102	99	4	2
Chefe de Gabinete	1	1	0	0
Assessor Especial da Presidência	2	2	1	1
Assessor da Presidência	2	2	0	0
Chefe da Auditoria	1	1	0	0
Consultor Jurídico	1	0	0	0
Chefe de Contabilidade	1	1	0	0
Superintendente Executivo	8	7	1	0
Gerente	22	22	0	0
Assessor de Comunicação Social	1	1	0	0
Auditor	3	3	1	1
Assessor Sênior	29	29	0	0
Assessor	31	30	1	0
Sem Cargo Comissionado	8	7	2	0
Requisitados sem Cargo Comissionado	8	7	2	0
Contrato Suspenso	0	1	0	1
Contrato Suspenso	0	1	0	1
Totais	115	112	6	3

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Em 31.12.2014, a Empresa contava ainda com 75 postos de serviços terceirizados, referentes a serviços de vigilância, limpeza e conservação e apoio administrativo.

O Quadro adiante busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim, exceto os cargos de Direção.

Quadro 28 (A.7.1.1.2) – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidor de Carreira	0	0
2. Requisitado da Administração Pública Federal	18	18
3. Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	50	21
4. Total (1+2+3)	68	39

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

A EMGEA, sempre em busca do aperfeiçoamento profissional e pessoal dos seus colaboradores, por acreditar que quanto mais capacitados e desenvolvidos, melhores e maiores serão os resultados para a Empresa, tornando-a mais eficiente nos cenários econômico e social, elaborou o Plano de Capacitação de Competências – 2014, objetivando a capacitação dos colaboradores nos níveis gerencial e técnico.

O referido Plano foi orientado para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao desempenho das funções dos colaboradores, buscando aperfeiçoar e potencializar o perfil individual de cada um, mediante ações de desenvolvimento.

No decorrer do exercício, foram realizados 117 eventos de capacitação aprovadas no PDC 2014, complementados com os treinamentos ministrados pelo Programa de Desenvolvimento de Dirigentes – PDD, no âmbito do PAEX, da FDC.

A participação dos colaboradores no PDC 2014 foi definida de acordo com as lacunas identificadas no mapeamento das competências, considerando a natureza e a responsabilidade das funções desempenhadas, bem como o nível de prontidão e aptidão individual, assegurando a melhor relação custo/benefício para a Empresa e para os colaboradores.

O Quadro adiante demonstra o nível de escolaridade da força de trabalho:

Quadro 29 - Força de Trabalho por Nível de Escolaridade

Pessoal por Nível de Escolaridade	Quantidade por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Direção						2	3		
Comissionado Próprio					13	31	27		
Cedido pela Administração Pública Federal					3	16	17		
Postos de Serviços Terceirizados			3	9	29	31	3		
Totais			3	9	45	80	50		

Legenda:
 1- Analfabeto; 2- Alfabetizado em cursos regulares; 3- Ensino Fundamental incompleto; 4- Ensino Fundamental;
 5- Ensino Médio; 6- Ensino Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado;
 9 -Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

7.1.3. Custos com Pessoal da EMGEA

Quadro 30 (A.7.1.3) – Custos do Pessoal

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	2.128.438,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.128.438,08

	2013	1.973.176,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.973.176,47
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	8.695.002,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.695.002,56
	2013	7.515.739,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.515.739,77
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Os custos com o pessoal da EMGEA são sintetizados no quadro adiante:

Quadro 31 (A.7.1.3) - Custos com Pessoal - 2014, 2013 e 2012

Valores em R\$ 1,00

Natureza	2014	2013	2012
Salário e Gratificações	10.823.440,64	9.488.916,24	9.344.159,84
Honorários - Diretoria e Conselheiros	1.727.860,28	1.726.330,80	1.269.658,97
Provisões – Férias e 13o. Salário	2.177.968,93	2.077.801,04	1.658.247,42
Encargos Sociais	3.464.866,72	3.162.614,53	2.762.541,28
Salário Maternidade - Lei nº 11.770/2008	0,00	51.808,01	8.585,54
Assistência Médica e Social	178.454,66	172.671,12	164.940,81
Segurança e Medicina do Trabalho	32.611,77	23.829,67	17.519,25
Diárias de Viagens	384.716,75	360.820,64	479.306,19
Passagens Aéreas	266.239,51	248.853,58	308.238,82
Auxílio-Alimentação	602.617,99	531.601,52	431.602,22
Mudanças e Ajuda de Custo	0,00	0,00	10.488,19
Auxílio-Moradia	0,00	0,00	0,00
Rescisões Contratuais	116.311,92	266.570,24	266.327,83
Treinamento (Geral + TI)	518.978,28	409.545,78	426.605,35
Totais	20.294.067,45	18.521.363,17	17.148.221,71

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

O comportamento da composição e dos custos com Recursos Humanos ocupantes de cargos comissionados está representado nos quadros a seguir.

Quadro 32 (A.7.1.3) - Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime Estatutário - Função Comissionada - 2014, 2013 e 2012

Valores em R\$ 1,00

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Totais
2014	3	185.178,04	507.067,44	692.245,48
2013	3	246.221,51	560.665,85	806.887,36
2012	3	252.245,41	514.423,38	766.668,79

(*) Não inclui custos previdenciários e com o FGTS

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 33 (A.7.1.3) – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT - Função Comissionada - 2014, 2013 e 2012

Valores em R\$ 1,00

Ano	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Totais
2014	30	1.943.260,04 (*)	12.205.569,64	14.148.829,68
2013	31	1.726.954,96	10.099.800,35	11.826.755,31
2012	29	1.996.629,70	8.020.648,12	10.017.277,82

(*) Não inclui custos previdenciários e com o FGTS

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 34 – Composição e Custos com Pessoal – Pessoal Cedido pela Administração Pública Federal - Regime da CLT – Sem Cargo Comissionado – 2014

Valores em R\$ 1,00

Ano	Quantidade	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2014	7	2.553.263,96	2.553.263,96

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

7.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

Não foi identificada a existência de qualquer irregularidade relacionada ao pessoal, até 31.12.2014.

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foi identificado colaborador na situação de acúmulo indevido de cargos até 31.12.2014.

Encontra-se em desenvolvimento sistemática de controle para identificar possível acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

7.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não há servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categoria funcional do plano de cargos da EMGEA.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Semestralmente, é elaborada versão da Matriz de Riscos Operacionais da EMGEA, ocasião em que são identificados os riscos operacionais relativos às atividades da Empresa, para fins de monitoramento, em face do grau de exposição apresentado.

No que concerne à Gestão de Pessoas, em 2014 foram identificados riscos de falhas na execução de atividades e de ocorrência de demandas trabalhistas, todos classificados como baixo grau de exposição.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A EMGEA utiliza-se dos seguintes indicadores para o gerenciamento dos Recursos Humanos.

- **Índice de Rotatividade do Pessoal (*Turnover*)***: Apurou-se a taxa de 8,03% no exercício, considerando-se a mobilidade do quadro, decorrente de desligamentos e contratações para preenchimento de cargos de livre provimento.

(*) Apuração = (Número de demissões (7) + Número de admissões) (11) / 2 x 100 / Número de empregados ativos no último dia do ano anterior (112).

- **Demandas Trabalhistas**: A EMGEA figura no polo passivo na demanda trabalhista em tramite na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – Processo nº 0000373-79.2014.5.10.0020, cujo inicio se deu em 26.3.2014. A Sentença de 1º grau, datada de 19.2.2014, julgou improcedentes todos os pedidos formulados pela Reclamante na exordial. O processo encontra-se em grau de Recurso ordinário no TRT, desde 10.4.2015.
- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**: Não houve acidentes de trabalho nem doenças ocupacionais no período.

- **Contratos Suspensos:** Existe 1 contrato de trabalho suspenso, que é por afastamento por auxílio doença pela Previdência Social.
- **Educação Continuada:** A Educação Continuada na EMGEA ocorre de várias formas e em todos os instantes, por meio de reuniões, instruções, trocas de experiências entre colaboradores e as capacitações contidas no PDC, que inclui treinamentos presenciais com profissionais externos – abertos e fechados, além de capacitações com profissionais internos no ambiente de trabalho.
- **Satisfação e Motivação:** Com a implantação do PQVT, a EMGEA se inseriu no contexto das empresas que instituíram uma política de qualidade de vida no trabalho segundo as concepções individual (ser biopsicossocial) e estratégica, procurando viabilizar as variáveis relativas à saúde integral e aos resultados organizacionais, em um esforço integrado de gestão.
- **Disciplina:** No tocante à disciplina, a EMGEA, em seu Regulamento de Pessoal, estabelece os deveres, proibições, responsabilidades e penalidades cabíveis.
- **Desempenho Funcional:** O desempenho funcional é monitorado pelo gestor da Unidade em que atua o colaborador.
- **Níveis Salariais:** Os valores dos cargos comissionados são estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, após a manifestação do DEST, dentro da política salarial definida pelo Governo Federal.

7.2. Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

A terceirização de postos de serviços na EMGEA concentra basicamente as atividades meio de limpeza e conservação, apoio administrativo, copeiragem, operação de fotocopiadoras, de agente patrimonial e outras auxiliares.

O comportamento da composição dos custos e quantitativos dos postos de serviços terceirizados está representado no quadro a seguir.

Quadro 35 – Composição e Custos de Postos de Serviços Terceirizados - 2014, 2013 e 2012

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2014		2013		2012	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Vigilância/Limpeza	19	750.561,61	19	641.052,72	16	485.544,24
Apoio Administrativo	46	3.572.191,05	49	3.262.999,48	41	2.855.547,38
Outras Atividades	10	405.136,50	5	199.532,76	5	176.672,76
Totais	75	4.727.889,16	73	4.103.584,96	62	3.517.764,38

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

7.2.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

No primeiro semestre de 2014, a EMGEA manteve contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação, agente patrimonial, apoio administrativo e atividades auxiliares, com a empresa União Serviços Gerais Ltda., findo em 5.6.2014. A partir de 6.6.2014, a execução dos serviços ficou a cargo da empresa Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda.

As informações sobre os contratos mencionados constam no quadro a seguir, esclarecendo que a Empresa não mantém contratos para vigilância ostensiva.

Quadro 36 (A.7.2.1) - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Empresa Gestora de Ativos-EMGEA														
UG/Gestão:179102/25301							CNPJ:04.527.335/0001-13							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	L	O	15/2013	União Serviços Gerais Ltda.	6.6.2013	5.6.2014	10	10						E
2014	L	O	6/2014	Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda.	6.6.2014	-	13	13						A
Observações: Os contratos contemplam além dos postos de limpeza e higiene, os seguintes: Assistente Administrativo, Arquivista, Garçon, Copeira, Encarregado, Recepcionista e Agente Patrimonial.														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

7.2.2. Locação de Mão de Obra para atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos da EMGEA

A EMGEA não possui contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, exceto os indicados no subitem 7.2 deste Relatório.

7.2.3. Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Tendo em vista dificuldades insanáveis em 2013 no relacionamento com a empresa responsável pela prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, agente patrimonial, limpeza e conservação, recepção e operador de fotocopiadora, para a consecução de atividades meio imprescindíveis ao seu funcionamento, a EMGEA com vistas a eliminar os riscos de responsabilização trabalhista e previdenciária, não prorrogou o contrato 15/2013, ao fim dos 12 meses, e realizou novo processo licitatório em 2014.

Assim, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 003/2014, foi firmado em 20.5.2014 o contrato 06/2014, com a empresa Interativa, a qual vem disponibilizando a prestação dos serviços contratados com os devidos padrões de qualidade e cumprimento de prazos.

Foi alterada a aferição de frequência dos funcionários terceirizados, da forma manual para o ponto eletrônico biométrico, o que conferiu maior controle, confiabilidade e eficiência à verificação da efetividade da execução dos serviços contratados.

Em complemento, para mitigar possível desatendimento às legislações trabalhistas em vigor, da qual possa figurar esta EMGEA em possível polo passivo de responsabilização solidária, continuam os procedimentos de gestão, acompanhamento e fiscalização, conforme disposições das melhores práticas e jurisprudências preceituadas pelos Órgãos de Controle e Fiscalização Federais.

7.2.4. Contratação de Estagiários

A EMGEA não adota a prática de contratar estagiários.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A EMGEA não possui frota de veículos próprios e para prestação de serviços de transporte de pessoas, documentos e pequenos volumes, contrata empresa especializada, por meio da modalidade de licitação denominada pregão eletrônico.

Em 2014 foi realizada nova contratação, em face da não prorrogação do contrato que estava vigente.

São 2 veículos disponibilizados para a prestação de serviços, sendo um destinado aos deslocamentos dos membros da Diretoria Executiva e outro para os demais serviços.

Em 2014, esses veículos percorreram cerca de 22.081 quilômetros.

Os dados do contrato vigente e do contrato anterior constam dos quadros adiante:

Quadro 37 - Veículos Contratados - Dados do Contrato Vigente

Nome da Empresa:	AMJ Auto Locadora Ltda-ME
CNPJ:	08.865.102/0001-81
Modalidade da licitação:	Pregão Eletrônico
Número do Contrato:	014/2014
Ano da Contratação:	2014
Prazo:	12 meses
Idade Média dos Veículos:	1 ano
Valor Contratado:	R\$ 240.960,00
Valor Pago até o fim de 2014:	R\$ 37.680,00
Custos de Manutenção:	Incluídos no valor do contrato

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Quadro 38 - Veículos Contratados - Dados do Contrato Anterior

Nome da Empresa:	Exclusive Service Locadora de Veículos EIRELI-ME
CNPJ:	07.234.161/0001-99
Modalidade da licitação:	Pregão Eletrônico
Número do Contrato:	26/2013
Ano da Contratação:	2013
Prazo:	12 meses
Idade Média dos Veículos:	1 ano
Valor Contratado:	R\$ 195.127,20
Valor Pago até o fim de 2014	R\$ 158.913,26
Custos de Manutenção:	Incluídos no valor do contrato

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

A gestão dos veículos locados é disciplinada em normativos da Empresa, os quais estabelecem parâmetros para utilização exclusiva no serviço, assim como procedimentos dentre os quais estão a identificação de nome do usuário, unidade do usuário, motivo da requisição, local de destino, data do compromisso, horário do compromisso, necessidade de espera pelo motorista.

Considerando os custos envolvidos com a aquisição de frota própria quais sejam, depreciação do bem, combustíveis, lubrificantes e seguros obrigatórios, a EMGEA optou pela locação da frota, que contempla, além de dois veículos, manutenção, fornecimento de motoristas e todos os demais custos que envolvem a prestação dos serviços.

8.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

A EMGEA não possui bens imóveis sob sua responsabilidade, classificados como “Bem de Uso Especial”, de propriedade da União ou locados de terceiros.

8.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros

A EMGEA mantém sua sede em Brasília-DF, em imóvel locado, cujos desembolsos em 2014, foram de:

- Aluguel: R\$ 1.654.002,29;
- Despesas condominiais: R\$ 82.164,06;
- Manutenção predial: R\$ 721.760,06.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

No decorrer do exercício de 2014, a Empresa deu sequência às atividades de aprimoramento relativas à infraestrutura, segurança e desenvolvimento de soluções corporativas em seu ambiente tecnológico, com vistas ao atendimento das demandas de suas diversas áreas.

Foram adquiridos os seguintes equipamentos e aplicativos:

Quadro 39 – Equipamentos Adquiridos pela Tecnologia – Exercício 2014

Equipamentos e Aplicativos	Qtde
Servidor Tipo I	1
Servidor tipo II	2
Monitor interativo	1
Access Point	12
Computador portátil ultrafino	19
Projetor	4
Memória DDR-3 <i>Synchronous Registered</i> para 3(três) servidores R910 - DELL - 48 pentes de 8GB	48
Memória DDR-3 <i>Synchronous Registered</i> para 02 (dois) servidores R720 - DELL - 24 pentes de 16GB	24
Licença Exchange - ExchgSvrEnt SNGL LicSAPk MVL - 395-02406	1
Licença Exchange - ExchgStdCAL SNGL LicSAPk MVL DvcCAL - 381-01603	200
Total	312

Foi realizada, ainda, a expansão do *link* Extranet de 1 Mbps para 2 Mbps, que corresponde ao aumento de 100 % de sua capacidade.

Dentre as soluções corporativas de Tecnologia da Informação - TI, merecem destaque:

- A evolução do Sistema de Apoio à Negociação – SISANE, com a publicação na Extranet da nova funcionalidade de controle de garantias dos contratos de pessoa jurídica, visando compartilhar o aplicativo com os empregados CAIXA de todos os estados do Brasil.
- A evolução do Sistema de Apoio ao Processo de Aquisição de Bens e Serviços - SISPAQ, tendo em vista as alterações solicitadas pelos gestores no módulo de controle dos contratos firmados com a CAIXA e seus respectivos acordos de nível de serviço.
- A integração do Sistema de Controle Orçamentário – SISCOR com o ERP TOTVS RM (Sistemas de informação que integra os dados sob uma perspectiva funcional - finanças, contabilidade, fiscal, gestão de pessoas, folha de pagamento, patrimônio, compras e faturamento), visando automatizar o controle da execução orçamentária.
- A evolução e manutenção do Sistema de Avaliação de Pessoas – SISAPE, permitindo individualizar o mapeamento das competências até o nível de gerências da estrutura organizacional.
- O desenvolvimento de aplicação para controle dos créditos rotativos “Crotinho”, adquiridos na cessão onerosa de créditos comerciais (titulados por pessoas físicas, da CAIXA para a EMGEA) permitindo a geração de boletos de cobrança na *Internet*, *Extranet* CAIXA e *Intranet*; prevendo, ainda, a integração com o SCPC - Serviço Central de Proteção ao Crédito.
- A evolução dos aplicativos de gerenciamento das despesas de execução judicial e extrajudicial e de gerenciamento da arrecadação, tendo em vista a cessão onerosa de

créditos comerciais e imobiliários. No portal *Internet* foi criada a aba “Devedores” com o objetivo de divulgar qualquer informação sobre a referida cessão.

- O desenvolvimento de aplicativo de controle da situação dos processos judiciais de contratos de pessoas jurídicas – Sistema SISJUR, permitindo o cadastro da situação de cada processo pelos colaboradores da Consultoria Jurídica.
- O desenvolvimento de projetos realizados em parceria com a equipe técnica da TOTVS RM, tais como a implantação do Módulo TOTVS RM PONTO e seu portal corporativo, a revisão do processo de parcelamento de férias no módulo RM Folha de Pagamento e a integração dos módulos do BackOffice (Compras e Faturamento, Patrimônio, Fiscal, Contábil e Financeiro) com a implantação da Contabilidade Gerencial, com a revisão/criação dos relatórios operacionais e gerenciais e das rotinas necessárias para o controle da execução orçamentária.
- A criação do ambiente de desenvolvimento de um portal empresarial via Sharepoint, a Central de Informações Corporativas, visando a substituição do Sistema SISIEX – Sistema de Informações Executivas.

Além disso, foram realizadas manutenções evolutivas na *Intranet* e nas ferramentas utilizadas pelas áreas de suporte e de negócio da EMGEA, cujas demandas foram registradas no Sistema SISADE.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, elaborado em 2013, começou a ser executado em outubro de 2014, com as seguintes ações:

- aquisição do novo *storage*;
- início do projeto de virtualização;
- aditamento de contrato para atualização e instalação dos *firewalls* da Rede Interna em cluster e atualização dos *firewalls* da Rede Extranet;
- criação da Central de Informações Corporativas com base no MS Sharepoint;
- implementação de reunião periódica (GAP - Sistema de gestão colegiada na TI, abordando temas como Governança, Arquitetura e Processos) com participação de colaboradores de outras áreas da EMGEA para deliberar sobre definições necessárias às atividades da TI.

Em 2014, houve o desembolso de R\$ 1.028.492,35 para os contratos vigentes na área de TI, conforme quadro apresentado adiante.

Quadro 40 - (A.9.1) – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Valores em R\$ 1,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência do Contrato	Fornecedores		Custo	Valores Pagos 2014
			CNPJ	Denominação		
201300030 4º Termo	Prorrogação da vigência do Contrato nº 30/2009, pelo período de 12 (doze) meses, sem reajuste de valor	11.1.2014	01.707.536/0001-04	ISH TECNOLOGIA LTDA.	38.504,00	34.865,37
201300022 2º Termo	Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de Acesso contínuo à <i>Internet</i> com Suporte a Aplicações TCP/IP, na velocidade de 20 Mbps	15.9.2015	04.622.116/0001-13	ALGAR MULTIMÍDIA S/A	40.824,00	27.263,94
201300005	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação, no endereço de localização, por menor valor global, para atender as necessidades da EMGEA - Empresa Gestora de Ativos	1º.3.2015	59.948.570/0001-50	BSI TECNOLOGIA LTDA	394.994,42	43.795,02
201000020 4º Termo	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de assistência técnica e atualização evolutiva da Solução <i>Firewall Appliance</i> Aker Box 616, assim como a atualização de versões de duas licenças de sistemas de <i>Firewall</i> Aker	25.8.2015	01.919.316/0001-44	AKER CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.	54.600,00	50.050,00
201100002 4º Termo	Prestação de serviço de custódia e transporte de mídias magnéticas em ambiente externo às instalações da EMGEA	4.4.2016	04.120.966/0006-28	IRON MOUNTAIN DO BRASIL LTDA.	34.725,88	34.725,88
200800011 7º Termo	Prorrogação excepcional da vigência do Contrato Administrativo nº 11,2008, sem reajuste no seu valor	25.2.2014	76.535.764/0001-43	OI S.A	12.600,00	3.150,00
201300023 1º Termo	Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de acesso contínuo à <i>Internet</i> com Suporte a Aplicações TCP/IP, na velocidade de 8Mbps- <i>Link</i> de Contingência	15.9.2015	76.535.764/0001-43	OI S.A	23.921,28	22.831,03
201400002 1º Termo	Prestação de serviços técnicos de suporte, customização, manutenção, implantação, consultoria e treinamento dos módulos dos Sistemas ERP TOTVS	2.3.2016	53.113.791/0012-85	TOTVS S.A	368.921,33	182.787,41
201000011 3º Termo	Prorrogação da vigência do Contrato nº 11/2010, pelo período de 12 (doze) meses, sem reajuste do seu valor, nas mesmas condições contratuais	4.7.2014	06.885.830/0001-20	LINK INFORMÁTICA LTDA	31.802,40	13.251,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência do Contrato	Fornecedores		Custo	Valores Pagos 2014
			CNPJ	Denominação		
201400009	Contratação de empresa especializada na Manutenção Preventiva e Corretiva em Equipamentos de Informática Instalados nas dependências da Empresa Gestora de Ativos-EMGEA	13.8.2015	06.885.830/0001-20	LINK INFORMÁTICA LTDA	43.639,92	14.564,64
201400010	Prestação de serviços de Consultoria e Transferência de conhecimento em Tecnologia da Informação	24.9.2015	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA	447.200,00	-
201400011	Aquisição de Licenças <i>Exchange Serve Enterprise</i> e Licenças Device CAL para <i>Exchange Serve</i>	5.10.2017	57.142.978/0001-05	BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	100.300,00	100.300,00
201400012	Aquisição de 1 (um) Servidor de alto desempenho, marca IBM, modelo X3650M4	7.10.2017	10.345.104/0001-91	MACTECCNOLOGY COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - EPP	62.990,00	62.990,00
201400013	Aquisição de <i>Display Interativo Multitouch</i> de 70 polegadas	5.10.2016	08.976.536/0001-59	MANZI & CARVALHO COMERCIAL DE INFORMATICA LTDA EPP	23.900,00	23.900,00
201400015	Aquisição de 2 (dois) Servidores de alto desempenho, marca Dell, modelo PowerEdge R920	7.10.2017	03.490.199/0001-71	L & B SOLUCOES EM TI LTDA.	210.000,00	210.000,00
201400021	Aquisição de computadores portáteis ultrafinos, DELL INSPIRON 14 5000 SERIES	14.1.2018	17.026.517/0001-52	UNILEG COMERCIAL EIRELI - ME	75.050,00	75.050,00
201400022	Aquisição de Projetores Multimídia, EPSON W17 com <i>Wireless</i>	12.1.2018	13.950.339/0001-09	ACQUA LIFE COMERCIAL EIRELI - EPP	11.200,00	11.200,00
201400023	Aquisição de módulos de memória para computadores do tipo servidores de 8GB, DDR3, marca DELL	14.1.2018	16.631.998/0001-62	NJV IMPORTACAO & EXPORTACAO LTDA - EPP	25.800,00	25.800,00
201400024	Aquisição de módulos de memória para computadores do tipo servidores de 16 GB, DDR3, marca Smart Modular	14.1.2018	01.095.742/0001-00	WINTRONIC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	23.040,00	23.040,00
201400025	Contratação de empresa especializada para renovação de licenças de <i>softwares</i> Symantec	12.1.2016	08.834.272/0001-07	EDSON CARDOSO ROCHA INFORMATICA - ME	68.928,06	68.928,06
Total Pago a Fornecedores em 2014						1.028.492,35

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

A EMGEA, ciente da importância ativa do Setor Público na inclusão social e na gestão ambiental, instituiu em 2007, sob a égide do Decreto nº 5.940/2006, a Comissão para Coleta Seletiva Solidária – CCSS, com a missão de promover o uso sustentável dos insumos e recursos materiais da Empresa, com probidade e responsabilidade socioambiental.

Dentre os diversos objetivos relacionados à inclusão e à educação ambiental, a CCSS mantém ativa a coleta seletiva dos resíduos recicláveis gerados na EMGEA, cujo material é destinado às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis legalmente habilitadas para essa finalidade.

No exercício de 2014 foram entregues 1.996 Kg de materiais recicláveis como papel, material plástico, vidro e metal às cooperativas Renascer e CORTRAP.

No primeiro semestre, a Comissão realizou o Concurso de Fotografia com o tema “Água”, a fim de propiciar a reflexão e sensibilização para o seu uso sustentável.

Em janeiro de 2014 tornou-se parceira da Rede A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública, programa do Governo Federal que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública e tem como política de gestão de resíduos a prática dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos.

Quadro 41 (A.10.1) – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Fonte: Assessoria Especial da Presidência / Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1. Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão TCU

O único processo que esta Empresa possui em aberto no TCU é o de nº 027.020/2014-2, que trata da prestação de contas da EMGEA referente ao exercício de 2013 e que foi encaminhado àquela Corte de Contas ao final de setembro de 2014.

11.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Não houve recomendação ou determinação por parte da CGU para esta Empresa no exercício de 2014, nem mesmo existe pendência de atendimento ao Órgão de Controle Interno.

11.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/1993

A EMGEA, em cumprimento à Lei nº 8.730/1993, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens e rendas para os ocupantes de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, efetuou o controle de entrega das declarações de imposto de renda - exercício 2014/ano base 2013 de seus colaboradores, por meio do recolhimento do Formulário de Declarações de Bens e Rendas, em envelopes lacrados contendo as respectivas declarações, e do Formulário de Autorização de Acesso Exclusivamente aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, arquivados na Gerência de Gestão de Pessoas. Todos os colaboradores entregaram a declaração no prazo definido em regulamento.

11.4. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

No exercício de 2014, não houve danos ao Erário no âmbito da Empresa.

11.5. Alimentação SIASG e SICONV

Quadro 42 (A.11.5) – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, CLÁUDIA BETINI DE OLIVEIRA, CPF nº 093.556.058-03, SUPERINTENDENTE EXECUTIVA, exercido na Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 08 de maio de 2015.</p> <p style="text-align: center;">Cláudia Betini de Oliveira 093.556.058-03 Superintendente Executiva/EMGEA</p>

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, não é aplicável à EMGEA.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes subitens da Parte A do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 134/2014 – CONTEÚDO GERAL:

- 12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- 12.3 Conformidade Contábil
- 12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
- 12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

12.2. Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

Conforme citado no item 5.5 deste Relatório, foi desenvolvido e implementado o Sistema de Controle Orçamentário – SISCOR, que está parametrizado e preparado para constituir a base unificada de dados contábeis, financeiros, patrimoniais e orçamentários para mensuração dos custos dos produtos e serviços da Empresa.

Todavia, a implementação de uma sistemática de apuração de custos dos produtos e serviços, encontra-se suspensa em face dos exames ora em andamento, sobre o custo e o benefício de sua implantação.

12.6. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encontram-se no Anexo I deste Relatório.

12.7. Composição Acionária das Empresas Estatais

12.7.1. Composição acionária do Capital Social como Investida

O Capital Social da EMGEA é de R\$ 9.057.993 mil, totalmente integralizado pela União.

12.7.2. Composição acionária da EMGEA como Investidora

A EMGEA não detém participação no capital de outras empresas.

12.8. Relatório de Auditoria Independente

Em seu relatório de 26.5.2015, sobre as Demonstrações Contábeis da EMGEA do exercício de 2014, a KPMG Auditores Independentes emitiu a seguinte opinião:

(...)

“Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados, totalizam R\$ 760.493 mil, e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos em regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 10.066.426 mil em 31 de dezembro de 2014, está condicionada ao processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Impostos e contribuições a recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a EMGEA registra em seu ativo valores referentes a impostos e contribuições a recuperar, cuja realização está condicionada à compensação futura com tributos federais e/ou recebimento por meio de restituição em espécie a ser feita pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.”

A íntegra do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis encontra-se no Anexo II deste Relatório.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela EMGEA

Na busca pelo aprimoramento da Governança Corporativa e da gestão da ética, a Empresa atualizou, em 2014, o Código de Ética e lançou seu Código de Conduta, documentos públicos que tiveram, na sua formulação, a participação de todos Colaboradores e o apoio da Diretoria Executiva.

Tais documentos explicitam os valores éticos que norteiam a conduta dos negócios e orientam as ações e o relacionamento interpessoal dos Colaboradores da EMGEA, e o trato com seus clientes e fornecedores.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Empresa cumpriu as metas estabelecidas para 2014, conforme descrito no item 1.4 - Macroprocessos Finalísticos deste Relatório, resultando no lucro líquido do exercício de R\$ 209,4 milhões, o que a habilita ao pagamento de dividendos ao seu acionista, o Tesouro Nacional.

Em setembro, foi realizada permuta de ativos entre a EMGEA e a CAIXA, que resultou no ingresso de 2.121.683 contratos de crédito perante pessoas físicas, sendo 2.106.469 da carteira comercial e 15.214 da carteira imobiliária.

A operação teve como contrapartida a transferência de direitos creditórios perante o FCVS, de propriedade da EMGEA, o que tem contribuído para a melhoria da liquidez da Empresa, tendo em vista que os novos ativos geram fluxo de caixa imediato.

Para o exercício, em curso, a EMGEA espera alcançar as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico de 2015 e considera estar apta ao alcance dos seus objetivos estratégicos.

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		1.834.451	2.517.465
Caixa e equivalentes de caixa		397.519	373.531
Disponibilidades	4	397.519	373.531
Títulos e valores mobiliários		78.655	76.435
Títulos públicos federais	5	78.655	76.435
Operações de Crédito		1.170.963	1.091.285
Créditos Imobiliários	6.1	1.170.963	1.091.285
Outros recebíveis		187.314	976.214
Recebíveis por cessão de créditos	7	-	764.399
Créditos adquiridos	8	4.377	63.593
Outros créditos a receber	9	182.937	148.222
Ativos não circulantes mantidos para venda		263.013	209.768
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	263.013	209.768
Não Circulante		13.945.893	14.299.197
Realizável a Longo Prazo		13.943.076	14.296.243
Operações de Crédito		2.090.324	1.553.853
Créditos Imobiliários	6.1	1.386.281	1.553.853
Créditos Comerciais	6.2	704.043	-
Outros Recebíveis		10.988.894	11.576.470
Créditos vinculados - SFH	11	10.826.919	11.530.698
Créditos adquiridos	8	67.649	-
Outros créditos a receber	12	94.326	45.772
Tributos a recuperar		863.858	1.165.920
Impostos e contribuições a recuperar	13	863.858	1.165.920
Imobilizado		2.817	2.954
Imobilizado de uso	14	2.817	2.954
Total do Ativo		16.043.357	17.026.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		2.209.169	2.603.106
Passivos financeiros		1.868.233	2.190.696
Financiamentos	15	1.868.233	2.190.696
Outras obrigações		340.936	412.410
Obrigações com pessoal	16	4.796	3.775
Obrigações com fornecedores	17	29.759	21.708
Obrigações tributárias	18	3.337	1.659
Juros sobre Capital Próprio	24.c	49.735	63.440
Obrigações por repasses	19	21.715	27.913
Obrigações com mutuários	20	219.069	179.845
Provisão para riscos cíveis	21	12.525	13.482
Demais obrigações	22	-	100.588
Obrigações relacionadas a ativos mantidos para venda		14.340	13.369
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	23	14.340	13.369
Não Circulante		4.201.831	4.951.612
Passivos financeiros		4.201.831	4.951.612
Financiamentos	15	4.201.831	4.951.612
Patrimônio líquido		9.618.017	9.458.343
Capital Social	24.a	9.057.993	9.057.993
Reservas de lucros	24.b	560.024	400.350
Reserva legal		36.723	26.253
Reserva de retenção de lucros		523.301	374.097
Total do Passivo		16.043.357	17.026.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	2014	2013
Receitas com juros e similares	25.a	1.542.802	1.246.429
Despesas com juros similares	25.b	(492.676)	(513.152)
Resultado líquido com juros e similares		1.050.126	733.277
Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros		(734.856)	(564.836)
Reversões de provisões com ativos financeiros	25.c	1.301.644	235.569
Descontos concedidos/Perdas	25.c	(2.036.500)	(800.405)
Outras receitas (despesas) operacionais	25.d	14.321	(50.174)
Resultado Intermediário		329.591	118.267
Ganhos (perdas) líquidos com outros recebíveis		52.217	182.537
Provisões (reversões) para perdas com outros recebíveis	25.e	(11.704)	(12.069)
Variações cambiais (líquidas)	25.e	45.086	178.010
Outras receitas (despesas)	25.e	18.835	16.596
Despesas com provisões (reversões) para riscos cíveis		957	6.902
Resultado com tributos a recuperar	25.f	36.912	137.575
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	25.g	15.806	37.415
Despesas administrativas		(245.838)	(237.535)
Despesas com pessoal	25.h	(18.600)	(16.653)
Outras despesas administrativas	25.h	(227.238)	(220.882)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		189.645	245.161
Outras Receitas Financeiras	25.i	33.153	30.111
Outras Despesas Financeiras	25.i	(13.389)	(8.156)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		209.409	267.116
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado líquido do exercício		209.409	267.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	209.409	267.116
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	209.409	267.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos	Total
		Realizado	Legal	Retenção de Lucros	Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2012		9.057.993	12.897	183.777	-	9.254.667
Lucro líquido do exercício					267.116	267.116
Destinação do lucro:						
Reserva legal	24.b		13.356		(13.356)	-
Reserva para Retenção de Lucros	24.b			190.320	(190.320)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendo Mínimo	24.c				(63.440)	(63.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		9.057.993	26.253	374.097	-	9.458.343
Lucro líquido do exercício					209.409	209.409

Destinação do lucro:

Reserva legal	24.b	10.470		(10.470)	-	
Reserva para Retenção de Lucros	24.b		149.204	(149.204)	-	
Juros sobre Capital Próprio/Dividendo Mínimo	24.c			(49.735)	(49.735)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		9.057.993	36.723	523.301	-	9.618.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	1.473.556	1.174.041
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	209.409	267.116
Depreciação e amortização	824	749
Resultado na baixa de ativos imobilizados	-	16
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(1.301.644)	(235.569)
Provisão para perdas	33.490	(80.959)
Provisão para riscos cíveis	(957)	(6.902)
Descontos concedidos	553.625	751.100
Perdas com ativos financeiros	1.482.875	49.305
Despesas financeiras sobre financiamentos	492.676	513.152
Despesas financeiras sobre Dividendos/JCP	3.155	2.284
Resultado da recuperação de créditos	103	-
Resultado nas variações cambiais não realizadas	-	(79.935)
Resultado da inflação norte americana na cessão de créditos	-	(6.316)
Variações nos ativos	238.578	1.019.830
(Aumento) redução dos títulos públicos federais	(2.220)	35.185
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	(442.613)	1.019.370
(Aumento) redução das operações de créditos comerciais	(704.043)	-
(Aumento) redução dos recebíveis por cessão de créditos	764.399	655.107
(Aumento) redução de créditos adquiridos	(8.433)	(3.406)
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	(125.084)	10.342
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	565.370	(1.179.621)
(Aumento) redução de outros créditos a receber	(94.973)	(23.768)
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	286.175	506.621

Variações nos passivos	(55.841)	12.298
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	1.021	904
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	8.051	2.094
Aumento (redução) de obrigações tributárias	1.678	(406)
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(6.198)	(3.091)
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	39.224	3.115
Aumento (redução) de demais obrigações	(100.588)	5.873
Aumento (redução) em passivos relacionados a ativos mantidos para venda	971	3.809
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.656.293	2.206.169
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(996)	(588)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(996)	(588)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Repactuação do financiamento	65.640	-
Pagamento de financiamentos	(1.360.294)	(1.833.800)
Juros pagos por financiamentos	(270.060)	(505.933)
Dividendos / JCP pagos	(66.595)	(63.543)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(1.631.309)	(2.403.276)
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	23.988	(197.695)
Modificação na posição financeira		
No início do exercício	373.531	571.226
No fim do exercício	397.519	373.531
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	23.988	(197.695)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

a) Introdução

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 03 de março de 2010 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70.070-902.

b) Informações sobre a constituição e forma de atuação

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações para População de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

Adicionalmente, no exercício foi realizada permuta de créditos entre a EMGEA e a CAIXA, representada pelo ingresso de créditos imobiliários (Nota 6.1) e créditos comerciais (Nota 6.2), titulados por pessoa física, que teve como contrapartida a transferência para a CAIXA de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (Nota 11).

A administração da carteira de financiamentos imobiliários, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A aprovação destas demonstrações contábeis foi efetivada em reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração realizadas, respectivamente, em 17 de março e 26 de maio de 2015.

Continuidade

A Administração avaliou a viabilidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que a EMGEA possui recursos para dar continuidade a suas atividades em um cenário projetado contemplando no mínimo o prazo de 1 (um) ano. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando diante dos objetivos para a qual foi constituída conforme mencionado na Nota nº 1. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto normal de continuidade operacional.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção, principalmente, dos ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado conforme critérios descritos na Nota 3.c.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da EMGEA. As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Os ajustes originários das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os itens patrimoniais mais relevantes sujeitos a essas estimativas são os seguintes:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 3.c);
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 3.e);
- Provisão para perdas na novação com o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Nota 3.f);
- Provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar (Nota 3.k);
- Provisão para desvalorização dos ativos não circulantes mantidos para venda, quando o valor contábil dos bens excede o valor justo (Nota 3.h);
- Provisão para riscos cíveis (Nota 3.j).

e) Reclassificações para fins de comparabilidade

Foram efetuadas determinadas reclassificações nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Resultados relativos ao exercício de 2013 para melhor comparabilidade com o exercício de 2014, sem afetar materialmente a divulgação anterior e sem alterar os fluxos das atividades operacionais e resultados intermediários conforme a seguir:

Descrição	Valor divulgado	Valor reclassificado
Grupo e subgrupo		
Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(733.750)	(235.569)
Provisão para perdas	417.222	(80.959)
Perdas com ativos financeiros	-	49.305
Variação nos ativos		
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	59.647	10.342
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.206.169	2.206.169
Demonstrações de Resultados		
Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros		
Descontos concedidos/Perdas	(751.100)	(800.405)
Perdas em operações de adjudicações e arrematação	(49.305)	-
Resultado intermediário	118.267	118.267

As reclassificações acima se referem à melhor evidenciação dos valores relativos às perdas com ativos financeiros e despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da EMGEA, a saber:

Receita líquida de juros e de atualização monetária – As receitas e as despesas de juros e atualização monetária decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros e atualização monetária, são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, observando-se as condições previstas nos itens “3c e 3e” abaixo. Vide detalhamento na Nota 25.

Receita de taxas e comissões – Refere-se às taxas e comissões para cobertura de riscos de crédito e administração de contratos, relativas às operações de créditos imobiliário, reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, e às rendas de encargos moratórios por atraso, considerando os aspectos mencionados na Nota 25.a.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional nas datas dos balanços (Nota 7).

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos monetários são reconhecidos no resultado do exercício (Nota 25.e).

c) Instrumentos financeiros não derivativos ativos e passivos

i. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A EMGEA classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Na data das demonstrações contábeis somente as categorias a seguir possuíam ativos financeiros registrados para as quais detalhamos o critério de mensuração:

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a EMGEA gerencia

tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado incluem principalmente o caixa e os equivalentes de caixa (Nota 4) e os Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5).

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os recebíveis de mutuários do sistema financeiro de habitação (Notas 3.e e 6.1), créditos vinculados ao SFH (Notas 3.f e 11), recebíveis por cessão de créditos (Notas 3.g e 7), créditos comerciais (Nota 6.2) e outros créditos (Notas 9 e 12).

- ii. *Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (“impairment”)*

Em cada data de balanço, a EMGEA avalia o saldo contábil líquido dos ativos financeiros com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o saldo contábil líquido ao valor recuperável.

Nas notas a seguir estão sendo destacados os aspectos detalhados do reconhecimento e mensuração da redução ao valor recuperável para cada grupo de ativos financeiros não derivativos relevantes, quando aplicável.

- iii. *Passivos financeiros não derivativos*

A EMGEA classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos incluem principalmente os financiamentos (Nota 15), obrigações com mutuários (Nota 20), fornecedores (Nota 17) e outras contas a pagar (Nota 22).

- iv. *Baixa de ativos e passivos financeiros*

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

v. *Instrumentos financeiros derivativos*

Referem-se a operações realizadas no mercado futuro de derivativos registradas na rubrica Títulos e Valores Mobiliários pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pelo fundo na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa S.A (Nota 5).

d) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que são usados pela Empresa para atender a compromissos de curto prazo (Nota 4).

e) *Recebíveis de mutuários e redução ao valor recuperável*

Recebíveis de mutuários incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, relativos a operações de créditos imobiliários realizadas originalmente pela CAIXA e cedidas à EMGEA.

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas efetivas de juros de acordo com a fluência dos prazos contratuais das operações e deduzida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. A partir desse momento, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento do mutuário.

i. *Redução ao valor recuperável dos recebíveis de mutuários (“impairment”)*

• **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada de acordo com o provável valor de realização dos créditos. A Administração revisa periodicamente sua carteira de operações de crédito imobiliário a mutuários e outros recebíveis, para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações. Nas análises, entre outros aspectos, são considerados agrupamentos de operações com características de riscos semelhantes, qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

Ao avaliar o valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas dos valores de perdas incorridos, probabilidade de inadimplência e prazo de recuperação, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas. Também são consideradas as influências econômicas que possam afetar a carteira de créditos.

Adicionalmente, são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos de operações de crédito imobiliário, de responsabilidades de mutuários pessoas físicas firmados com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e de pessoas jurídicas. Para os recebíveis de mutuários que atingem a faixa acima de 360 dias de atraso, é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa do total do valor contábil, com exceção da parcela do saldo que possui cobertura de responsabilidade do FCVS.

A Administração monitora periodicamente os contratos individualmente para detectar as perdas específicas. Os resultados dessas análises, com base principalmente no comportamento

histórico das operações, são utilizados como indicadores para avaliar e permitir que a Administração verifique se as provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As reversões subsequentes de provisão, por recuperação ou liquidação da dívida, são apresentadas na demonstração de resultado e creditadas na rubrica Provisões (reversões) líquidas do grupo Ganhos (Perdas) com Ativos Financeiros.

A apuração das estimativas com a redução ao valor recuperável de financiamentos a mutuários é divulgada com mais detalhes nas Notas 6.c e 6.d.

- **Perdas decorrentes de execução de garantias**

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando este é inferior, por ocasião de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores no caso de pessoa jurídica, e baixado diretamente no resultado, no caso de pessoa física. No caso de garantias avaliadas de valor superior ao montante do crédito a receber, nenhum ganho é reconhecido.

Essas perdas são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica Perdas em operações de adjudicações e arrematação.

- **Perdas decorrentes de reestruturação de contratos**

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus contratos de operações de créditos ao invés de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento, incluindo os possíveis descontos concedidos.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, são utilizados os encargos originais, antes da modificação desses prazos, e qualquer redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado em “perdas com ativos financeiros”.

A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos renegociados continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, conforme descrito no item anterior.

- **Perdas decorrentes por incentivo a liquidações antecipadas**

A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em “perdas com ativos financeiros”.

- ii. *Baixa*

Os ativos e as correspondentes provisões são baixados quando há remota probabilidade de recuperação.

A recuperação de valores previamente baixados é reconhecida na demonstração de resultados em “outras receitas operacionais”.

f) Créditos vinculados – SFH e redução ao valor recuperável

Créditos vinculados ao SFH se referem aos valores residuais de contratos habitacionais encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que estão em processo de novação com a União.

i. Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

A gestão de créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) objetiva tornar líquido e certo o valor devido pela Empresa, para permitir que a União possa saldá-lo com títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional. A realização desses créditos compreende as etapas de habilitação, validação e novação dos créditos, conforme a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 e legislações sucedâneas.

A Administração da EMGEA implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Dessa forma a provisão para créditos com o FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, considerando-se o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. A apuração das estimativas relacionadas ao valor de FCVS a receber é divulgada com mais detalhes na Nota 11.

g) Recebíveis por cessão de créditos

Recebíveis por cessão de créditos se referem aos créditos em moeda estrangeira (US\$) junto a Itaipu Binacional, transferidos pela União à EMGEA com a finalidade de aumento do capital social. Referidos créditos são atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação do fator de inflação, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União. Os recursos se destinam ao pagamento do fluxo mensal de prestações do passivo da EMGEA para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os saldos são convertidos em R\$ pelo valor de realização nas datas dos balanços e não há inadimplência desses recebíveis e nenhum outro indicador de imparidade (Nota 7).

h) Ativos não circulantes mantidos para a venda

Representam os bens recebidos por execução de garantias vinculadas às operações de crédito imobiliário. São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria e o seu valor líquido de venda é mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vender o bem.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em “Provisões para desvalorizações” na demonstração consolidada do resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas provisões.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em “Lucro na alienação de bens não de uso”, quando positiva, e em “Prejuízo na alienação de imóveis”, quando negativa.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda (Nota 10).

i) Ativo imobilizado

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens (Nota 14).

As vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis, máquinas e equipamentos	10 anos
Sistemas de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando existe uma obrigação legal ou não formalizada como resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base nas melhores estimativas disponíveis.

i. Provisão para riscos cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Uma provisão deve ser reconhecida quando:
 - a. A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
 - b. Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

c. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A apuração das provisões relacionadas a passivos contingentes é divulgada na Nota 21.

k) Impostos e contribuições correntes e diferidos

i. Tributos correntes

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados na demonstração de resultados incluídos nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem (Nota 25).

ii. Tributos diferidos

A EMGEA não registra nenhum ativo ou passivo fiscal diferido sobre diferenças intertemporárias ou sobre prejuízos fiscais ou bases negativas de contribuição social em razão da ausência de previsibilidade quanto à realização futura de tais impostos diferidos.

iii. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas/compensadas no exercício corrente foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão vem sendo ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização, o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos à taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/1995 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a compensar estão divulgados na Nota 13.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pró-rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	933	643
Operações Compromissadas – CAIXA (i)	3.734	17.783
Fundo BB Extramercado (ii)	392.852	355.105
Total	397.519	373.531

(i) Refere-se ao valor das Operações Compromissadas mantido por meio do Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa, administrado pela CAIXA Econômica Federal. A rentabilidade anual foi de 10,36 % em 2014 (7,29% em 2013)

(ii) Refere-se ao valor das cotas do Fundo BB Extramercado FAE 2 com liquidez diária, administrado pela BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. A rentabilidade média anual bruta foi de aproximadamente 10,47 % em 2014 (12,03% em 2013).

Esses ativos possuem classificação nível 1 de hierarquia de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários

Apresentamos abaixo as informações referentes à carteira de títulos e valores mobiliários mantidos por meio de fundo de investimento exclusivo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como a sua forma de classificação:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	53.314	53.303	(11)	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.388	25.352	(36)	7 a 12 meses
Total	78.702	78.655	(47)	

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Exclusivo XXI Renda Fixa:

Descrição	Valor de curva	Valor de mercado	Ganhos / (perdas) não realizadas	Faixas de vencimento
Títulos para negociação:				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	44.764	44.764	-	até 06 meses
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	31.669	31.671	2	7 a 12 meses
Total	76.433	76.435	2	

6. Recebíveis de mutuários

1.1. Créditos Imobiliários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

No exercício, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foram transferidos à EMGEA pela CAIXA, contratos imobiliários de responsabilidade de mutuários de pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujo valor de aquisição naquela data foi de R\$ 899.454 (saldo de R\$ 646.722 na posição de 31.12.2014).

a) Composição da carteira de crédito imobiliário

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	31.12.2014		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.598.718	2.112.639	3.711.357
Valores a receber (ii)	12.324.190	939	12.325.129
Rendas a Apropriar (nota 3e)	(5.963.286)	-	(5.963.286)
Diferencial de juros (iii)	(60.195)	(22.673)	(82.868)
Fundo de equalização (iv)	(690.812)	-	(690.812)
Outros valores (v)	(10.772)	-	(10.772)
Deságio (vi)	(28.047)	(95.273)	(123.320)
Subtotal	7.169.796	1.995.632	9.165.428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.998.833)	(609.351)	(6.608.184)
Total	1.170.963	1.386.281	2.557.244

ii. *Em 31 de dezembro de 2013:*

Descrição	31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo devedor (i)	1.599.888	2.418.281	4.018.169
Valores a receber (ii)	12.021.550	647	12.022.197
Rendas a Apropriar (nota 3e)	(5.946.567)	-	(5.946.567)
Diferencial de juros (iii)	-	(151.331)	(151.331)
Fundo de equalização (iv)	(656.330)	-	(656.330)
Outros valores (v)	(9.698)	-	(9.698)
Subtotal	7.008.843	2.267.597	9.276.440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.917.558)	(713.744)	(6.631.302)
Total	1.091.285	1.553.853	2.645.138

- (i) O saldo devedor corresponde às parcelas vincendas dos contratos de financiamentos imobiliários.
- (ii) O saldo de valores a receber corresponde às parcelas vencidas dos contratos de financiamentos imobiliários.
- (iii) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.
- (iv) O Fundo de Equalização corresponde ao valor de uma reserva transferida pela CAIXA, na época da constituição da EMGEA, para a cobertura dos descontos quando concedidos para contratos amparados em legislação específica, cuja origem de recursos se refere a repasses do FGTS. A regra de utilização desse Fundo estabelece que 50% dos prejuízos gerados nas operações de crédito oriundas de empreendimentos com condições especiais definidas pelo Voto CAIXA nº 25/97 serão amortizados até o limite do saldo do Fundo, e o restante será amortizado pelo detentor do crédito.
- (v) Outros valores incluem os valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.
- (vi) O Deságio corresponde a diferença entre o valor dos saldos devedores e o valor de aquisição dos créditos imobiliários decorrentes do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de 30.9.2014.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Tipo	31.12.2014		
	Com cobertura do	Sem cobertura	Total
Pessoa física	452.547	6.365.313	6.817.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(274.042)	(4.051.263)	(4.325.305)
Deságio	(1.055)	(122.264)	(123.319)
Total pessoa física	177.450	2.191.786	2.369.236
Pessoa jurídica - Setor Privado	-	3.125.332	3.125.332
Pessoa jurídica - Setor Público	-	47.139	47.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.282.352)	(2.282.352)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(527)	(527)
Fundo de equalização	-	(690.812)	(690.812)
Total pessoa jurídica	-	198.780	198.780
Outros valores	-	(10.772)	(10.772)
Total	177.450	2.379.794	2.557.244

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Tipo	31.12.2013		
	Com cobertura	Sem cobertura	Total
Pessoa física	754.501	6.066.630	6.821.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(405.640)	(4.059.949)	(4.465.589)
Deságio	-	-	-
Total pessoa física	348.861	2.006.681	2.355.542
Pessoa jurídica - Setor Privado	-	3.020.219	3.020.219
Pessoa jurídica - Setor Público	-	101.118	101.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Privado	-	(2.165.680)	(2.165.680)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor Público	-	(33)	(33)
Fundo de equalização	-	(656.330)	(656.330)
Total pessoa jurídica	-	299.294	299.294
Outros valores	-	(9.698)	(9.698)
Total	348.861	2.296.277	2.645.138

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição por vencimento e perfil da carteira está demonstrada a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Faixa de Atraso	Saldo devedor	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa jurídica		
De 0 a 60 dias	1.279.849	213.917
De 61 a 180 dias	127.533	39.291
De 181 a 360 dias	183.313	75.169
Acima de 360 dias	6.617.573	5.957.389
Depósito em juízo	910.021	321.891
Setor Público		
De 0 a 60 dias	46.583	-
De 181 a 360 dias	556	527
Total	9.165.428	6.608.184

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Faixa de Atraso	Saldo devedor	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa Física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	1.720.327	289.426
De 61 a 180 dias	146.966	45.213
De 181 a 360 dias	123.708	75.351
Acima de 360 dias	6.144.578	5.853.975
Depósito em juízo / Outros	1.039.743	367.304
Setor Público		
De 0 a 60 dias	101.085	-
De 181 a 360 dias	33	33
Total	9.276.440	6.631.302

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No exercício, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Saldo Inicial	(6.631.302)	(7.365.052)
Reversão de provisões	945.332	1.422.282
Reforço de provisões	(922.214)	(688.532)
Movimentação líquida nas provisões	23.118	733.750
Saldo final	(6.608.184)	(6.631.302)

1.2. Créditos Comerciais

No exercício, em decorrência do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foram transferidos à EMGEA pela CAIXA, contratos comerciais perante pessoas físicas, cujo valor de aquisição naquela data foi de R\$ 719.779.

Composição da carteira:

Descrição	31.12.2014	30.9.2014(i)
Saldo Devedor (ii)	6.005.964	6.194.573
Deságio - Créditos Comerciais	(5.301.921)	(5.474.794)
Total	704.043	719.779

(i) Data base da aquisição dos créditos.

(ii) Composto por contratos perante pessoas físicas, de baixo valor, originados de financiamentos de bens de consumo duráveis, materiais de construção, crédito rotativo e crédito direto ao consumidor.

7. Recebíveis por cessão de créditos

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Valores a receber:		
Itaipu Binacional (i)	-	646.463
União (ii)	-	117.936
Total do circulante	-	764.399
Saldo total a receber de Itaipu Binacional	-	646.463
Saldo total a receber da União	-	117.936
Saldo total	-	764.399

(i) Referem-se a créditos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos da América - US\$) da Itaipu Binacional que foram repassados pela União à EMGEA em 31 de maio de 2005, com a finalidade de aumento de capital social. O fluxo de recebíveis está previsto para os meses de setembro a dezembro de cada ano, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF firmado entre a União e a

EMGEA. No exercício, foi apropriada variação cambial positiva no montante líquido de R\$ 45.086 (variação positiva de R\$ 178.010 em 2013).

(ii) Os referidos créditos são atualizados pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América e convertidos em moeda nacional na data do balanço, sendo que os valores resultantes da aplicação desse fator, a partir de 1º de janeiro de 2008, com saldo de R\$ 117.936 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 117.936 em 2013), são de obrigação da União para com a EMGEA, conforme disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos. No exercício, foi apropriada variação daquele fator no montante líquido positivo de R\$ 139 (R\$ 6.315 positivo em 2013).

Em dezembro de 2014, conforme cronograma de pagamento estabelecido no Instrumento Contratual encerrou-se a obrigação.

8. Créditos adquiridos

Referem-se aos créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à resolução da condição *pro solvendo*, estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. No exercício de 2014 foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 4.158 (R\$ 3.405 em 2013).

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Circulante	4.377	63.593
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	-	63.593
Valores a receber do governo do estado do Acre (ii)	4.377	-
Não circulante	67.649	-
Valores a receber do governo do estado de MG (i)	67.649	-
Total	72.026	63.593

(i) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, com vencimento em janeiro de 2016, conforme Sétimo Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em 23 de dezembro de 2014.

(ii) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado do Acre, decorrentes da aquisição de 977 créditos originários da carteira imobiliária do BANACRE.

9. Outros créditos a receber – Circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Outros créditos a receber - circulante	271.747	232.093
Movimentação financeira – CAIXA (i)	135.389	73.341
Desembolso com execuções a recuperar (ii)	55.117	50.422
Pendências de repasse	27.322	26.609
Títulos CVS (iii)	17.839	19.087
Débitos remanescentes (iv)	11.881	11.881
Indenizações de sinistros a receber (v)	11.836	8.273
Valores a apropriar (vi)	7.308	10.201
Débitos em novações de créditos FCVS (vii)	3.884	31.175
FGTS a receber (viii)	813	696
Outros recebíveis (ix)	257	289
Bloqueios judiciais (x)	101	119
Provisões para perdas – circulante	(88.810)	(83.871)
Provisão perdas no desembolso com execução judicial e extrajudicial	(49.607)	(45.381)
Provisão perdas débitos remanescentes	(11.881)	(11.881)
Provisão de pendências de repasse	(27.322)	(26.609)
Líquido de outros créditos a receber - circulante	182.937	148.222

(i) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários e créditos comerciais, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(ii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iii) Títulos CVS recebidos nas 10º (Décima) Assunção de Dívida com o FGTS e da negociação com a Economisa.

(iv) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(v) Saldo a receber da seguradora, relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(vi) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vii) Valores a receber decorrentes de débitos de contribuição compensados indevidamente nos contratos de novação de créditos perante o FCVS. Em 2014 foi baixado o valor dos débitos objeto do contrato de ajuste de cessão celebrado entre a CAIXA, EMGEA e União em 30.4.2014.

(viii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.

(ix) Referem-se, principalmente adiantamento para viagens.

(x) Referem-se basicamente a valores bloqueados nas disponibilidades da Empresa, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais na esfera passiva de financiamentos imobiliários.

10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Ativos não circulantes mantidos para venda	315.678	256.534
Provisão para desvalorização	(52.665)	(46.766)
Total	263.013	209.768

A movimentação ocorrida nos exercícios foram as seguintes:

i. Em 2014:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2013	256.534
Adições	130.036
Alienações	(70.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	315.678

ii. Em 2013:

Descrição	Imóveis não de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2012	316.181
Adições	35.853
Alienações	(95.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	256.534

Estes ativos, representados por imóveis não de uso de propriedade da EMGEA, podem não ser alienados em sua totalidade no prazo de 1 (um) ano, em razão das características dos imóveis quanto ao estado de ocupação, localização pulverizada pelo país, despesas próprias do bem vencidos a regularizar, estado físico dos imóveis e impedimentos judiciais à venda. Tais características implicam na necessidade de ações de administração para disponibilização do imóvel ao mercado, inclusive com participação de audiências de conciliação na Justiça Federal, ressaltando que na venda a EMGEA deve seguir o rito licitatório definido pela Lei n. 8.666/1993.

Para os imóveis com pendências judiciais impeditivas de venda, é constituída provisão para desvalorização correspondente ao percentual de 100% do valor contábil.

11. Créditos vinculados – SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 13.916.609 (R\$ 15.898.913 em 2013), e provisões de R\$ 3.089.690 (R\$ 4.368.215 em 2013), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

Tendo em vista o Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Créditos de 30.9.2014, foi realizada transferência de créditos FCVS para a CAIXA. Em razão dessa operação foi efetivada baixa líquida dos ativos correspondentes na EMGEA no valor de R\$ 1.664.126, utilizado para pagamento dos créditos imobiliários (Nota 6.1) e créditos comerciais (Nota 6.2), com o imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações refletidas no resultado (Nota 25.c).

A composição do saldo é a seguinte:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Situação dos contratos	31.12.2014		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	583.411	(181.453)	401.958
Habilitados e não homologados (ii)	450.251	(91.716)	358.535
Habilitados e homologados (iii)	12.882.947	(2.816.521)	10.066.426
Saldo	13.916.609	(3.089.690)	10.826.919

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Situação dos contratos	31.12.2013		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.569.335	(443.093)	1.126.242
Habilitados e não homologados (ii)	678.672	(166.750)	511.922
Habilitados e homologados (iii)	13.650.906	(3.758.372)	9.892.534
Saldo	15.898.913	(4.368.215)	11.530.698

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS, pois estão em processo de análise e habilitação na CAIXA (Prestadora de Serviços da EMGEA).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da Administradora do FCVS, para homologação.

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de formalização de processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

12. Outros créditos a receber – Não circulante

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Outros créditos a receber - não circulante	392.881	337.562
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	160.781	154.426
Valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (ii)	159.599	159.560
Permuta de Créditos com a CAIXA – Saldo a Reposicionar (iii)	44.828	-
Depósitos judiciais (iv)	21.877	18.718
PLD - seguro de crédito (v)	5.796	4.858
Provisões para perdas - não circulante	(298.555)	(291.790)
Provisão de créditos a receber da UNIÃO - retenção indevida de IR (vi)	(160.781)	(154.426)
Provisão de valores a receber de agentes cedentes - devolução de créditos (vii)	(131.978)	(132.506)
Provisão de PLD - seguro de crédito	(5.796)	(4.858)
Líquido de outros créditos a receber - não circulante	94.326	45.772

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional, em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Refere-se à diferença em favor da EMGEA, apurada entre o valor de aquisição de créditos habitacionais e comerciais na posição de 31.7.2014, constante do Instrumento Contratual de Cessão Onerosa de Créditos entre a CAIXA e a EMGEA, e os valores dos saldos dos créditos migrados para a EMGEA na posição 30.9.2014, atualizados até 31.12.2014 conforme previsão contratual.

(iv) Referem-se a depósitos judiciais feitos pela EMGEA decorrente de ações movidas pelos mutuários de contratos habitacionais até o ajuizamento e encerramento do processo.

(v) Perda líquida definitiva (PLD) – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

(vi) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 160.781 (R\$ 154.426 em 31 de dezembro de 2013), tendo em vista que a ação de Repetição de Indébito impetrada pela EMGEA teve sentença desfavorável. A Empresa apelou da sentença que lhe foi desfavorável, e, conforme opinião dos seus advogados, o risco de indeferimento do pleito foi classificado como “possível”.

(vii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

13. Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos dos impostos e das contribuições pagos a maior em exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício apresentam crédito de R\$ 922.873

(R\$ 1.209.048 em 2013) que estão deduzidos da provisão no valor de R\$ 59.015 (R\$ 43.128 em 2013), demonstrados a seguir:

Tributos	Saldo em 31.12.2013	Acréscimos / Baixas	Juros compensatórios	Créditos tributários restituídos	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 31.12.2014
IRPJ	725.153	9.116	32.079	(169.805)	(39.341)	557.202
CSLL	480.399	2.333	20.685	(141.409)	-	362.008
COFINS	3.469	-	166	-	-	3.635
PASEP	27	-	1	-	-	28
IRRF - FOPAG	-	-	-	-	-	-
Total dos créditos	1.209.048	11.449	52.931	(311.214)	(39.341)	922.873
Provisão para perdas na recuperação	(43.128)	(15.887)	-	-	-	(59.015)
Crédito Líquido	1.165.920	(4.438)	52.931	(311.214)	(39.341)	863.858

Para todos os créditos tributários, a Administração encaminhou Pedidos de Restituição à Receita Federal do Brasil – RFB. Do saldo de R\$ 922.873, o montante de R\$ 863.858, atualmente se encontra homologado por aquele Órgão, cuja realização se dará mediante a sua restituição em espécie ou compensações com pagamentos de tributos futuros.

Em 2014 foram restituídos pela RFB créditos tributários no valor de R\$ 311.214 referentes a tributos recolhidos a maior de IRPJ e CSLL (R\$ 539.202 em 2013).

14. Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

i. Em 31 de dezembro de 2014:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2013	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2014	Custo em 31.12.2014	Depreciação acumulada em 31.12.2014
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	895	63	-	(148)	810	2.340	(1.530)
Sistemas de informática	2.059	624	-	(676)	2.007	6.504	(4.497)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	375	(375)
Total	2.954	687	-	(824)	2.817	9.219	(6.402)

ii. Em 31 de dezembro de 2013:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2012	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2013	Custo em 31.12.2013	Depreciação acumulada em 31.12.2013
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	876	182	(16)	(147)	895	2.278	(1.383)
Sistemas de informática	1.829	832	-	(602)	2.059	5.880	(3.821)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	375	(375)
Total	2.705	1.014	(16)	(749)	2.954	8.533	(5.579)

15. Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União, com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA).

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.12.2014	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	6.012.819	2029	Variação da TR + juros de 5,48% a.a
FDS	4.731	2019	Variação da TR + juros de 0,5% a.a
CAIXA (ii)	52.514	2017	Variação da TR + juros de 6,06% a.a
Total	6.070.064		
Passivo circulante	1.868.233		
Passivo não circulante	4.201.831		

Credor	31.12.2013	Vencimento Final	Encargos
FGTS (i)	7.133.900	2017	Variação da TR + juros de 6,234% a.a
FDS	8.408	2019	Variação da TR + juros de 0,5% a.a
Total	7.142.308		
Passivo circulante	2.190.696		
Passivo não circulante	4.951.612		

(i) Com base na Resolução no. 752/2014 do Conselho Curador do FGTS formalizou-se em 30/12/2014, o Instrumento Particular de Confissão e Repactuação de Condições de Dívida, entre a CAIXA e o FGTS, por meio do qual foi feita repactuação, em termos de taxas de juros e prazos para pagamento do passivo.

(ii) Em abril de 2014, após o equacionamento de pendências decorrente das Cessões de Créditos com a CAIXA, foi assumido um passivo perante aquela Instituição.

O saldo dos financiamentos classificados no “Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos” tem o seguinte vencimento:

Vencimento	31.12.2014	31.12.2013
2015		2.159.488
2016	1.724.058	2.157.791
2017	699.181	633.643
2018	148.644	487
2019	148.399	203
2020	148.155	
2021 a 2029	1.333.394	
Total	4.201.831	4.951.612

Os Contratos mantidos com o FGTS e FDS não contêm condições restritivas financeiras.

16. Obrigações com pessoal

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Férias a pagar	1.566	1.237
Salários a pagar	1.006	741
Participação no lucro - Administradores	659	541
Participação no lucro - Empregados	697	486
INSS a recolher	594	555
FGTS a recolher	274	215
Total	4.796	3.775

17. Obrigações com fornecedores

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
CAIXA - prestação de serviços (i)	25.819	17.559
Pessoal requisitado de terceiros	3.194	3.004
Fornecedores de bens e serviços	743	1.145
Outros passivos	3	-
Total	29.759	21.708

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA a EMGEA.

18. Obrigações tributárias

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
COFINS	1.783	607
Impostos e contribuições retidos na fonte	674	496
IRRF	489	420
PASEP	387	132
ISS	4	4
Total	3.337	1.659

19. Obrigações por repasses

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Valores a ressarcir (i)	10.927	17.086
Seguros a pagar	10.725	10.717
Subsídios contratos do FGTS - Resolução CC FGTS 289/1998 (ii)	35	35
FCVS a pagar	28	75
Total	21.715	27.913

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

(ii) Tratam-se de valores a serem restituídos ao FGTS relativo ao subsídio concedido aos mutuários detentores de financiamentos habitacionais contratados na forma da resolução CC FGTS 289/1998, em função desses contratos terem sido liquidados antecipadamente, amortizados extraordinariamente ou transferidos.

20. Obrigações com mutuários

A composição dessa rubrica se refere basicamente aos valores de prestações recebidas a maior ou oriundos dos pagamentos antecipados e às pendências de arrecadação credoras:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Pendência de arrecadação e cadastro (i)	128.265	82.491
Diferença de prestações pagas a maior	83.629	78.590
Valores a apropriar (ii)	4.731	16.574
FGTS-SFH-quotas utilizadas pagamento de prestação	2.444	2.190
Total	219.069	179.845

(i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA.

(ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9.

21. Provisão para riscos cíveis

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25.

a) *Contingências cíveis – Risco provável*

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indexadores contratuais, na metodologia utilizada para constituição da provisão, as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes.

Para as ações rotineiras, na constituição da provisão foi utilizado o histórico dos valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes, o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 12.525 (R\$ 13.482 em 2013), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

Em 2014:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.482
Adições	6.765
Reversões	(7.722)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.525

Em 2013:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.384
Adições	3.878
Reversões	(10.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.482

b) Contingências – Risco possível

Não há outras contingências classificadas como de risco possível.

22. Demais obrigações

Referem-se aos valores de pendências originárias dos Contratos de Cessão celebrados entre a CAIXA, a EMGEA e a União. Em 30.4.2014 foi assinado o contrato de ajuste de cessão entre a CAIXA, EMGEA e União com ajuste das pendências e cujo passivo foi assumido pela EMGEA perante a CAIXA está demonstrado na Nota 15.

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Ajuste de cessão CAIXA/EMGEA	-	100.588
Total	-	100.588

23. Passivos relacionados a ativos mantidos para venda

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Desembolso com Imóveis não de uso	14.340	13.369
Total	14.340	13.369

24. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Descrição	Capital Social
Saldo em 31.12.2013	9.057.993
Saldo em 31.12.2014	9.057.993

O Capital Social da EMGEA, em 31 de dezembro de 2014, permanece no valor de R\$ 9.057.993, totalmente integralizado pela União.

No exercício de 2012, foi autorizada a redução do Capital Social da Empresa, mediante a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$ 10.952.226, que passou de R\$ 20.010.219 para R\$ 9.057.933. No exercício de 2014, a Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União - CGU manifestou entendimento divergente do adotado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN quanto aos procedimentos utilizados para aprovação da referida redução de Capital. O assunto encontra-se sob o exame da Advocacia-Geral da União – AGU.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal e reserva de retenção de lucros:

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no início do exercício	400.350	196.674
Reservas de Lucros	159.674	203.676
Reserva legal 5%	10.470	13.356
Reserva de retenção de lucros	149.204	190.320
Saldo no final do exercício	560.024	400.350

A reserva legal, no valor de R\$ 10.470, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2014.

A reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 149.204, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do exercício para a reserva legal e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório (vide Nota 24.c), e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos conforme Proposta de Orçamento de Capital destinados à aquisição de novos créditos junto a instituições financeiras federais. Estes investimentos terão por objetivo a

diversificação da atual carteira de créditos da Empresa de forma a maximizar a rentabilidade de suas operações.

c) Juros sobre capital próprio/Dividendo mínimo

São assegurados à União Juros sobre Capital Próprio (JCP) ou dividendos, sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Estatuto Social da EMGEA, de no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado.

Conforme Proposta de Destinação do Resultado Líquido do Exercício foi provisionado o pagamento de Juros sobre Capital Próprio relativo ao exercício de 2014 no valor de R\$ 49.735, a título de dividendo mínimo obrigatório. Em 2013 foi aprovado o pagamento de JCP no valor de R\$ 63.440.

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido	209.409	267.116
Reserva legal 5%	(10.470)	(13.356)
Base para cálculo do JCP mínimo obrigatório	198.939	253.760
JCP/dividendo mínimo obrigatório 25%	(49.735)	(63.440)
Lucro líquido após do JCP e Reserva Legal	149.204	190.320

25. Desdobramento das principais contas da demonstração de resultados

a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos valores de juros e demais receitas acumulados no exercício, calculados pelo método dos juros efetivos, sobre o saldo devedor das operações de crédito imobiliário, comerciais e créditos com o FCVS:

Descrição	2014	2013
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (i)	763.674	534.284
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (ii)	408.626	385.721
Receitas de juros - créditos comerciais (iii)	10.584	-
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (ii)	100.884	78.568
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (i)	79.856	57.487
Receitas de taxas e comissões e encargos moratórios (iv)	180.698	192.098
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(1.520)	(1.729)
Total	1.542.802	1.246.429

(i) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(ii) Equivale à incidência de juros de taxa média ponderada de 7,29% ao ano para contratos firmados com pessoa

física com cobertura do FCVS, de 9,73% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS, e de 11,04% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).

(iii) Referem-se aos valores de juros contratuais apurados sobre os saldos devedores dos créditos comerciais transferidos à EMGEA pela CAIXA em 30.9.2014.

(iv) Referem-se às taxas para cobertura de riscos de crédito e administração dos contratos, reconhecidas por regime de competência, e às rendas de encargos por atraso reconhecidos por regime de caixa considerando tratar-se de recebimento altamente duvidoso, relativas às operações de créditos imobiliários e comerciais.

b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos encargos de juros acumulados no exercício, calculados pelo método de taxa efetiva de juros, e demais despesas apropriadas sobre o saldo devedor dos passivos financeiros com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e com a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Atualmente, esses saldos são corrigidos com base na TR e juros de até 6,06% ao ano, conforme Nota 15.

Descrição	2014	2013
Despesas com juros	(386.140)	(499.231)
Despesas com atualização monetária	(55.827)	(13.921)
Despesas financeiras encargos moratórios	(50.709)	-
Total	(492.676)	(513.152)

c) Ganhos (Perdas) líquidos com ativos financeiros

Os ganhos e as perdas com ativos financeiros incluem os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas, bem como os descontos concedidos nas operações de reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas, prejuízos apurados nas operações de arrematação e adjudicação de imóveis e perdas na transferência de créditos para a CAIXA.

i. Reversões (Provisões) líquidas

Descrição	2014	2013
Resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.118	733.750
Operações de crédito imobiliário		
Resultado da provisão para perdas na novação de créditos perante o FCVS (i)	1.278.526	(498.181)
Totais	1.301.644	235.569

(i) Resultado representado essencialmente pela reversão de provisão para perdas na novação de créditos FCVS, no valor de R\$ 1.412.528, pela transferência de créditos FCVS para a CAIXA em 30.9.2014 (Nota 11).

ii. Descontos concedidos

Descrição	2014	2013
Contratos com cobertura do FCVS	(62.198)	(43.810)
Contratos sem cobertura do FCVS	(444.053)	(607.798)
Total pessoa física	(506.251)	(651.608)
Pessoa jurídica	(47.374)	(99.492)
Total dos descontos	(553.625)	(751.100)

iii. Perdas com ativos financeiros

Descrição	2014	2013
Perdas operações de adjudicação/arrematação de imóveis (i)	(65.940)	(49.305)
Perdas cessão de créditos FCVS (ii)	(1.416.935)	-
Totais	(1.482.875)	(49.305)

(i) Referem-se às diferenças entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados nas operações de adjudicação/arrematação de imóveis.

(ii) Perda reconhecida no resultado do exercício pela transferência de créditos FCVS para a CAIXA na operação de cessão onerosa de créditos (Nota 11).

d) Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Outras receitas operacionais	81.560	17.600
Receita de Deságio créditos comerciais/imobiliário (i)	58.756	-
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	15.743	10.338
Recuperação de despesas - mutuários em execução	4.698	5.252
Receitas com negociação de carteiras/débitos - agentes cedentes	4.508	-
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários	2.391	412
Receitas de financiamentos de vendas parceladas de imóveis	1.880	1.613
Recuperação de créditos comerciais	-	566
Recebimento créditos Caixa Fácil (ii)	103	-
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP e COFINS	(6.519)	(581)
Outras despesas operacionais	(67.239)	(67.774)
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de equalização	(46.159)	(39.322)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(13.642)	(12.486)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(7.104)	(11.196)
Despesas com internalização de carteira	-	(4.254)
Despesas com manutenção de créditos imobiliários	(334)	(516)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	14.321	(50.174)

(i) Apropriação do deságio na recuperação dos créditos comerciais e imobiliários cedidos pela CAIXA, que apresentaram um resultado de R\$ 58.756 antes dos efeitos tributários, R\$ 53.321 líquidos dos efeitos tributários.

(ii) Refere-se à arrecadação na EMGEA da carteira comercial – Crédito Caixa Fácil adquirida na permuta de créditos realizada com a CAIXA em 30.9.2014.

e) Ganhos (perdas) líquidos com outros ativos financeiros

i. Provisão para perdas com outros ativos financeiros

Inclui os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas:

Descrição	2014	2013
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(6.355)	(4.839)
Provisão para perdas no desembolso com execução	(4.226)	(2.452)
Provisão perda líquida definitiva	(937)	(780)
Provisão para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira - CAIXA	(713)	(589)
Provisão para débitos remanescentes em operação de arrematação imóveis	-	(6)
Reversão (provisão) para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	527	(3.403)
Total	(11.704)	(12.069)

ii. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos e as perdas nas conversões do saldo dos itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, relativas aos recebíveis por cessão de créditos de responsabilidade de Itaipu Binacional e da União.

Descrição	2014	2013
Ganhos com variações cambiais	130.207	335.067
Perdas com variações cambiais	(85.121)	(157.057)
Total	45.086	178.010

iii. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Ganhos - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	139	7.535
Perdas - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	-	(1.220)
Resultado - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América (i)	139	6.315
Valores a receber – débitos em novações FCVS	7.400	1.005
Valores a receber - IR Itaipu	6.355	4.840
Valores a receber - entes da federação	4.158	3.405
Remuneração intermediação de seguro habitacional	913	1.202
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS/ISS	(130)	(171)
Total	18.835	16.596

(i) Refere-se ao resultado da aplicação do fator de atualização, com base na inflação dos Estados Unidos da América, sobre o saldo dos recebíveis da Itaipu Binacional, relativos à cessão de créditos da União.

f) Receitas com tributos a recuperar

O resultado de créditos com impostos e contribuições a recuperar inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar, bem como as reversões de provisão apropriadas no exercício.

Descrição	2014	2013
Juros compensatórios sobre tributos a recuperar	52.931	54.195
Reversão (provisão) sobre tributos a recuperar	(15.887)	83.380
Baixa de tributos a recuperar	(132)	-
Total	36.912	137.575

g) Resultado líquido com ativos mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Descrição	2014	2013
Lucro na alienação de imóveis não de uso	69.558	71.977
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(24.808)	(19.224)
Tarifa com administração de imóveis não de uso - CAIXA	(11.184)	(11.402)
Provisão/reversão para desvalorização de imóveis não de uso	(5.899)	9.648
Despesas com laudo de avaliação	(3.347)	(2.529)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(2.080)	(4.397)
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(6.434)	(6.658)
Total	15.806	37.415

h) Despesas administrativas

A composição da rubrica “Despesas administrativas” está demonstrada a seguir:

i. Despesas com pessoal

Descrição	2014	2013
Salários e gratificações	(8.806)	(7.892)
Encargos sociais - INSS / FGTS	(3.576)	(3.371)
Férias e 13º salário	(2.016)	(1.842)
Honorários - diretoria e conselho	(1.802)	(1.570)
Participações - dirigentes e empregados	(1.096)	(882)
Auxílio alimentação	(605)	(521)
Treinamento de pessoal	(520)	(387)
Assistência médica e social	(178)	(166)
Mudanças com ajuda de custo, auxílio moradia e PQVT	(1)	(1)
Rescisões contratuais	-	(21)
Total	(18.600)	(16.653)

A EMGEA não dispõe de benefícios pós-emprego.

ii. Outras despesas administrativas

Descrição	2014	2013
Tarifa de prestação de serviços – CAIXA (i)	(198.333)	(196.708)
Reembolso aos órgãos de origem - pessoal requisitado	(17.588)	(14.342)
Serviços de terceiros (ii)	(6.651)	(5.687)
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(2.060)	(1.508)
Depreciação e amortização	(824)	(749)
Despesas gerais (seguro e serviços de cópias)	(641)	(653)
Utilidades e serviços	(382)	(433)
Diárias de viagens	(244)	(278)
Passagens aéreas e rodoviárias	(250)	(258)
Reembolso hospedagem	(142)	(77)
Propaganda, publicidade e divulgação	(188)	(252)
Material de consumo	(54)	(42)
Segurança e medicina no trabalho	(39)	(29)

Taxas e contribuições locais	(7)	(7)
Créditos de impostos sobre aluguel e energia - PASEP/COFINS	165	141
Total	(227.238)	(220.882)

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração, de contabilização, jurídicos e de engenharia, dos contratos de créditos imobiliários e comerciais, dos imóveis não de uso e dos débitos detidos pela EMGEA, decorrentes da cessão de créditos pela CAIXA a EMGEA.

(ii) Referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

i) Resultado financeiro

i. Outras Receitas financeiras

Descrição	2014	2013
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	14.576	22.280
Remunerações da CAIXA - repasses em atraso (i)	18.815	7.199
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e valores mobiliários	722	599
Receita financeira permuta de crédito	710	-
Receita financeira SELIC desembolso	77	-
Receitas sobre levantamento de depósitos judiciais - prestações de crédito imobiliário	1	225
IOF - imposto sobre operação financeira	(1.748)	(192)
Total	33.153	30.111

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

ii. Outras Despesas financeiras

Descrição	2014	2013
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (i)	(9.999)	(5.865)
Despesa Financeira com SELIC sobre JCP (ii)	(3.155)	-
Encargos Moratórios	(206)	-
Atualização monetária - prêmio de seguro habitacional (iii)	(16)	(2)
Atualização monetária sobre PLR	(10)	(4)
Tarifas bancárias	(3)	(1)
Atualização Selic sobre dividendos	-	(2.284)
Total	(13.389)	(8.156)

(i) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA

de valores financeiros de prestação de contas.

(ii) Refere-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre Juros de Capital Próprio do exercício de 2013

(iii) Referem-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

26. Ativos e passivos fiscais

a) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em razão da apuração do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2014 e 2013.

Descrição	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	209.409	209.409	267.116	267.116
IRPJ e CSLL total às alíquotas de 25% e 9%	(52.352)	(18.847)	(66.779)	(24.040)
Encargos sobre JCP	12.434	4.476	15.860	5.710
Efeitos tributários das adições e exclusões	339.478	122.212	86.685	31.206
- Reversão (provisão) para PCLD	6.194	2.230	197.620	71.143
- Reversão (provisão) perdas Novação FCVS	323.493	116.458	(123.065)	(44.303)
- Reversão (provisão) débitos remanescentes	-	-	(2)	(1)
- Reversão (provisão) desvalorização imóveis	(1.475)	(531)	2.412	868
- Reversão (provisão) pendências de repasses	(1.883)	(678)	(1.160)	(418)
- Reversão (provisão) perdas outros créditos	(5.561)	(2.002)	19.635	7.069
- Reversão (provisão) rendas a apropriar	18.445	6.640	(9.527)	(3.430)
- Reversão (provisão) perdas na devolução de créditos	132	47	(851)	(306)
- Reversão (provisão) para causas contingenciais/fiscais	239	86	1.726	621
- Despesas indedutíveis	(106)	(38)	(103)	(37)
Efeito tributário compensação prejuízos fiscais	-	-	-	-
Efeito tributário do prejuízo fiscal a compensar	-	-	-	-
Ajuste do adicional (10% de R\$ 240.000,00)	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	-
Receita/(Despesa) total de IRPJ e CSLL	299.560	107.841	35.766	12.876

b) Ativo fiscal diferido não ativado

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Reversão	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.309.946	155.108	188.233	1.276.821
Provisão para perdas na novação do FCVS	1.408.296	103.418	543.369	968.345
Provisão para débitos remanescentes	114.959	15.158	15.158	114.959
Provisão para pendências de repasses	17.100	2.561	563	19.098
Provisão para desvalorização de imóveis	14.041	3.371	1.365	16.047
Provisão para perdas na alienação de imóveis	2.693	-	-	2.693
Provisão para causas contingenciais	4.583	751	1.076	4.258
Provisão para perdas de créditos tributários	64.359	7.607	45	71.921
Diferenças temporárias	2.935.977	287.974	749.809	2.474.142
Prejuízo fiscal / base negativa	1.171.110	407.401	-	1.578.511
Créditos tributários não ativados	4.107.087	695.375	749.809	4.052.653
Imposto de renda	3.019.917	511.306	551.330	2.979.892
Contribuição social	1.087.170	184.069	198.479	1.072.761

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos passados.

27. Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

Em R\$1,00

Descrição	2014	2013
Comissionados		
Maior remuneração	20.230,00	18.993,00
Menor remuneração	4.889,00	4.590,00
Remuneração média	10.096,00	9.478,99
Dirigentes		
Presidente	38.846,37	36.595,74
Diretoria:		
Maior remuneração	36.996,55	34.853,08
Menor remuneração	36.996,55	34.853,08
Remuneração média	37.366,51	35.201,61
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.048,04	3.813,51
Conselho de Administração	4.048,04	3.813,51

28. Partes relacionadas

a) Controlador

O controlador da EMGEA é a União, que detém a participação da totalidade do capital social.

b) Operações com Administradores

Descrição	2014	2013
Honorários		
Diretoria Executiva (i)	1.328	1.202
Conselho de Administração	239	218
Conselho Fiscal	164	131
Total	1.731	1.551

(i) Os valores informados referem-se a honorários, férias e gratificação natalina.

c) Transações com partes relacionadas

i. Entidade/Operações

Entidades/operações	2014		2013	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Secretaria do Tesouro Nacional				
Itaipu binacional (i)	17.838	45.086	646.463	178.010
União (i)	-	139	137.023	6.315
Dividendos a pagar (ii)	-	-	-	(2.284)
Juros sobre capital próprio (ii)	(49.735)	(49.735)	(63.440)	(63.440)
Fundos e Programas				
FCVS (iii)	10.826.919	(893.040)	11.530.698	93.590
FGTS (iv)	(6.012.819)	(438.817)	(7.133.900)	(513.084)
FDS (iv)	(4.731)	(87)	(8.408)	(68)
Caixa Econômica Federal (v)				
Depósito à vista	580	(3)	391	(1)
Valores a receber	135.389	18.805	73.341	7.174
Prestação de serviços	(18.044)	(201.750)	(18.467)	(208.110)
Valores a pagar	(25.267)	(9.999)	(29.547)	(5.865)
Aplicações financeiras (vi)	82.389	7.344	94.218	10.154
Financiamento – Ajuste de Cessão (vii)	(52.514)	(3.063)	-	-
Banco do Brasil S/A				
Depósito à vista	353	(179)	253	(111)
Aplicações financeiras (vi)	392.851	7.233	355.105	12.126

(i) Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF, firmado entre a União e a EMGEA, por meio do qual foram transferidos à EMGEA créditos em moeda estrangeira (USD\$), atualizados anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América.

(ii) Valor dos juros sobre capital próprio ou dividendos mínimos obrigatórios, calculado no percentual de 25%, consoante Art. 16 do Estatuto Social.

(iii) Corresponde aos valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa referencial de Juros (TR).

(iv) A Empresa assumiu dívidas de longo prazo perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o

Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Conforme previsto contratualmente, esses saldos são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 5,48 % ao ano (FGTS) e 0,5% ao ano (FDS).

(v) A EMGEA realiza transações bancárias com a parte relacionada, como depósitos em conta corrente, movimentação financeira objeto de prestação de contas, remuneração por serviços prestados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA, para administração dos contratos de crédito imobiliário e administração e venda de imóveis não de uso.

(vi) A EMGEA aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM) e da CAIXA, que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas no mercado.

(vii) Passivo assumido perante a CAIXA após o equacionamento das pendências decorrentes do Ajuste de Cessão. Conforme previsto contratualmente, esse saldo é atualizado de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR) e rendem juros de 6,06 % ao ano.

d) Empregados cedidos de órgãos externos

Órgão de origem	2014	2013
Caixa Econômica Federal - CAIXA	16.026	12.665
Banco do Brasil - BB	1.055	917
Controladoria Geral da União - CGU	333	331
Previdência Social - INSS	115	111
Ministério do Planejamento Orçamento - MPO	58	132
Secretaria Tesouro Nacional - STN	-	186
Total	17.587	14.342

Para as funções comissionadas ocupadas por empregados originários da Administração Pública Federal, a EMGEA ressarcie integralmente os benefícios oferecidos pelo Órgão ou Entidade de origem, conforme evidenciado na Nota 25.e.

29. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A Administração da EMGEA adota postura prudencial no gerenciamento dos riscos corporativos, visando o adequado equilíbrio entre a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, decorrentes do exercício das atividades, e o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

O gerenciamento dos riscos é estruturado com base em política, aprovada pelo Conselho de Administração, além de normas e procedimentos, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e com os padrões de integridade e valores éticos da Empresa.

Em todos os processos e negócios da EMGEA existem riscos associados que são inerentes à própria natureza das atividades. Cabe aos gestores, como primeira camada de controle administrativo, a identificação, a avaliação, o controle, a comunicação aos níveis superiores, e o monitoramento, priorizando a resposta aos riscos mais críticos.

Neste contexto, a Diretoria Executiva obtém uma visão dos riscos empresariais, consolidada no Relatório de Gerenciamento de Riscos Corporativos, elaborado pela Unidade de Controles Internos, vinculada à Diretoria de Controladoria, e estabelece ações (resposta a risco) para manter os riscos residuais alinhados aos níveis de tolerância estabelecidos.

A resposta a risco, definida como o processo de desenvolver e determinar estratégias para gerenciar os riscos corporativos identificados, consiste na adoção das seguintes categorias de estratégias: evitar, transferir, aceitar ou tratar. A escolha da estratégia adequada depende do nível de exposição a riscos estabelecida pela Diretoria Executiva, por ocasião da fixação dos objetivos estratégicos, e pelos gestores das Unidades, no desenvolvimento das atividades da Empresa.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo devedor ou contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os montantes dos ativos sujeitos ao risco de crédito e respectivas exposições encontram-se detalhados nas Notas 4 a 8, 11 e 13, e sintetizados no quadro a seguir:

ATIVO	2014	2013
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	397.519	373.531
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	78.655	76.435
Créditos Imobiliários (Nota 6.1)	2.557.244	2.645.138
Créditos Comerciais (Nota 6.2)	704.043	-
Créditos FCVS (Nota 11)	10.826.919	11.530.698
Recebíveis Cessão de Créditos (Nota 7)	-	764.399
Crédito Tributário (Nota 13)	863.858	1.165.920
Créditos Adquiridos (Nota 8)	72.026	63.593
TOTAL	15.500.264	16.619.714

Conforme mencionado na Nota 1.b, a EMGEA, quando de sua constituição, tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Com isso, a definição do risco de crédito na concessão desses créditos foi operacionalizada pela instituição originária, a CAIXA, de acordo com a sua política institucional.

No exercício ocorreu permuta de créditos imobiliários e comerciais, originários da CAIXA, conforme mencionado na Nota 6.

Na EMGEA, a mensuração e classificação do risco de crédito dos recebíveis de mutuários e devedores decorrentes das operações de créditos imobiliários e demais operações de crédito são efetuados de acordo com o provável valor de realização dos créditos baseados nas estimativas dos impactos das medidas negociais implementadas pela Empresa para sua recuperação. Adicionalmente, são considerados os dias de atrasos para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos. O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso da provisão para perda por recuperabilidade e o montante é reconhecido no resultado, demonstrado na rubrica “perdas com ativos financeiros”. Esse montante provisionado nas demonstrações contábeis, de acordo com a avaliação da Administração, que leva em conta principalmente o histórico da efetividade das perdas de crédito, é suficiente para fazer face ao potencial de risco contido na carteira atualmente registrada nas demonstrações contábeis (Nota 3.e).

Com relação aos ativos financeiros mantidos como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, para mitigar o risco de crédito, a EMGEA mantém tais recursos no Banco do Brasil e CAIXA e em fundos de investimento, administrados por tais instituições, cujas carteiras são lastreadas por títulos públicos federais.

b) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado do instrumento financeiro e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Os itens e valores de exposição, e respectivos indexadores e taxas médias de juros dos ativos e passivos da EMGEA são demonstrados nos quadros a seguir:

Itens de Exposição do Ativo		
Descrição	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Disponibilidades*	476.174	IRF-M 1
Créditos Imobiliários	2.557.244	TR+9,0% a.a.
Créditos Comerciais	137.867	TR +1,74% a.m.
Créditos Comerciais	566.176	Pré-fixada
Créditos FCVS	10.826.919	TR+4,7% a.a.
Recebíveis por Cessão de Créditos	-	Variação Cambial
Créditos Adquiridos	72.026	TR+4,7% a.a.
Crédito Tributário	863.858	Selic
TOTAL	15.500.264	

*Bloqueios Judiciais não inclusos no saldo das Disponibilidades

Itens de Exposição do Passivo		
Item de Exposição - Passivo	Valor de Exposição	Indexador e Taxa Média de Juros
Financiamentos (FGTS e FDS)	6.070.064	TR+6,2% a.a.
Outros Passivos	355.276	TR+6% a.a.
TOTAL	6.425.340	

c) Risco de Taxa de Juros

A mensuração das perdas ou ganhos decorrentes da exposição ao risco de taxas de juros das aplicações financeiras da EMGEA é realizada pelas instituições financeiras que administram os fundos de investimento e os resultados registrados diariamente em suas cotas, conforme as normas estabelecidas para esta modalidade de ativo.

O método adotado para a mensuração e o controle do risco de mercado dos fundos de investimento é o modelo estatístico Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*), que sintetiza a maior perda esperada dentro de um intervalo temporal de 1 (um) dia e nível de confiança de 95%.

Considerada a metodologia adotada, o montante de aplicações financeiras em fundos de investimentos, correspondente a R\$ 475.330 em 31.12.2014, exposto ao risco de taxas de juros, não produz impacto relevante sobre o resultado e o patrimônio líquido da Empresa, na avaliação da Administração.

Os demais ativos e passivos da Empresa, expostos ao risco de taxa de juros, estão representados pelas carteiras de operações de créditos imobiliários e comerciais (Notas 3.e, 6.1 e 6.2), créditos perante o FCVS (Notas 3.f e 11), créditos adquiridos (Nota 8) e os passivos financeiros (Nota 15), sujeitos a flutuações dos indexadores aos quais estão vinculados, descritos nas respectivas Notas.

Os principais ativos e passivos da Empresa expostos ao risco de taxa de juros estão representados pelas carteiras de operações de créditos imobiliários e comerciais, créditos perante o FCVS, créditos adquiridos e os passivos financeiros, sujeitos a flutuações a Taxa Referencial de Juros – TR.

Os montantes de operações ativas e passivas, em 31.12.2014, expostos à TR são, respectivamente, R\$ 13.594.056 e R\$ 6.425.340, com taxas médias de juros de 5,69% e 6,19% ao ano. A análise de sensibilidade demonstra que a cada acréscimo de 0,5% ao ano neste indexador, haveria um impacto positivo na ordem de R\$ 37.727 no resultado e no patrimônio líquido da EMGEA, desconsiderados os efeitos tributários.

d) Risco Cambial

O risco de mercado proveniente dos créditos em dólar dos Estados Unidos da América (US\$), devidos pela Itaipu Binacional e pela União, tem seu resultado reconhecido e registrado mensalmente nos balancetes da Empresa.

Com a liquidação total da dívida no decorrer do exercício, em 31.12.2014 a EMGEA não apresentava exposição ao risco cambial, conforme resumo dos dados quantitativos demonstrados a seguir:

Devedor	2014			2013		
	R\$ mil	USD\$ mil	Taxa de câmbio 31.12.2014	R\$ mil	USD\$ mil	Taxa de câmbio 31.12.2013
Itaipu Binacional	-	-	-	646.463	275.960	2,3426
União	-	-	-	117.936	50.344	2,3426
Exposição Total	-	-	-	764.399	326.304	

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado a eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

O fluxo de caixa, projetado anualmente, é acompanhado diariamente pela Unidade Financeira, e gerido pela Diretoria de Pessoas e Logística, o que permite a adoção de medidas preventivas pela Administração da EMGEA para a mitigação desta modalidade de risco.

A mensuração e o monitoramento sobre os níveis de liquidez da Empresa são reportados, mensalmente, aos Conselhos de Administração e Fiscal.

O risco da liquidez da Empresa também é acompanhado pela União (Acionista Controlador), por meio do Programa de Dispêndios Globais (PDG) elaborado e aprovado anualmente.

O fluxo das obrigações da EMGEA, ao fim dos anos de 2013 e 2014, por período de vencimento está sintetizado no quadro a seguir:

PASSIVO	Principal	
Período de vencimento (dias)	2014	2013
0 a 30	459.488	453.902
31 a 60	149.220	180.155
61 a 90	149.220	180.155
91 a 180	498.462	604.702
181 a 270	446.394	641.054
271 a 360	520.726	556.507
361 a 720	1.785.576	2.159.488
721 a 1.080	699.181	2.157.791
1.081 a 1.440	148.644	633.644
Acima de 1.440	1.568.429	689
Total do Passivo	6.425.340	7.568.087

30. Eventos Subsequentes

Em março de 2015 foram emitidos Despachos Decisórios pela Receita Federal do Brasil – RFB, com a homologação de Pedidos de Restituição, referentes a tributos federais pagos a maior em exercícios anteriores, no montante de R\$ 682.289, perfazendo, assim, um total de R\$ 863.858 de valores homologados pela RFB (Nota Explicativa nº 13).

Josemir Manguiera Assis

Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado

Diretor

Eduardo Pereira

Diretor

Euclides Renato Deponti

Diretor

Eugen Smarandescu Filho

Diretor

Marilene Beatriz Brum Paiva

Chefe de Contabilidade

Téc. Cont. CRC MG 076097/0-2 S DF

ANEXO II - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e ao Conselho de Administração da
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS e ainda não homologados, totalizam R\$ 760.493 mil, e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos contidos em regulamentação do FCVS. Adicionalmente, a realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 10.066.426 mil em 31 de dezembro de 2014, está condicionada ao processo de novação, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Impostos e contribuições a recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a EMGEA registra em seu ativo valores referentes a impostos e contribuições a recuperar, cuja realização está condicionada à compensação futura com tributos federais e/ou recebimento por meio de restituição em espécie a ser feita pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Brasília, 26 de maio de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC 1SP175348/O-5

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

ANEXO III - PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no art. 13, incisos II e III, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010, e no exercício de suas atribuições legais, examinou, nesta data, os seguintes documentos emitidos pela EMGEA e aprovados pelo Conselho de Administração:

- Demonstrações Contábeis e Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
- Proposta de Orçamento de Capital relativa ao exercício de 2014; e
- Proposta de Distribuição de Dividendos na forma de juros sobre o capital próprio relativa ao exercício de 2014.

2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Administração e levando em consideração as observações apresentadas no relatório dos Auditores Independentes da KPMG, o qual a despeito de ter registrado duas ênfases não apresentou ressalvas, entendem que as Demonstrações Contábeis e o Relatório de Administração refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação dos documentos descritos no item 1 deste Parecer.

3. O Conselho Fiscal salienta que está sob exame da Advocacia-Geral da União, conforme disposto na alínea “a” do item 24 das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, a redução do capital social da EMGEA ocorrida em 2012.

Brasília, 26 de maio de 2015.

Leopoldo Araújo Rodrigues
Presidente

Kátia Aparecida Zanetti de Lima
Conselheira

Vanessa Silva de Almeida
Conselheira

ANEXO IV - PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, em cumprimento ao disposto no artigo 6º, inciso V, alínea “a”, do Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 7.122, de 3.3.2010, após ter examinado as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e considerando o Relatório da KPMG Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da EMGEA, da Destinação do Lucro Líquido no exercício, da Proposta de Orçamento de Capital e do Relatório da Administração 2014, conforme proposta constante do Voto CA nº 06/2015 de 17 de março de 2015.

Brasília, 26 de maio de 2015.

Sérgio Eugênio de Rísios Bath
Presidente

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt
Conselheira

Maricy Valletta
Conselheira

Leonardo Lima Chagas
Conselheiro

Josemir Mangueira Assis
ex-Conselheiro